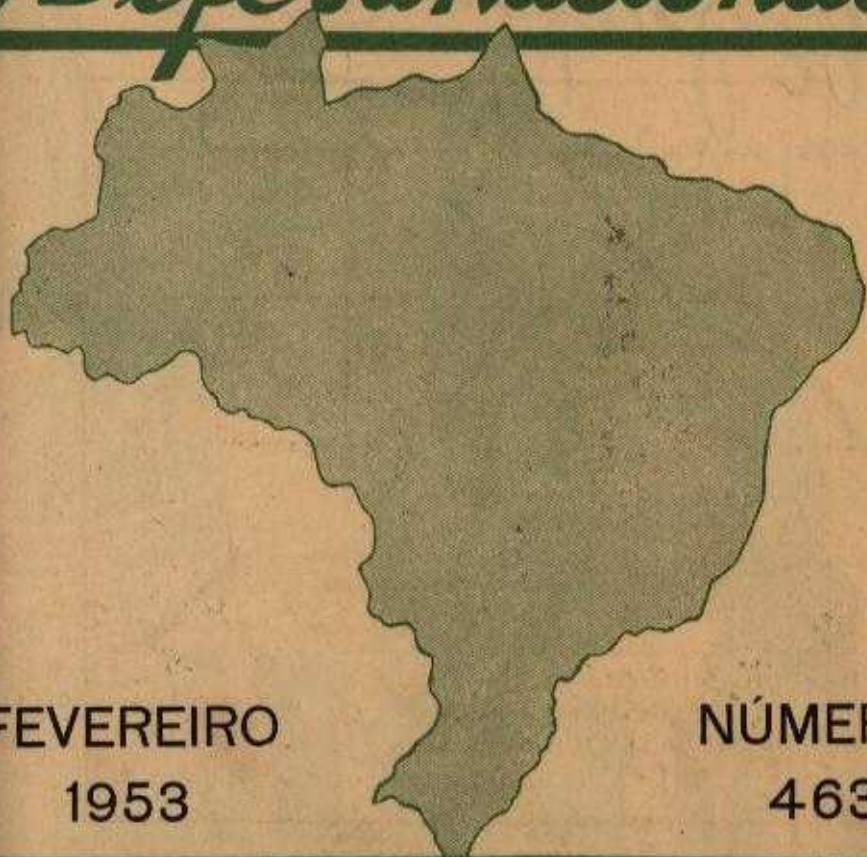


Defesa Nacional



FEVEREIRO
1953

NÚMERO
463

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XL

BRASIL — RIO DE JANEIRO, FEVEREIRO DE 1953

N. 463

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Tendências atuais da guerra, segundo a opinião continental — Trad. do Maj. Luiz Felipe da Silva Wiedmann.....	7
Cooperação aeroterrestre — Trad. e adap. dos Majs. Cesar Gomes das Neves e Heráclides de Araujo Nelson.....	13
A modificação dos P.P. — Cel. J.H. Garcia.....	23
Elementos motorizados com as D.I. (Cavalaria Orgânica das Grandes Unidades) — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	27
Líder ou chefe? — Maj. Tacito Theophilo.....	33
Tiros simulados no caixão de areia — Trad. do Maj. A.V. Paiva.....	39
Abertura de rampas com explosivo — Cap. Ney Armando de Mello Mezlat.....	45
Treinamento físico militar sem estádios — Cap. Estevam Meireles.....	51
Instruções para os seleccionadores (Cont.) — 1º Ten. Gustavo Lisboa Braga.....	59
O adexramento da reserva de oficiais — 2º Ten. Jayme da França Doria.....	73
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
O que mais teme o Kremlin — Trad. do Maj. Waldir dos Santos Lima.....	75
Influência Geopolítica do Mar — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	83
O manganês — Metal n. 2 — Ten.-Cel. Waldemar de Lima e Silva.....	89
O que é o moral? — Ten.-Cel. Paulo Enéas Ferreira da Silva.....	95
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Mato Grosso e as lutas pela fixação das fronteiras ocidentais do Brasil (Continuação) — Gen. Antonio de Souza Junior.....	99
Mauriac: um exemplo — Gen. Manoel Ignacio Carneiro da Fontoura.....	107
O sellente nordestino — Cel. Adaucto Castello Branco Vieira.....	109
O Brasil em face do Brasil — Cap. Jonas Correia Neto.....	113
DIVERSOS	
Hemincências da colaboração dos guerrilheiros na vigilância do litoral nordestino, durante a II Guerra Mundial — Gen. Dermeval Peixoto.....	119
O que é o Vicariato Castrense — Padre J. Busato.....	125
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	127
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	137
ATOS OFICIAIS.....	141



O PROBLEMA DO OFICIALATO DA RESERVA

O problema da instrução do oficial da Reserva é, para qualquer Exército organizado, um problema importante. Na Mobilização, os postos-chaves das Unidades são integrados por oficiais do Exército permanente. Os restantes são completados pelos oficiais da Reserva. Basta apontar essa circunstância para nos capacitarmos da importância do papel do oficial da Reserva, aliás exemplificado modelarmente pelo que se passou com a FEB. O aproveitamento do oficial da Reserva, na Mobilização, supõe, portanto, na paz, a instrução desses oficiais e o seu acesso.

Quanto à instrução, a evidência é flagrante. É necessário manter-se o oficial da Reserva constantemente a par da técnica da guerra, através de cursos de aperfeiçoamento, estágios, visitas aos parques de materiais modernos, cursos por correspondência, etc., além de interessá-lo através de revistas especializadas, publicações especiais, etc. O oficial da Reserva, dizem os franceses, exerce importante papel, no mundo civil, no domínio intelectual, moral, religioso, científico, econômico, social, técnico e industrial no sentido tanto de manter a eficácia das forças militares como no de salvaguardar o espírito e a alma do povo. É

que o oficial da Reserva prolonga, no mundo civil, a mentalidade dos quartéis. Isto é, a vigilância permanente pela segurança e defesa da Pátria. Mas se êle perde o contacto com as Forças Armadas permanentes, se nenhuma instrução recebe, se não é convocado e não tem acesso, torna-se um elemento apático, quiçá um revoltado, e o seu papel na sociedade pode ser até pernicioso. É iniludível a necessidade de se instruir o oficial da Reserva, principalmente nestes tempos de incerteza internacional. A Terceira Grande Guerra poderá estalar a qualquer momento e até onde nos conduzirão os acontecimentos? Quanto ao acesso, é também clara a sua imposição. Não é só com Aspirantes ou Tenentes que se mobilizam as Unidades.

A redação desta revista tem recebido cartas e artigos solicitando para que seja ventilada a questão do estágio e das promoções dos oficiais R/2, bem como para que seja proporcionada instrução a êsses oficiais. Na verdade, um e outro assuntos são intimamente vinculados. Para que haja promoção, é preciso estágio na tropa e, no decorrer dêste, há instrução.

O estágio pode ser voluntário ou compulsório, mediante convocação.

Para o voluntário, há permissão permanente, o que convém aos interesses do Exército, mas não ao dos jovens, que deixam os seus empregos e passam a servir ao Exército sem remuneração. O resultado, entretanto, tem sido um fracasso, porque raros são os jovens que podem abrir mão de seus vencimentos, na vida civil, para servirem ao Exército. Quanto ao estágio compulsório, por convocação — remunerado, portanto — vem sendo protelado há muitos anos.

No começo de 1952, houve ordem para a convocação. Estava tudo em vias de realização, quando surgiu uma contra-ordem, tornando sem efeito a medida.

Respeitamos as razões que a ditaram, pois devem ser importantes, mas o fato é que se esvaneceu mais uma esperança

dos Aspirantes R/2 de realizarem o seu estágio e ingresso no Corpo dos Oficiais da Reserva. E como, por Lei, os C.P.O.R. não podem parar de funcionar, segue-se que a Reserva de Aspirantes não cessa de crescer; e não só isso, não cessa de envelhecer, com graves inconvenientes para o Exército.

Quando suceder que, após 8 ou 10 anos de Aspirantes, tais jovens forem convocados, nem serão mais jovens e nem estarão mais em condições ideais de aplicar aquilo que aprenderam.

Será necessário, tanto para o Exército, como para eles, começar de novo. É por isso que o Regulamento obriga à convocação no ano seguinte ao da terminação do Curso nos C.P.O.R. É quando estarão em melhores condições para realizar o estágio. Feito este, passam a aguardar, tranquilos, nos seus afazeres civis, a abertura de vagas nos quadros de oficiais da Reserva, quando serão propostos para ingresso nêles. Já convocá-los, passados 8 ou 10 anos, é uma séria perturbação para a vida dêsses jovens.

Quanto à instrução, sugerem alguns, a exemplo do que se faz em outros países, os cursos por correspondência.

Parece-nos que a instrução de Aspirantes deve fazer-se em estágio na tropa e não por correspondência.

Uma solução seria a criação de Subunidades-Quadros, nos C.P.O.R., utilizando-se os próprios alunos como matéria-prima para a instrução.

Nessas Subunidades-Quadros, poder-se-ia também executar a instrução de aperfeiçoamento dos oficiais R/2.

No tocante à instrução de Estado-Maior, essa sim, talvez pudesse ser feita à base de correspondência, criando-se, na E.E.M., um departamento especial para tratar de sua execução.

Não há nenhuma razão para negar-se ao oficial da Reserva, seja R/1 não possuidor de tal curso, seja R/2, a obtenção do curso de E.M.

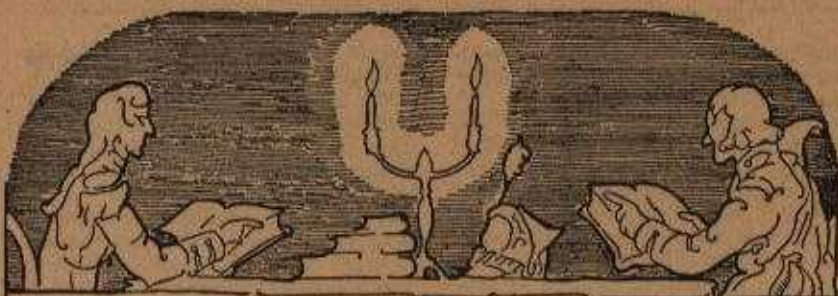
Na França, por exemplo, ele é feito à noite, na própria E.E.M.

Por falar em França, ainda recentemente o General d'Anselme, Inspetor Geral das Reservas de Terra, assim definiu o programa de instrução dos oficiais da Reserva:

- "1º) Fixar, para cada um, um fim preciso a atingir, a fim de torná-lo capaz de preencher pelo menos uma das funções previstas nos quadros de efetivos de guerra e correspondente ao seu pôsto e à sua Arma;
- "2º) Aperfeiçoar e controlar a instrução, no decorrer de períodos de duração suficiente, para que o oficial da Reserva sinta todo o pêso do comando e lhe perceba a complexidade;
- "3º) Manter, entre os períodos de convocação, os seus conhecimentos ou mesmo aprender tudo o que pode ser aprendido do ofício de comando, frequentando os cursos das escolas de aperfeiçoamento e cujo ensino é feito à base de trabalhos a domicílio."

Voltando ao nosso caso, o fato é que há interêsse, por parte da nossa mocidade, em se instruir, como oficiais da Reserva e o Exército deve ir ao encontro de suas nobres aspirações.

E se, como dizem, os oficiais da Reserva agem sôbre os espíritos e os corações para arrastar todos os homens de boa vontade nessa nova cruzada de militarização que os tempos modernos nos impõem, urge uma solução que permita o acesso e a instrução desses jovens, sob pena de vermos se estiolar nêles o chama do estusiasmo. A "A Defesa Nacional", que tem inscrito nos seus estatutos o debate dos problemas capitais do Exército, faz-se eco do apêlo da nossa mocidade às altas autoridades do Exército para que lhe venham ao encontro de suas justas pretensões, para maior grandeza de nossa querida instituição e da Pátria.



CULTURA PROFISSIONAL

TENDÊNCIAS ATUAIS DA GUERRA, SEGUNDO A OPINIÃO CONTINENTAL

General de Divisão B.T. WILSON
Da publicação inglesa "The Royal Engineers
Journal".

Tradução do Major LUIZ FELIPPE DA SILVA
WIEDEMANN.



GOVÊRNO suíço, assistido pelo seu competente Estado-Maior e situado em sua posição central na Europa, está vigilante a todos os atuais acontecimentos militares, para cuja missão o país está especialmente fadado. Devido aos seus cantões alemão, italiano e francês e ao seu intenso turismo, a Suíça é talvez, o país mais cosmopolita do mundo e, por sua vez, é uma "bolsa" internacional de idéias, inclusive as militares.

O autor propõe-se a apresentar, neste trabalho, o resumo de numerosas opiniões sobre as questões militares, retiradas das páginas das revistas militares suíças.

CONCEITOS GERAIS

O estudo referente às armas modernas é baseado na crença de que a arma pesada é superior à leve.

O obus de 105 mm, por exemplo, substituiu a peça de 75 mm, considerada, outrora, como a arma fundamental de campanha. Quanto aos carros de combate, a tendência é a de dotá-los de armamento mais potente e de uma couraça mais espessa. Dentro das limitações práticas, o objetivo dos inventores militares é o aumento da potência de fogo, que hoje é maior do que nunca. Qualquer que seja o valor da Unidade, deve ser dedicada toda a atenção ao seguinte:

- 1º Potência de fogo;
- 2º Mobilidade;
- 3º Instrução.

As duas primeiras são características opostas que, a cada passo, devem ser colocadas de acordo. Por exemplo, o novo fuzil automático, sem recuo, tem muito maior velocidade de tiro que o seu antecessor; mas, em compensação, as munições deste são mais leves

que as do último, a fim de que o carregador possa conduzir maior quantidade das mesmas.

A instrução se destaca pela sua importância, avaliando-se em dois anos o tempo mínimo para formar um soldado moderno, eficiente. Como, infelizmente, a guerra total e a brutalidade correm paradas, a instrução deverá ser realista, para que se consiga um soldado verdadeiramente resistente e com ânimo preparado para a crueldade da luta.

AVIAÇÃO

Ainda que seja ressaltada a sua importância, são poucos os artigos publicados sobre o assunto. Tratam profusamente da artilharia antiaérea, e especialmente de seus dispositivos para a direção do tiro.

O Exército alemão, na Itália, lutou sujeito a uma grande superioridade aérea adversa e seu comando se encontrava quase às cegas, devido aos seus reconhecimentos aéreos deficientes. No final da guerra, o movimento das tropas entre a Alemanha e a Itália tornou-se extremamente difícil, dadas as contínuas destruições que, do ar, eram executadas sobre as ferrovias nas suas passagens nos Alpes.

A operação de maior rendimento é a de desembarque em praias descobertas, quando, de fato, se dispõe de superioridade aérea e marítima. A ameaça de um desembarque é um pesadelo para o defensor e obriga-o a manter, em reserva, efetivos consideráveis, dos quais correntemente não terá sobras.

Na defensiva, a infantaria que espera o assalto do adversário deve procurar se abrigar diante do bombardeio aéreo e dos ataques em voo baixo, até que surja a infantaria adversária, da mesma maneira que procede enquanto dura o bombardeio da artilharia ou a ação dos carros. E, como a precisão do apoio aéreo é menor que a do fogo da artilharia, aquele cessará ou antes se mudará dando ao defensor uma grande margem de

tempo para se opor à infantaria inimiga.

Na Itália, os ataques aéreos às pontes das rodovias da retaguarda eram normalmente indicio de iminentes ataques britânicos, de grande envergadura.

A ação dos bombardeiros pesados, a partir de 4.000 metros ou mais de altura, foi menos eficaz que a dos bombardeiros ligeiros a 2.000 metros.

CARROS DE COMBATE

O lema fundamental do ataque moderno é: "Nem infantaria sem carros, nem carros sem infantaria", e predominará nas zonas de terreno tais como as do Oeste da Europa. Na estepe russa, no deserto e quando o inimigo está quase em crise, os carros dão a possibilidade, mesmo que não seja muito frequente, de serem empregados no mesmo estilo das massas de cavalaria dos antigos tempos. Em vista disto, o tipo de carro que se precisa para a guerra moderna é o que seja fortemente armado e blindado.

Na Europa, as pontes não são, geralmente, suficientemente resistentes para suportarem a passagem de tais carros, e, assim, os engenheiros receberam a frequente missão de reforçar as pontes.

Teremos que destacar a importância de instruir todas as forças que cooperam com os carros. A infantaria especialmente, deve conhecer as servidões dos referidos engenhos para poder empregá-los de maneira adequada quando postos à sua disposição.

O carro lança-chamas revelou-se como uma das mais terríveis armas atuais.

INFANTARIA

A Divisão ternária e a Brigada ou Regimento continuam sendo as Unidades usuais. O grupo de combate tipo Brigada, "Combat Command", segundo o léxico americano, com elementos blindados e anticarros, é uma Unidade manobreira, apta para levar a cabo

contra-ataques rápidos contra um inimigo numericamente superior, cuja força repouse mais na massa de homens que na técnica do combate.

Existe uma corrente alarmista ante a motorização da infantaria, que prende as Unidades aos veículos e às estradas, fazendo com que esta Arma perca uma das suas características fundamentais, que é a sua flexibilidade, e inclusive o hábito de marchar suportando o equipamento, de que é liberada pelos caminhões.

ARTILHARIA

Durante a conquista alemã da França e dos Países Baixos, em 1940, os carros e os bombardeiros picados desempenharam um papel tão espetacular que os espíritos impressionáveis chegaram a concluir que a Artilharia caminhava para o seu fim. No entanto, na Rússia, a guerra, pouco depois, encarregou-se de demonstrar que a Artilharia é mais importante que nunca. Napoleão ficaria satisfeito diante da massa de artilharia que Montgomery empregou em El Alamein, onde a usou, da mesma maneira que em 1914-18, para romper as defesas do Eixo. Atualmente, os crescentes efetivos em jogo permitem cobrir zonas maiores com concentrações intensas do fogo da artilharia, produzido por materiais de maior alcance e projetis de potência superior. A velocidade, precisão e flexibilidade do tiro se beneficiam dos aperfeiçoamentos alcançados pela observação aérea, os dispositivos de radar e a preparação topográfica. Um Comandante de grande Unidade que saiba empregar sua artilharia, terá em suas mãos o instrumento capaz de fazer sentir, intensamente sua ação de comando na batalha, especialmente, em seus aspectos preliminares.

As cargas atômicas, quase prontas para serem utilizadas pelas granadas da artilharia e cujo uso parece ser previsto para as armas automáticas, fazem com que a po-

tência de fogo da defesa tenda a recuperar o predomínio que teve em 1914-18, contanto que o defensor não esteja em condições de inferioridade aérea.

Apoiada desde o ar e pelas outras armas na terra, a Infantaria continua sendo a rainha da batalha, mas a Artilharia é a peça mestra do conjunto potência de fogo.

Quando os efetivos da Infantaria escasseavam, na Itália, os Comandantes alemães resistiam ao intento do Comando da Wehrmacht de converter seus artilheiros em soldados a pé; preferiam ter artilheiros veteranos, conhecedores de seu mister, às duvidosas vantagens que seriam obtidas com os que teriam de ser infantes deficientes.

Num conflito entre um Exército bem equipado e instruído e outro cuja força resida na massa, torna-se patente para aquele a necessidade de dispor de uma grande quantidade de munições de artilharia na imediação das peças. Vários escritores aludem ao caso de que a última das sucessivas ondas atacantes conseguiu chegar ao seu objetivo devido à falta de munições de artilharia, e acredita-se que a guerra da Coreia pode apresentar exemplo de tais fracassos, devido aos defeitos de remuniciamento.

Quando um dos lados dispõe de grande superioridade numérica, é inevitável a defesa com desdobramentos em grandes frentes; em consequência, a Artilharia não deverá confiar sua segurança nas forças avançadas que a cobrem e, sim, deverá preocupar-se por si própria de sua zona de posições, para se encontrar a coberto dos ataques possíveis de carros ou de infantaria.

O morteiro pesado de tiro rápido, cujo alcance é de cerca de 1.800 metros, é considerado como arma de Artilharia de apoio direto, cujo fogo é dirigido por rádio "Walkie-Talkie".

Fazem-se constantes referências aos avanços técnicos da Artilharia de apoio direto, entre os quais se

encontram: a alma cônica e a carga ôca dos projéteis para aumentar o seu efeito na explosão. Reconhece-se, universalmente, que a melhor arma anticarro é o canhão montado, análogamente, a um carro.

É também geralmente admitido o considerável progresso alcançado pela artilharia naval em apoio aos desembarques. Dito apoio, combinado com a superioridade aérea, coloca o defensor em condições muito favoráveis.

Se se dispusesse dos atuais processos de coordenação do fogo de bordo com o de terra, o desembarque de Gallipoli, em 1915, teria sido muito menos custoso.

ENGENHARIA

O sapador, como o artilheiro, torna-se cada dia mais indispensável. As obras de toda classe são vitais, tanto as de fortificação permanente, como a dos mais ligeiros entrenchementos. As obras de Odessa, Sebastopol, Mayz e muitas outras exigiram semanas e, às vezes, meses para serem conquistados, sempre à custa de grandes perdas. A fortificação permanente, mesmo que não possa nunca ser considerada como inexpugnável, economiza forças, absorve muitos meios dos atacantes e permite ao defensor ganhar tempo para passar à ofensiva, pelo que se pode assegurar que sua razão de ser subsiste na atualidade.

As destruições constituem uma arte, em que a surpresa desempenha o principal papel. Faz-se menção de um engenhoso sistema alemão, empregado na Itália, consistindo em destruir somente na metade de sua largura uma estrada (em desfiladeiro), uma distância de várias centenas de metros e em cortar a via em toda a sua largura de 10 em 10 ou de 12 em 12 metros. Desta maneira, a estrada poderia ser usada, sem grandes dificuldades, pelos pequenos efetivos alemães que protegiam a retirada; porém quando os veículos inimigos, que faziam a perseguição, internavam-se no trecho se-

mi destruído, produzia-se um enorme engarrafamento do tráfego, especialmente à noite, dando oportunidade à intervenção da Artilharia e Aviação.

As minas são obstáculos importantes. Os russos as empregaram, em grande escala e com acerto, durante a sua retirada, em 1941, na qual usaram, apenas, arminhos e nem um outro obstáculo. Estendiam os mesmos quase sempre, nas orlas anterior e posterior dos bosques, nas sendas e nas clareiras. Nos bosques que cobrem Leningrado colocaram 40.000 minas. Por sua vez, os alemães colocaram 200.000 minas numa profundidade de 25 quilômetros, numa frente correspondente a duas Divisões, na defesa de Lemberg. Campos de minas de tão considerável valor deliveram, eficazmente, os ataques de carros e infantaria, obrigando-os a serem novamente montados, com a conseqüente perda de tempo, em setores completamente diferentes.

A fobia pelas minas estendeu-se de tal modo que, em certa ocasião, a noroeste de Moscou, uma informação não confirmada atribuiu aos rusos a posse de cães amestrados que, carregados de explosivos, lançavam-se contra os carros. Tal informe sobre os "cachorros minas" afetou tanto as guarnições dos "Panzer", que estas se desabafavam perseguindo os cães famélicos das aldeias que atravessavam. Mas, mesmo que esta história não seja verosímil, não resta dúvida que o efeito moral das minas é enorme e que deverá ser combatido mediante uma instrução cuidadosa. Da mesma maneira que se prepararam as tropas para o ataque, sob o fogo de artilharia ou de metralhadoras, deverão ser instruídas, nos tempos de paz, na circulação através campos minados, e durante a guerra tal instrução deverá ser procedida na retaguarda. É muito difícil dissimular as covas em que são colocadas as minas; assim, o inesperante aprende, rapidamente, a localizar os pontos suspeitos e tanto mais facilmente, uma vez que os sapadores, verdadeiramente

especializados nas procuras de minas, serão sempre escassos.

O lugar do Comandante dos homens encarregados das minas é, sem dúvida, importante, pois requer inteligência, imaginação e que atue muito estreitamente com as tropas, que, de outra maneira, podem ser tomadas da fobia pelas minas, tão perniciosas como para o inimigo.

Em uma informação americana, sobre a passagem do Roer, a oeste do Reno, pela 30ª Divisão dos Estados Unidos, em 1945, descreve-se o emprêgo, em grande escala, das nuvens de fumaça. Por meio de aparelhos geradores, os destacamentos encarregados produziram uma cortina fumígena que teve um resultado mais eficiente que a própria obscuridade noturna. Mesmo tendo sido prevista uma duração de doze horas, a pedido da infantaria, prolongou-se até trinta e três horas, dando tempo aos engenheiros para construir uma ponte para cargas de veículos e o ataque verificou-se com um êxito completo.

Nas grandes frentes continentais, os engenheiros militares deverão atuar largamente, no estilo de organização Todt Alemã. A morte d'este, num acidente de Aviação, privou os alemães da eficiência conseguida sob sua direção. Os americanos dão a devida atenção a esta questão. Nós os ingleses, em princípio, somos propensos a pôr nas mãos de um menino a missão própria de um homem, se bem que nosso material atual de Engenharia não tem o que invejar aos demais, como, por exemplo, a ponte Bailey.

GUERRA DE MONTANHA

A importância das cristas justifica a sua conquista e ocupação. Se se perde uma crista, torna-se necessário recuperá-la, pois, em caso contrário, cairá toda a posição. Isto se consegue melhor atacando lateralmente, desde a própria crista, do que utilizando-se

reservas situadas na sua parte posterior e, por isso, são essenciais as comunicações transversais.

É deveras útil a instrução especializada para a guerra de montanha. Com este propósito pode ser mencionado o êxito das tropas franco-africanas na Itália.

A mula, portadora dos materiais de combate e subsistência, adquire toda a sua tradicional importância, quando uma Unidade interna-se nas altas montanhas.

Nesta, são ensurdecedores os efeitos acústicos da explosão de granadas e bombas, o que dificulta a boa interpretação de ordens transmitidas pelo rádio.

CORÉIA

Realmente, não se empregaram novas armas, pois trata-se de uma luta entre a técnica e a massa, em que a ação da última desludiu, não resta dúvida, a U.R.S.S.

Quando o conflito começou, as Divisões americanas estavam tão desfalcadas que se teve de recorrer ao seu completamento com sul-coreanos, até 50 por cento de seus efetivos.

Para se alcançar a vitória sobre um inimigo cuja força reside na massa, não há outros recursos senão a potência de fogo e a velocidade (características que o "Combat Command" já aludido reúne). Foram frequentes frentes extensas; por exemplo, 62 km para duas Divisões.

A cooperação aeroterrestre foi deficiente. A grande velocidade dos aparelhos de propulsão a jato obrigou o emprêgo dos aviões, "pathfinder" (*) que localizavam e designavam àquêles os objetivos terrestres, sistema que deu bons resultados.

As operações na Coréia apresentaram um feito notável, que é o transporte aéreo de tropas.

DEFESA EM CONDIÇÕES DE INFERIORIDADE

Um interessante artigo alemão fez uma resenha da defesa da Polónia contra os russos, pouco

(*) Descobridor de Caminhos.

antes de terminar a guerra. Segundo o mesmo, um Corpo de Exército alemão, composto por 8 fracas Divisões, com 70 carros, numa frente de 250 km, aguentou durante 15 dias (22 de fevereiro a 10 de março de 1945) o ataque de 9 Corpos de Exército blindados e 15 Corpos de Exército de Infantaria com 1.600 carros, o que permitiu a evacuação para a Alemanha ocidental, de uma considerável massa de refugiados civis.

ALGUNS CONCRETOS TATICOS

É interessante se constatar a conveniência de situar as posições defensivas em contra-encosta, exceto na montanha, onde é necessário conservar as cristas.

A infiltração noturna é um feito novo que requer atenção especial.

O camponezinho russo, desde a sua infância, está acostumado a trabalhar na escuridão, o que representa uma aptidão para as operações noturnas. E como é um excelente escavador, aferra-se logo ao terreno recém ocupado, do qual é difícil desalojá-lo no fim de muitas horas; por isso, se se tem que contra atacá-lo, deverá se fazer sem perda de tempo.

Segundo uma interessante opinião alemã, é melhor transmitir as ordens por rádios que por telefone, pois se elas fôres bem organizadas, serão breves e precisas e, ainda mais, o destinatário não poderá interrompê-las durante a sua recepção. Durante a campanha impõe-se a brevidade telegráfica.



COOPERAÇÃO AEROTERRESTRE

Comandante JANNELLI — "Revista Militar"
— Itália — Tradução e adaptação dos
Majores Cesar Gomes das Neves e Heráclides
de Araujo Nelson.



FINALIDADE d'êste artigo é pôr em relevo tudo quanto se tem feito e tudo o que se está fazendo sobre esta importante questão e, depois traçar,

ainda que seja de modo sumário — as linhas fundamentais da moderna doutrina a respeito.

A cooperação aeroterrestre é assunto bastante complexo, quer seja pelo fato de que afeta a duas — e às vezes até três — Forças Armadas, que, inclusive, podem ser de diferentes nacionalidades. Sua aplicação é estabelecida e coordenada no âmbito dos comandos superiores (Grupo de Exércitos, Exército e, no mínimo, Corpo de Exército). Por estas razões, e também em parte devido ao nosso empenho de não querer sair senão de maneira gradual e progressiva da nossa regulamentação atual, a realidade é que ainda não foi bem definida uma verdadeira doutrina sobre esta questão; somente, hoje, podemos dizer que se começou a colocar sobre a mesa os dados d'êste problema.

A falta de uma doutrina, as fracas disponibilidades de aviões aptos para estas missões, dotados de equipamentos especiais, como, por exemplo, instalações de radar, câmaras fotográficas, aparelhos de rádio, etc., são outras das causas determinantes dos modestos resultados obtidos até agora neste ramo especial das nossas Forças Armadas.

* *

Feita a exposição de caráter geral, a que aludimos no início, vejamos, em primeiro lugar, "que lugar ocupa" a cooperação aeroter-

restre, com vistas a uma estreita colaboração entre as forças aéreas e terrestres para a consecução de um objetivo comum.

O papel fundamental de uma força aérea pode ser sintetizado no cumprimento das três missões seguintes:

1ª. Bater, por meio do "bombardeio", objetivos especialmente selecionados, com o fim de quebrar o potencial de produção e o moral do inimigo até fazer-lhe perder toda possibilidade e vontade de prosseguir na luta;

2ª. "Defender o território" nacional de ataques eventuais por parte das forças aéreas inimigas;

3ª. "Cooperar" com as forças terrestres e navais.

Depois disto, a determinação da ordem de prioridade das três missões que apontamos antes é uma questão de máxima importância que deve ser resolvida desde tempo de paz, com relação às prováveis missões gerais de todas as Forças Armadas e aos meios que se preveja possa dispôr-se; e, como consequência disto, adaptar a preparação à instrução das forças aéreas, proceder à organização dos comandos e dos órgãos de ligação necessários, assim como à instrução especial das distintas Forças Armadas. Em qualquer caso, resulta indiscutível na atualidade que o cumprimento das missões de cooperação aeroterrestre por parte da aviação constitui, para todos, condição necessária, se se pretende desenvolver, com êxito, as operações terrestres.

* *

Dito isto, vejamos o melhor modo de explicar esta importante ques-

tão. Ela se desenvolve numa corrente de duplo sentido :

— “da Aviação para o Exército”, intervindo na batalha e no combate mediante formas que serão indicadas adiante ;

— “do Exército para a Aviação”, mediante a conquista e a defesa de aeródromos, a preparação de zonas de aterrissagem e os grandes transportes terrestres.

Deixemos de lado esta segunda parte da questão e analisemos quais são as formas mediante as quais tem lugar a cooperação das forças aéreas nas operações terrestres. Estas podem classificar-se do seguinte modo :

1º. “Apôio aéreo”, que constitui uma espécie de fogo “direto ou indireto”, conforme se dirija ou não contra forças inimigas efetivamente empenhadas no combate terrestre ;

2º. “Exploração aérea”, que representa uma contribuição à ação de caráter informativo, “estratégica ou tática”, de acordo com o raio de ação e o valor da unidade em benefício da qual se realiza ; os ingleses a definem como “o setor aéreo do Serviço de Informações” ;

3º. “Transporte aéreo” que representa uma contribuição ao movimento e que, por suas especiais características e exigências, constitui um problema sempre latente e uma missão a cumprir a qualquer momento.

Os meios que se empregam nas diferentes formas de cooperação aérea anunciadas são : aviões de caça e de bombardeio leve para o apôio, e aparelhos de reconhecimento e de transporte para as duas formas restantes.

As principais formas de cooperação, cuja realização se atribui necessariamente a Unidades de Aviação, acrescentam-se outras duas formas cuja realização se confia a pequenas Unidades aéreas — dotadas de aparelhos do tipo “téco-téco e helicópteros” —, porém, para o seu emprego, são distribuídos ao

Exército ; quanto a estas últimas, referimo-nos a :

— “a observação aérea do tiro da artilharia” ;

— “a ligação aérea”, para o melhor entendimento entre os comandos do Exército, para a observação, especialmente em benefício das Unidades blindadas, para a evacuação de feridos, etc.

A utilização do poder aéreo, nas formas indicadas (exceto o transporte aéreo) implica necessariamente numa organização particular das forças aéreas e terrestres, capaz de assegurar uma constante, eficaz e recíproca colaboração, em relação a determinados critérios fundamentais.

Estes “critérios fundamentais”, que devem ser sempre respeitados, são os seguintes :

— esforço aéreo centralizado sucessivamente nas missões preferenciais com uma determinada graduação de importância ;

— responsabilidade das operações aeroterrestres, a qual deve ser atribuída aos Comandantes das Zonas de Partida e, quando tal responsabilidade for fixada, deve, também, ser a eles conferido o comando de todas as forças que participarem da ação ;

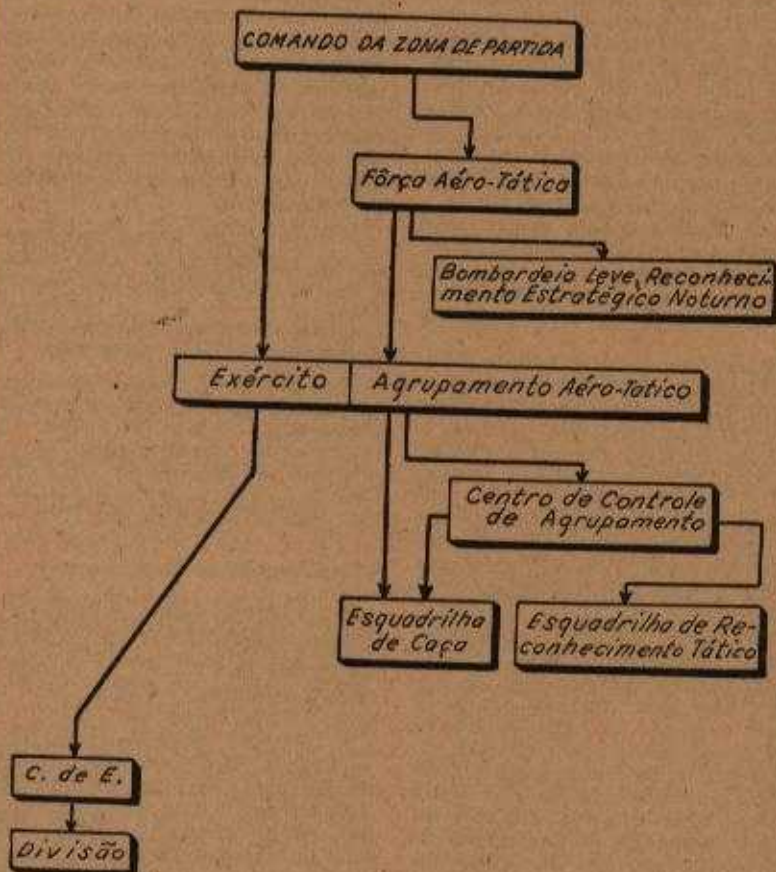
— coordenação do emprego das forças aéreas, centralizado nos comandos mais elevados ;

— elaboração de um plano comum de operações aeroterrestres. As ordens relativas às operações aéreas devem partir do Comando aéreo, porém, sem se afastar do Plano de Operações estabelecido ;

— execução das operações aéreas confiada a órgãos especiais de controle da Aviação, nos quais se integram também representantes do Exército.

A estes critérios fundamentais que acabam de ser indicados corresponde a organização esboçada no esquema seguinte, no qual se pode observar facilmente que, do comando da Zona de Partida depende uma F.A.T. (Força Aerotática), e a cada Exército se atribui um Grupamento Aerotático.

ORGANIZAÇÃO DO COMANDO NA COOPERAÇÃO AEROTERRESTRE



Naturalmente a organização gráfica que acabamos de representar não deve ser considerada de maneira rígida; antes, ao contrário, deve ser interpretada com certa flexibilidade, uma vez que nada se opõe a que uma Fôrça Aerotática, ou mesmo uma Fôrça Aeroestratégica seja empregada em benefício de um Exército ou de um Corpo de Exército, ou que uma Unidade

da Fôrça Aérea, ou mesmo um Agrupamento seja empregado em benefício de um outro Exército diferente daquele para o qual atua normalmente. Esta flexibilidade de emprego das Fôrças Aéreas constitui uma característica favorável que deve ser plenamente utilizada a fim de em caso algum permaneçam inoperantes fôrças aéreas que, pelo contrário, poderiam ser

de vital importância em setores particularmente sensíveis.

Os comandos terrestres e aéreo, no escalão Grupo de Exércitos (quando existir) e Exército se confundem — podemos dizer — num comando único misto aeroterrestre, o que na prática se realiza situando-se o comando aéreo no mesmo lugar que o comando terrestre. Esta fusão dos dois comandos traz como consequência a fusão dos dois Estados-Maiores — principalmente da parte operativa e de informações —, num só Estado-Maior combinado ou misto, integrado por:

— Oficiais adjuntos do comando terrestre para as operações aéreas e reconhecimento aéreo;

— Os oficiais de ligação, adjuntos, também, do comando da Aviação.

Em outros termos, não se trata de constituir um órgão suplementar de E.-M., mas, apenas, de aproximar, num ambiente comum e único, o elemento operativo e o elemento informativo dos dois comandos.

Esta fusão apresenta a notável vantagem de permitir um trabalho verdadeiramente em comum e uma maior participação da aviação nas necessidades das tropas de terra.

No escalão Exército — Agrupamento aerotático, no qual a intervenção aérea tem sempre um carácter de maior urgência, o fato de que o comando do Agrupamento fique justaposto ao Comando do Exército, e, por consequente, distantes naturalmente das suas bases aéreas, implica na necessidade de que o comando do Agrupamento aéreo disponha de um órgão de controle, organizado e localizado de tal maneira que possa exercer, efetivamente, as funções executivas sobre as esquadrilhas de caça e de reconhecimento e que possa controlar, por meio de suas redes de radar e de rádio, toda a atividade aérea amiga e inimiga no teto da sua Zona de ação.

Este órgão intermediário entre o comando de Agrupamento aéreo e as bases aéreas chama-se: "C.C. A." (Centro de Controle de Agrupamento), e pode ser representado, de forma figurada, como uma

grande sala de operações, na qual se acompanha constantemente a situação dos aviões, no ar e em terra, amigos e inimigos, e da qual partem as ordens executivas para todas as missões de voo; deste órgão fazem parte O.A. (observadores aéreos) do Exército.

A natureza e constituição das forças aéreas destinadas a cooperar com as terrestres varia necessariamente com a importância e com as missões das forças terrestres amigas e inimigas; deve, sem dúvida, compreender uma integração de Unidades de:

— bombardeio leve e reconhecimento estratégico noturno subordinado ao comando da Zona de Partida;

— caça e reconhecimento tático no escalão da G.U. Exército.

A título de orientação, no Agrupamento aerotático podem ser previstos:

— uma esquadrilha de reconhecimento;

— uma esquadrilha de caça por C. Ex.

O Comando de Exército deve:

— contar em sua Secção de Operações com oficiais que se ocupem exclusivamente das operações aéreas e em sua Secção de Informações com outros que se ocupem do reconhecimento aéreo;

— destacar representantes junto ao C.C.R. e a todas as Unidades aéreas para assentar os detalhes, disposições e contactos diretos que são indispensáveis para que a intervenção aérea possa adaptar-se perfeitamente às operações terrestres; os quais chamamos de "oficiais adjuntos para a cooperação aeroterrestre" têm uma função de primeira ordem no bom êxito das missões de voo;

— mesmo assim, é necessário organizar um sistema especial de ligações e transmissões para o apoio aéreo, sistema este que deve poder permitir rápida e constante ligação independente com as Unidades em primeira linha, entre estas o C.C.R. e os aviões em voo, além do contacto direto com os oficiais de li-

gação nas Unidades aéreas e o C.C.R.;

— deve, finalmente, dispor de uma organização capaz de proceder à interpretação, reprodução e distribuição das fotografias aéreas.

Isto é o que constitui, talvez, de forma demasiado sintética, o arcabouço da organização que permite realizar as duas formas de cooperação que tem uma maior adaptação com as operações terrestres: o apoio e a exploração. Em outros termos, para assegurar a intervenção das forças aéreas em tempo útil, para que seja eficientemente utilizada pelas forças terrestres, tem-se mostrado necessário e imprescindível uma organização do género da apresentada que, vista depois em detalhe, não deixa de ser, na realidade, bastante complexa.

Do que até aqui foi dito deduz-se que a cooperação aeroterrestre requer uma longa preparação e um profundo e cuidadoso conhecimento e confiança recíprocas, questões todas que somente podem ser conseguidas quando se realiza o treinamento das Forças Armadas com bastante antecedência.

* *

Esboçado o quadro geral relativo a alguns dos conceitos fundamentais de organização, consideremos agora, com mais detalhe, o "apoio aéreo" e a "exploração aérea".

Como dissemos anteriormente, entende-se por "apoio aéreo" o reforço de fogo dado pelas forças aéreas com o fim de neutralizar ou desorganizar a eficiência operativa do inimigo na área tática. Realiza-se sob a forma "indireta" e "direta", de acordo com o grau de adaptação às operações terrestres. Com relação às suas "modalidades" de ação, pode ser "previsto" ou "imediato", conforme tenha lugar mediante um plano pré-estabelecido ou responda a solicitações imprevistas.

Ao "apoio direto" são atribuídas as seguintes missões:

— colaborar na manutenção de um certo grau de superioridade aérea, com ações dirigidas contra as forças aéreas inimigas;

— impedir os movimentos inimigos mediante ações de "interdição", dirigidas contra o sistema de comunicações, até conseguir-se o máximo isolamento do campo de batalha;

— desbaratar o dispositivo tático inimigo, mediante ações de "perturbação", dirigidas contra depósitos, postos de comando, concentrações, etc.

Ao apoio "direto" confia-se a missão de intervenção no combate terrestre, mediante ações de fogo que complementem e estendam a ação da artilharia num plano de fogos único, plano de fogos que se prepara à base de uma cuidadosa avaliação das respectivas possibilidades de bater mais eficazmente objetivos de características diversas.

Corresponde ao Comando responsável pelas operações aeroterrestres estabelecer, a cada momento, à qual destas formas se deve dar preferência, tendo em vista as exigências de todas as forças à sua disposição e nos domínios do princípio da concentração do esforço aéreo até as missões que em cada momento, também, possam ser as mais importantes. Nesta avaliação, merece particular menção a prioridade que deve ocupar — expressamo-la com um termo um pouco vago, o qual se pode chamar de "superioridade aérea".

"A superioridade aérea", no escalão da G.U. Exército, entende-se geralmente como "proteção do teto de determinadas áreas contra a ação aérea inimiga"; a batalha para a superioridade aérea é organizada e acionada num escalão mais elevado e, normalmente, com outras forças aéreas.

Não obstante isto, no escalão da G.U. Exército, a importância da ação aérea contra as forças aéreas inimigas não deve ser despresada, de vez que, sem um certo grau de superioridade de cobertura, corre-se o perigo de não se poder realizar nenhuma outra forma de intervenção aérea em benefício das nossas tropas e o de estar constantemente sujeitos à ação aérea inimiga.

Agora veremos como se consegue o apoio aéreo, isto é, quais são as suas "linhas de ação". A este respeito, considero que o melhor que podemos fazer é proceder o exame de um caso concreto que, embora um pouco teórico e, por conseguinte, um tanto excepcional, parece servir para esclarecer melhor, a este propósito, tudo quanto dissemos até aqui.

Admitamos, para tanto, que em uma certa fase do combate, um Comandante de Batalhão em primeiro escalão considere de caráter imediato solicitar o apoio urgente de forças aéreas, e admitamos que, junto ao citado Batalhão, tenha sido destacado um "pôsto de antena", um oficial O.A. (observador de aviação) do Exército e um oficial aviador.

Façamos um pequeno parentesis :

— o "pôsto de antena" constitui, neste caso, o tentáculo mais avançado da rede de ligação para o apoio. É formado por um caminhão-rádio provido de estações rádio V.H.F., isto é, de ondas métricas para a ligação em fonia com os aviões e de estações H.F., ou seja de ondas decamétricas para a ligação em superfície, e do pessoal de comunicações necessário; conta, além do mais, com um certo número de painéis de sinalização. Pode estabelecer ligação com os aviões em voo, com o comando ao qual foi pôsto à disposição, com o C.C.R. e, diretamente, com o comando do Exército e com os comandos intermediários.

Em cada caso, o "pôsto de antena" é atribuído pelo comando do Exército a Unidades em primeiro escalão, de acordo com as necessidades que hajam sido previstas;

— os dois oficiais, o do Exército e o da Aviação, constituem um "núcleo avançado para a intervenção aérea" e se servem do pôsto de antena para as funções que examinaremos praticamente depois. No escalão da G.U. Exército, o "núcleo avançado para a intervenção aérea" se destaca das Unidades em primeiro escalão, conforme as ordens do E.-M. misto, que — como

já dissemos anteriormente — funciona na G.U. Exército e nas superiores.

Fechemos o parêntesis que abrimos antes e voltemos ao nosso Comandante de Batalhão, o qual, de acordo com a sua missão, dirige ao oficial O.A. do "Núcleo avançado" um pedido de intervenção aérea especificando detalhadamente o que quer e quando quer.

O oficial O.A., que é um especialista em cooperação aeroterrestre, apresenta ao Oficial aviador o pedido recebido e juntos decidem e estabelecem as questões de detalhes.

Tudo quanto acabamos de dizer poderia ser feito também em uma espécie de informe de três.

Agora podem dar-se dois casos :

— se com certa antecedência o E.-M. misto do comando da Grande Unidade Exército tiver pôsto um certo número de aviões à disposição do "Núcleo avançado", que consideramos, e se estiver previsto que os aparelhos postos à disposição do mesmo possam ser empenhados sobre o objetivo de maneira eficiente, o oficial aviador — além de levar em conta todas as considerações formuladas pelo seu colega do Exército — chamará diretamente o C.C.R. para que lhe sejam enviados os aviões em número necessário, e quando os aparelhos tiverem alcançado o teto da zona, dará ao comandante da formação em voo as instruções relativas ao objetivo a atacar; pode, inclusive, dar-se o caso de que os aviões disponíveis estejam em voo e, neste caso, o oficial aviador chama-los-á diretamente com a V.H.F. do pôsto de antena e dirigi-los-á sobre o objetivo. Sem dúvida, isto será um caso excepcional, de vez que é anti-econômico manter aviões em voo por um tempo indeterminado;

— se, ao contrário, o "Núcleo avançado para a intervenção aérea" não conta, no momento, com aviões à sua disposição, ou o objetivo não pode ser atacado pelos aparelhos que lhes foram atribuídos, ou inclusive estes já estão empenhados em outras missões, então o pedido

do Comandante do Batalhão é transmitido diretamente ao escalão Exército, tendo os comandos intermediários na escuta para o caso de que queiram intervir.

• •

Vejamos agora o que se passa no âmbito da G.U. Exército.

Na secção de operações do comando do Exército existem — como já dissemos — Oficiais O.A. que se ocupam exclusivamente das operações aéreas; atualmente são previstos dois; estes oficiais tem, entre outras, a missão de coordenar todos os pedidos de intervenção aérea, tanto para o apoio como para o reconhecimento aéreo; pedidos que podem proceder das unidades subordinadas, como neste caso, ou que possam permanecer integradas dentro de um plano geral.

Todos estes pedidos são examinados pelo E.-M. Misto do Exército, onde em reuniões periódicas, chega-se a um verdadeiro acordo sobre a repartição das missões de voo para as sucessivas operações, isto é, que se atribuirão:

— tantas missões para o apoio imediato, e destas umas tantas poderão ser postas à disposição de algum "Núcleo avançado de ligação aérea", e outras, à disposição do próprio E.-M. Misto;

— do mesmo modo serão atribuídas tantas missões de apoio previstas e tantas outras para o reconhecimento.

Este acordo de repartição de missões se concretiza, no que concerne à parte aérea, por meio de ordens que o Comandante do Agrupamento aéreo transmite ao C.C.R., o qual, por sua vez, designa as missões às unidades aéreas e passa a controlar sua execução.

No caso que examinamos, dissemos que o pedido chega diretamente do "Núcleo avançado para a intervenção aérea" ao E.-M. Misto — o que quer dizer que não existem aviões à disposição direta do "Núcleo" —, onde é examinado com a finalidade de ver se pode ser

incluída nos acordos estabelecidos previamente:

— em caso negativo, o pedido provavelmente será anulado, comunicando-se isto ao peticionário; ou, se for o caso, poderá ser atribuído a um órgão superior;

— em caso afirmativo, isto é, quando o pedido pode ser considerado dentro dos acordos estabelecidos, com antecedência, ele é encaminhado ao Comando do Agrupamento aéreo, comunicando-se isto ao peticionário e, também, à unidade aérea a qual foi atribuída a missão ao oficial de Terra adjunto da cooperação aeroterrestre destacada junto ao Agrupamento aéreo; este oficial tomará contacto imediatamente com os pilotos encarregados da execução do pedido, formulado para questões de detalhes.

O Comando do Agrupamento aéreo transmite a ordem ao C.C.R.

O C.C.R., por sua vez, dá a ordem de execução a uma unidade aérea, e quando souber a hora do ataque aéreo ao objetivo, faz a comunicação ao E.-M. Misto; este, por sua vez, notifica ao interessado que o seu pedido foi atendido e que a ação foi acertada para ser realizada à hora "X". O Comandante de Batalhão tomará então todas as medidas necessárias para explorar a ação aérea, com oportunidade. Os aviões, chegados que sejam ao teto da zona de ação, serão conduzidos sobre o objetivo pelo oficial piloto do "Núcleo avançado de ligação aérea".

A experiência proporciona os seguintes dados de orientação relativos aos tempos entre o pedido e a intervenção:

— 12 — 24 horas para ações de apoio pré-estabelecidas;

— 0,30 — 2 horas para ações de apoio imediato e conforme os aviões estejam em voo ou em estado de alerta no aeródromo.

• •

Do exemplo que acabamos de examinar, vê-se que, conquanto a organização estudada fique integrada na G.U. Exército, não constitui obstáculo para que, inclusive,

os comandos subordinados, possam pedir e obter a intervenção aérea em tempo relativamente curto.

* *

No que se refere ao reconhecimento aéreo, é oportuno lembrar que a Circular n. 1.600 dispõe sobre o planejamento e a orientação deste problema. Não obstante isto, estimamos que não seja sem propósito aludir aqui a esta questão, embora de modo muito sumário.

Como já dissemos, a exploração aérea se classifica em "estratégica" e "tática", conforme o raio de ação e a categoria da unidade terrestre em benefício da qual se realize.

A exploração aérea estratégica é sempre fotográfica; a tática pode ser fotográfica ou à vista, confirmada pela fotografia; existe, além do mais, um reconhecimento aéreo tático para a artilharia que se não deve confundir com a observação aérea do tiro, que — como sabemos — é feita com unidades e meios completamente diferentes.

O reconhecimento aéreo tem lugar de dia ou à noite; o noturno é feito com meios que estão à disposição do escalão do Comando da Zona de Partida, e isto momentaneamente devido a razões de caráter técnico.

A organização e as modalidades são, de certo modo, semelhantes às já examinadas para o apoio, levando-se em conta, sem dúvida, que tratando-se de uma atividade informativa, ela fica fazendo parte do setor informativo dos comandos terrestres, integrando-se, deste modo, na ação do reconhecimento terrestre, que o completa e às vezes conduz.

Os meios aéreos empenhados são:

— para o reconhecimento estratégico: aviões especiais de grande autonomia e raio de ação, dotados de completas instalações fotográficas e para a navegação;

— para o reconhecimento tático: aviões de caça, dotados de aparelhos fotográficos.

A propósito destes aviões, estou plenamente convencido de que, se o "monoplace" oferece a vantagem da velocidade e, por conseguinte,

da segurança, o "biplace" responde muito melhor, sobretudo quando empregado sobre uma zona de montanha; com efeito, não consigo imaginar como um piloto de capacidade normal possa, simultaneamente, pilotar o seu avião, defender-se da caça e das antiaéreas inimigas, manter-se ligado, ler o plano e, por último, cumprir sua missão, isto é, reconhecer o terreno. Sem dúvida, esta é uma questão sobre a qual não posso deter-me neste lugar.

A exploração aérea estratégica interessa aos comandos mais elevados; a tática, pelo contrário, interessa essencialmente à G.U. Exército, ao C. Ex. e, excepcionalmente, à Divisão.

Os pedidos para a exploração aerotático podem ser formulados por qualquer unidade terrestre, transmitidos, normalmente, pela rede de comando e, em caso de urgência, por intermédio da rede para o apoio. Filtrados através dos diversos comandos intermediários, os pedidos chegam à Secção de Informações do Comando do Exército, onde são reunidos, para o seu exame, pelo E.-M. Misto; a partir daí, tudo o mais segue o mesmo caminho indicado para o apoio aéreo.

Na esquadrilha de reconhecimento, chegada a ordem de execução do C.C.R., o Oficial adjunto da cooperação aérea — que está em permanente contacto com a Secção de Informação do Comando do Exército — dá, ao piloto observador encarregado do cumprimento da missão, todas as explicações e esclarecimentos que possam facilitar-lhe o desempenho de sua tarefa.

Cumprida a missão, o piloto pode comunicar diretamente, em voo, ao C.C.R. ou ao posto de antenna — se houver algum na zona — as notícias mais urgentes; sem dúvida, normalmente, chegado que seja à base, redige — em cooperação com o oficial adjunto da cooperação aeroterrestre — um informe resumido que se transmite (anexando-lhe as fotografias, filmes e qualquer outra anotação importante) à Secção de Informação do Comando do Exército: aqui se começa por interpretar as fotografias e a tirar

o número de cópias necessárias e a transmitir as informações e as fotografias a quem as houver solicitado. O ideal seria fazer chegar ao solicitante, dentro das vinte e quatro horas após ter sido formulado o pedido, informes do mesmo gênero; isto é, não fotografias interpretadas.

Este tempo pode ser diminuído notavelmente se a comunicação da informação fôr feita por telefone — isto é, sem fotografias — pelo oficial adjunto para a cooperação aeroterrestre à Secção de Informação do Comando do Exército; neste caso, deveria ser possível fazer chegar ao solicitante as informações duas horas depois da aterrissagem do avião.

Talvez toda esta organização e todas as modalidades, às quais apenas fizemos alusão, podem parecer um tanto complicadas, principalmente se, ao pensar cada um de nós sobre este assunto, nos prevenirmos do enorme trabalho de pedidos, ordens, acórdos, informações, etc., e que, sem dúvida, são todas indispensáveis; não obstante isto, se as comunicações funcionam, se o pessoal de voo e o de terra estão bem instruídos e, sobretudo, se existe uma geral, sincera e recíproca compreensão, o sistema tornar-se-á mais fácil e simples, e é seguro que responderá às necessidades, além do mais, não se deve perder de vista que a organização é a base da cooperação.



A MODIFICAÇÃO DOS P P

Cel. J. H. GARCIA



Estão demorando a modificar os Programas Padrão, não tanto por não ter o que modificar, mas mais por haver dificuldade em definir quem vai to-

mar a iniciativa de fazê-lo.

Outra dificuldade sobrevem. É que eles foram feitos pela DA, orientada pelo EME, dois órgãos colocados no cume da administração da instrução, portanto, muito distantes da tropa, que está na sua base; a distância que os separa é grande e muito maior aqui para nós que não nos habituamos a dar o devido valor ao elemento que os liga, verdadeiro sistema nervoso deste organismo — os relatórios.

Entre nós, infelizmente, os relatórios, em geral não são objetivos, defeito dos que os redigem, por sua vez consequência de não merecerem dos que os recebem o devido mérito.

Os relatórios, em toda a parte, ao serem recebidos, sofrem tratamentos científicos, acurados estudos por vários órgãos especializados e os dados nêles constantes são incorporados a outros, tratados, comparados, reduzidos a médias, números índices, padrões e após um veraneio, quanto mais prolongado melhor, no campo da estatística, aparecem, sob a forma de conclusões, ilações ou o que for, impondo modificações nos documentos iniciais.

Redigir um documento, mesmo um grupo de indivíduos experientes, apenas redigir e publicar, sem seguir de bem perto sua execução e estudar os resultados obtidos para, em consequência, introduzir modi-

ficações como acima dissemos, de nada vale: é uma ação teórica pura que não se coaduna com a instrução militar, coisa essencialmente prática, porque visa preparar indivíduos para a guerra, que não admite fantasias.

Os PP estão nessa categoria; o EME e a DA estão e se mantêm muito afastados dos executantes.

Os PP merecem um laboratório para tratar dos resultados de sua aplicação.

Quando na DA, tivemos ocasião de ler alguns relatórios de comandantes de RM, recebemos muitas cartas de amigos e conversamos com muitos outros companheiros sobre estes documentos...

Entre os muitos defeitos que nêles apontam, um nos parece sobressair: "constituem tradução, com 5 % de adaptação".

Em nosso país, onde os Forças Armadas são o mais forte fator da manutenção do regime e onde as unidades foram e são dispostas mais com finalidades políticas que estratégicas, há necessidade de reduzir o mais possível o período morto entre a desincorporação e o momento de ter o homem pronto para manter a ordem, isto é, o homem mobilizado, capaz de empregar o seu material, combater enquadrado na unidade elementar e estas prontas também.

Nos programas-progressão que organizamos sob a orientação dos franceses, isto era plenamente atendido: havia os objetivos a atingir, no fim de determinadas épocas, fases e períodos, e as matérias eram selecionadas e grupadas com aquelas finalidades; esta seleção da matéria era importante, nenhum

assunto era incluído que não servisse aos objetivos determinados; selecionados os assuntos, davam-se ao luxo de gritar aqueles que deviam ser repetidos por forma a passarem aos reflexos.

Todo o assunto que não influísse diretamente para alcançar os objetivos, era deixado para a fase ou período seguinte:

Os EE.UU., donde provieram os documentos originais, não possuem suas Forças Armadas para utilizar na mesma prioridade que nós: daí a diferença dos programas que traduzimos ao pé da letra.

Lá, os indivíduos são chamados para o Serviço Militar e, após serem selecionados, são reunidos em Centros de Instrução onde, além de disporem de um período pequeno de tempo para se adaptarem, recebem, durante dois meses, uma instrução básica militar, que é comum em todos os centros, permitindo portanto, findo este prazo e feitas as verificações e outros estudos, jogá-los à vontade para as várias espécies de unidades, qualificações e especialidades que possuem, por forma a aproveitarem, o melhor possível, as vocações, os interesses e as características personalísticas de cada um.

Se entre nós, o homem, após a seleção nos PR, é encaminhado definitivamente para determinadas unidades, sendo proibida a sua transferência, mesmo com o sistema rudimentar de seleção que adotamos que possibilita erros graves, para que perder tempo com uma instrução básica geral, com generalidades que ocupam muitas horas que podiam ser empregadas para alcançar o objetivo *benigno* indígena que constitui "o pronto no menor tempo possível"?

Quem examinar detidamente os PP para o Período de Adaptação e para a Instrução Básica Militar e Básica de Qualificação, encontrará muitos assuntos que, para nós aqui, deviam ser ensinados no Período de Aplicação. Por exemplo, para que ensinar em pleno Período de Formação, a necessidade do casamento, o que é a família, a História do Brasil desde o seu descobrimento

até a Guerra do Paraguai, o sigilo das informações militares, etc.?

Por certo é de mais utilidade aproveitar esse tempo para ensinar o manejo e o uso das armas, o aproveitamento do terreno, a escola da guarnição, etc. . . .

O Período de Adaptação não foi bem compreendido por nós. Não se adapta um indivíduo a um meio; o indivíduo é que se adapta.

Ajustamos uma peça a uma máquina, limando-a, forçando-a, mas seria contraproducente se fossemos fazer isto com homens. Sobre este período de instrução, já escrevemos em outro número da A Defesa Nacional. Os argumentos que tecemos aí nos levam à convicção de que menos de um mês para este período é pouco tempo, a menos que o aliviemos completamente da série de exames médicos e físicos, bem como de vários testes que, nesse período, são aplicados. É necessário dar aos homens tempo para se adaptarem. A ação indireta sobre eles é de efeitos mais demorados, mas mais duradouros.

Com referência ao Período de Formação, que nos interessa mais de perto, somos convencidos que merece particular atenção.

Perguntamos:

- é prático ficar com um homem no quartel onde há necessidade de lhe ensinar tanta coisa útil e perder tempo ensinando razões do casamento, História do Brasil, etc.?
- o tempo de que dispomos para instruir nossos homens não é pouco, se considerarmos que instruir não é apenas "informar" mas é informar, repetir, repetir para gravar por muito tempo ou para passar aos reflexos?
- com o sistema de incorporação atualmente empregado, quem toma conta da segurança do quartel, quem dirige as viaturas de que depende a vida nesse quartel, se se perder tempo ensinando coisas que o homem pode aprender mais tarde?

Não nos interessa apontar as falhas dos PP, embora consideremos que eles vieram anular 25 anos de trabalho e experiência no campo da organização da instrução; vieram anular uma forma de trabalhar na qual já estávamos há muito no período da "criação", substituindo-a pela forma que mais podemos chamar de "copiação".

Por que isto não aconteceu com a tática?

— Justamente porque as nossas resistências nesse campo eram mais sólidas.

Dirão, porque a tática é uma só...

Diremos nada há de novo nos PP a não ser nomes porque assim foram traduzidos...; poderiam ter sido traduzidos pelos mesmos nomes que sempre empregamos.

Interessa-nos, sim, evoluir, adaptar o que foi feito, melhorar à luz das falhas apontadas pelos executantes...

Os PP não podem ficar aí como um monumento a respeitar, resistindo a todas as críticas, mesmo sem defensor.

É necessário, embora reconhecendo o trabalho dos outros, iniciar a melhoria dos PP.

O objetivo deste nosso trabalho é justamente de propor uma modi-

ficação no conceito de instrução básica, isto é, firmar um conceito que corresponda às nossas necessidades.

A nossa instrução básica não deve ser o que está nos PP e sim uma combinação da IBM com a IBQ que chamaríamos apenas "instrução de formação" da qual os assuntos seriam ministrados por ordem de importância com relação ao "pronto no menor tempo".

Aliás a Nota de Instrução n. 1 do EME, que até agora não teve execução, abria caminho para esta modificação...

Esta modificação de que estamos tratando já deve estar sendo introduzida, porque corresponde a uma necessidade imperiosa: todos os comandantes de unidade sentem necessidade de rocar muitos assuntos dos três últimos meses do Período de Formação para os dois primeiros e vice-versa, bem como levar muita coisa dos dois primeiros períodos de instrução para o último; necessidade essa justamente imposta por nossas circunstâncias particulares.

* * *

Em síntese, há necessidade de estabelecer um conceito de instrução básica para cada arma.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

ELEMENTOS MOTOMECANIZADOS COM AS D.I.

CAVALARIA ORGÂNICA DAS GRANDES UNIDADES

Cap. Cav. J.H. FOLEY

Traduzido da Revista "An Cosantoir" (Irlanda), pelo Cel. Mateo Marcos, na "Revista Ejército" (Espanha), de outubro de 1961 e desta, data vinda, pelo Ten.-Cel. FLORIANO MÖLLER



s diferentes tentativas feitas pelos Exércitos Inglês e americano em relação à dotação de elementos motomecanizados para suas GG.UU., revelam interessantes pontos de vista que se prestam à comparação e discussão. Para iniciar este estudo, é essencial examinar primeiro as respectivas organizações da 2ª Grande Guerra, verificar os resultados apresentados e, a seguir, examinar as organizações de após-guerra, levadas à prática ou em projeto.

Antes de começar a falar das diferentes formações motomecanizadas, é necessário citar que o Grupo (Squadron), Esquadrão (Troop) e o pelotão (platoon) do Exército Americano correspondem ao Regimento, Esquadrão e Pelotão ingleses, respectivamente. Recentemente, os americanos fizeram algumas modificações na dotação e emprego das unidades motomecanizadas das GG.UU., o que veremos no decorrer deste artigo.

UNIDADES DE RECONHECIMENTO

Durante a última guerra, a D.I. americana tinha um Esquadrão de Cavalaria de Reconhecimento como uma unidade orgânica. O manual de campanha dizia: "O Esquadrão de Reconhecimento da Divisão de Infantaria está organizado, equipado e instruído para executar missões de reconhecimento. É o elemento móvel de reconhecimento com que conta o General Cmt. da Divisão". A D.I. inglesa contava com um Regimento orgânico para desempenhar a mesma missão.

O Esquadrão americano era constituído pelo Comando, Pelotão de Comando e três pelotões de reconhecimento. Cada Pelotão dispunha de seis "jeeps" e três viaturas blindadas M-8. Três das viaturas de 1/4 ton conduziam metralhadoras ponto 30 e as outras três, morteiros de 60 mm. As viaturas blindadas eram armadas com canhões de 37 mm e uma metralhadora ponto 30. Contavam, também, com alguns lança-rojões e o correspondente armamento portátil para a tripulação. Essas viaturas eram dispostas em grupos de combate; um M-8 e 2 "jeeps" para cada G.C.

O Regimento de Reconhecimento inglês era formado por um conjunto de viaturas de reconhecimento, viaturas blindadas, morteiros e canhões anticarro. Sua organização era a seguinte: um esquadrão de comando, que contava com uma secção de morteiros de 3" e uma secção de canhões anticarro. O Esquadrão de Reconhecimento tinha três pe-

lotões de reconhecimento e um de assalto. Os pelotões de reconhecimento eram constituídos por duas viaturas blindadas, duas de reconhecimento e seis de transporte; o pelotão de assalto, por quatro secções, que eram transportadas em viaturas "q.t."

As duas organizações que acabamos de descrever constituíam os elementos motomecanizados das D.I. até o final da guerra. Houve algumas modificações em sua constituição, mas foram poucas; essencialmente, estas unidades permaneceram tal como as descrevemos acima.

Ao terminar a guerra, os americanos fizeram estudos e levaram a cabo experiências para conhecer a eficácia de várias organizações de tempo de guerra. Uma destas experiências teve lugar em Bad Nauheim, em 1945. Tratava-se de estudar, entre outras coisas, a execução de missões por parte dos elementos motomecanizados. O relatório elaborado pela Comissão compreendia vários considerandos sobre a perfeita execução das missões designadas, assim como fazia constar que os Cmts. das D.I. americanas eram partidários de se aumentar, para um Grupo, o Esquadrão de Reconhecimento orgânico que se lhes havia sido atribuído. A organização que se propunha para esse Grupo era a seguinte: três Esquadrões de Reconhecimento, um Esquadrão de Carros (16 carros de combate leves) e um pelotão de canhões de assalto (quatro peças de 76 mm, auto-propulsadas).

Do estudo das operações realizadas pelos Esquadrões e Grupos de Reconhecimento (a dois Esquadrões) da cavalaria americana, durante a guerra, destacam-se alguns pontos de interesse:

1º) Treze Grupos de Cavalaria Mecanizados e um Esquadrão de Reconhecimento independente combateram no Teatro de guerra europeu. Os grupos eram atribuídos aos C.Ex., se bem que, em certas ocasiões, fôsse postos à disposição de uma única Divisão para operações especiais.

2º) Treze Esquadrões de Reconhecimento e dois Grupos de Reconhecimento combateram no Teatro Europeu como elementos de cavalaria das Divisões Blindadas Leves e das Divisões Blindadas Pesadas, respectivamente.

3º) Quarenta e dois Esquadrões de Reconhecimento combateram, nesse mesmo Teatro de Operações, como unidades orgânicas das D.I.

MISSÕES DURANTE A GUERRA

As Unidades de Reconhecimento de Cavalaria foram organizadas, em 1942-43, com o objetivo de atuarem na vanguarda das Divisões e C.Ex. para atenderem às missões de exploração e se oporem à do inimigo; deviam evitar empenhar-se no combate sempre que não fôsse absolutamente necessário ao cumprimento de sua missão. Na prática, os Comandos fizeram caso omissos desta doutrina. A exploração afastada era executada pela Aviação e a aproximada pelas unidades em contacto. As Unidades de Cavalaria executavam, em troca, as seguintes missões:

1. Combates ofensivos, inclusive ataque e perseguição;
2. Combates defensivos; ações retardadoras; manutenção dos pontos-chaves do terreno até a chegada dos grossos;
3. Reconhecimentos;
4. Segurança em marcha e nos estacionamento; proteção de flancos; manutenção da ligação entre as G.U. e preenchimento de intervalos, por ocasião do desdobramento das G.U.;
5. Operações especiais, inclusive combate em localidades, proteção das linhas de suprimento, segurança e vigilância de zonas da retaguarda;

6. Reserva móvel e atuação como órgão de informações do Exército.

Consoante um artigo da revista americana "Cavalry Journal", de maio de 1946, a percentagem dos tipos de missões desempenhadas pelas Unidades de Cavalaria foi a seguinte: combates defensivos, 33 %; operações especiais, 29 %; segurança, 25 %; combates ofensivos, 10 % e missões de reconhecimento, 3 %. Estas percentagens são aproximadas; mas, outro autor americano assegura que as missões puramente de reconhecimento no Teatro de Operações Europeu não passaram de 2 %.

Os dados acima trazem à baila os seguintes considerandos:

a) A execução de missões puramente de exploração de êxito foram raras;

b) A execução de missões defensivas pelos Regimentos Mecanizados de Cavalaria foi coisa corrente;

c) A relação entre os dias em que, por exigência de suas missões, as Unidades de Cavalaria tiveram que combater "montadas" e "a pé", foi de 1,8 a 1;

d) Na execução de suas missões ofensivas, defensivas ou de segurança, era normal que se atribuisse, aos Grupos de Cavalaria Mecanizados, um Grupo de Artilharia, um Batalhão de destruidores de carros ou uma Companhia de Engenharia;

e) O desempenho das missões de reconhecimento ou segurança normalmente obrigaram os Grupos de Reconhecimento a combater.

Os dados acima se referem exclusivamente a estudos sobre o emprego das Unidades de Cavalaria americanas. Não dispomos de dados minuciosos sobre as experiências dos Ingleses com seus Regimentos de Reconhecimento. Entretanto, do que se soube a respeito da atuação de alguns Regimentos de Cavalaria, parece que foram empregados para executarem muitas missões diferentes daquelas para que foram organizados. Pode dizer-se que foram empregados para executarem missões que variaram dentre as mais puras de Cavalaria às normais da Infantaria.

MODIFICAÇÕES DE APÓS-GUERRA

Como resultado destes estudos, ao se reajustar as Unidades dos Exércitos Americano e Inglês, no após-guerra, foram feitas algumas modificações. Assim, na D.I. americana atual aparecem novos elementos de Cavalaria ou de Blindados, mencionados a seguir:

a) Um Esquadrão de Reconhecimento;

b) Um B.C. C.P.;

c) Uma Cia. de C.C. Pesados em cada Regimento de Infantaria. Sobre essa organização, podemos citar alguns pormenores e que são os que se seguem:

a) O Esquadrão de Reconhecimento é o mesmo Esquadrão da 2ª Grande Guerra, cuja organização foi modificada em alguns detalhes. A constituição deste Esquadrão passou a ser a seguinte:

1. Três Pelotões de Reconhecimento, cada um deles com uma secção de carros de combate (2 carros leves), uma secção de exploração (cinco viaturas de 1/4 ton), um grupo de fuzileiros (em uma viatura de transporte blindada) e uma secção de morteiros de 81 mm (duas viaturas de 1/4 ton);

2. O pelotão foi aumentado de 30 para 39 homens;

3. Os carros de combate leves substituíram as viaturas blindadas;

4. Cada pelotão foi dotado de uma viatura blindada para transporte de pessoal (fuzileiros).

b) O Batalhão de Carros de Combate Pesados é um elemento novo da D.I., a qual não dispunha de carros de combate em sua organização, durante a guerra passada. É constituído pelo Comando, uma Cia. de Comando e Serviços, três Companhias de Carros e 4 Pelotões cada uma, num total de 63 carros por Batalhão. Este número corresponde ao de um Regimento Blindado inglês.

c) A Cia. de Carros de cada R.I. dispõe de 21 carros distribuídos em quatro pelotões. Como cada D.I. conta com três Regimentos de Infantaria, o número de carros de combate da Divisão fica aumentado de mais 63. O Regimento de Infantaria americano corresponde assim, praticamente a uma brigada.

Os americanos organizaram, além disso, um Regimento de Cavalaria Blindado Leve, para cada C.Ex. Este Regimento vem a ser uma Brigada de Cavalaria. É constituído por um Comando, uma Companhia de Comando e Serviços, e três Grupos de Reconhecimento. Cada Grupo de Reconhecimento é formado pelo Comando, Cia. de Comando e Serviços, três Esquadrões de Reconhecimento, uma Cia. de Carros Médios e uma de canhões de assalto (auto-propulsados). Esta organização é a mesma que a do Grupo de Reconhecimento da época da guerra, apenas consideravelmente reforçado. Sua organização se baseou nas missões que terá que cumprir; a essas missões já nos referimos antes. O Grupo de Reconhecimento da época da guerra só dispunha de dois esquadrões; na atual organização dispõe de três esquadrões.

O Regimento de Reconhecimento organizado atualmente é ternário por duas razões:

1ª) Para facilitar o apoio e a manutenção de reservas;

2ª) Para permitir a rotação dos Grupos nas diferentes missões, tendo em vista a prolongada duração das operações da Cavalaria.

No Exército Britânico não parece que tenha havido uma reorganização real de suas unidades de reconhecimento. Entretanto, afinal, foi projetado um Regimento de Cavalaria Blindado Divisionário. Este Regimento é o único elemento blindado que conta a D.I., a qual não dispõe de carros de combate em seu efetivo.

Este Regimento Divisionário, tal como foi planejado, faz alguns anos, conta com três Esquadrões de Reconhecimento e um Esquadrão de Comando e Serviços. Os Esquadrões de Reconhecimento são formados por dois pelotões, dotados de viaturas de transporte de pessoal, blindadas, e dois pelotões de carros de combate. Os primeiros dispõem de 5 viaturas blindadas e os demais 4 carros de combate. As viaturas blindadas transportam duas metralhadoras, 2 morteiros e o armamento leve anticarro; os carros são armados com canhões de 17 polegadas, ou sejam 77 mm.

Consoante um artigo da "Military Review", de outubro de 1950, esta organização foi modificada, se bem que não tenha sido levada a efeito e o novo Regimento de Cavalaria ficou formado por um Esquadrão de Comando e Serviços e três Esquadrões de Reconhecimento. Cada Esquadrão de Reconhecimento está constituído por:

1. Um pelotão sobre rodas (quatro viaturas de reconhecimento);
2. Três pelotões de reconhecimento em viaturas "Q.T.";
3. Dois pelotões em viaturas de transporte blindadas;
4. Uma secção de canhões com quatro peças auto-propulsadas.

Desta organização se disse que carece de capacidade de choque, por falta de carros e foi baseada na idéia de que o Regimento só desempenharia missões de reconhecimento aproximado; todas as demais

missões são consideradas secundárias. Comparando estas unidades de reconhecimento inglesas com o Esquadrão Divisionário americano, verifica-se que são três vezes maiores que este.

Para o C.Ex., os ingleses dispõem de um Regimento de Cavalaria Blindado, organizado principalmente para o reconhecimento médio. Consiste em quatro esquadrões, cada um de cinco pelotões e cada pelotão com duas viaturas blindadas e duas viaturas de exploração. Cada esquadrão tem um pelotão para combate a pé (pelotão de apoio) e duas peças de artilharia para o apoio imediato. O Regimento está quase inteiramente preso às estradas e só pode cumprir suas missões de reconhecimento pelo que possa observar sem resistência por parte do inimigo; não está organizado nem é equipado para atuar em ações ofensivas, nem defensivas. Assim, as missões que pode desempenhar são muito limitadas. Como unidade de choque, não merece sérias considerações.

ESTUDO COMPARATIVO

Antes de iniciar a comparação destas unidades, vale a pena assinalar que, na guerra da Coreia, os americanos empregaram seu novo tipo de D.I. Os seus Esquadrões de Reconhecimento entraram em ação e, ainda que não disponhamos de muita informação que nos permita julgar sobre as excelências de sua organização, parece que foram empregados em numerosas missões e fizeram parte dos Grupamentos Táticos empregados com frequência em missões de segurança. Um Destacamento formado pela 25ª D.I., com seu Esquadrão de Reconhecimento e uma Cia. de Carros Leves de reforço, abriu passagem para Sudeste, em Masan, a 24 de setembro de 1950, e em 36 horas avançou 60 km para apoderar-se do vau sobre o Rio Ham, em Chimpú. O novo Regimento de Cavalaria americano parece que não foi empregado na Coreia, talvez por não se prestar o terreno ao emprego de uma formação blindada de tal envergadura.

Apresentamos, a seguir, as Unidades Blindadas das G.U. normais dos dois Exércitos (Americano e Inglês), a título de comparação:

EXÉRCITO AMERICANO

D.I.

1 Esquadrão de Reconhecimento

1 B.C.C.

1 Cia. C.C.P. (para cada R.I.)

C.EX.

1 Regimento de Cavalaria (na realidade uma Brigada)

EXÉRCITO INGLÊS

D.I.

1 Regimento de Reconhecimento

Nenhum carro

Nenhum carro

C.EX.

1 Regimento Blindado de Reconhecimento

Se bem que sejam numerosos os aspectos sob os quais possam ser comparadas estas unidades britânicas e americanas, só nos ocuparemos de dois deles neste artigo.

Primo — Os americanos se conformaram em manter um Esquadrão de Reconhecimento por Divisão, tal como durante a última guerra, se bem que modificassem seu armamento, substituindo as viaturas blindadas por carros de combate. Aparentemente, este Esquadrão tem a potência suficiente para desempenhar as missões limitadas de reconhecimento que interessam à Divisão e parece ser o núcleo apropriado para integrar os Grupamentos Táticos necessários em missões especiais. Por

outro lado, organizaram, já de forma permanente, sua Cavalaria de C.Ex. da época da guerra, substituindo o antigo Grupo de Reconhecimento pelo seu muito mais potente Regimento de Reconhecimento atual. Esta unidade foi organizada tendo em vista todas as missões, principais e secundárias, executadas no decorrer da Segunda Grande Guerra.

Secundo — Os ingleses, em troca, dispõem de um Regimento de Reconhecimento por Divisão, que é três vezes maior que o Esquadrão americano. A única unidade que dispõe o C.Ex., é um Regimento Blindado, cujas missões se limitam estritamente ao reconhecimento, de uma forma que poderíamos chamar passiva.

A doutrina americana é muito mais realística e lógica que a inglesa, pelas seguintes razões:

1^a) Das estatísticas das missões desempenhadas pelas Unidades de Cavalaria Mecanizadas, dos EE.UU., durante a 2^a Grande Guerra, depreende-se claramente que é uma despesa inútil organizar unidades que só possam desempenhar missões de reconhecimento. Para informar é necessário combater e se a unidade não pode fazê-lo, será facilmente detida pelas forças de cobertura inimigas. Deve ser, além disso, flexível, para poder desempenhar um bom número de missões secundárias, tais sejam as de segurança, ações defensivas, etc.

2^a) Nas condições normais da guerra atual, as D.I. não combaterão isoladamente, mas sim enquadradas no quadro do C.Ex.; portanto, as missões de reconhecimento de uma Divisão devem ser coordenadas com as G.U. vizinhas, à esquerda e à direita. Esta coordenação se faz melhor, empregando tropas dirigidas pelo C.Ex.

3^a) Dividindo os Regimentos de Reconhecimento entre as Divisões, não restam mais forças de Cavalaria de Reserva que as que podem dispor os mesmos Regimentos. Se se fizer como os americanos, tirando os Regimentos das Divisões e dando-os ao C.Ex., esta dificuldade está eliminada e, quando a situação exigir que uma Divisão disponha de um Regimento completo de Reconhecimento, pode-se passá-lo à sua disposição, temporariamente.



LIDER OU CHEFE ?

Major TACITO THEOPHILO



MUITO se tem dito e escrito sobre os Chefes Militares. Não só a literatura militar estrangeira nos trouxe páginas admiráveis sobre o assunto; aqui

mesmo, foi ele muito debatido. Agora, no entanto, os americanos, com o seu espírito prático e cónscios da necessidade de fazer de todo o Comandante um Chefe, nos apresentam o FM 22-10, Manual que reúne as idéias gerais em voga e que sistematiza o assunto, com o auxílio da Ética e da Psicologia, tornando-o acessível aos quadros de todos os escalões.

Tratando-se de um tema da mais alta relevância para o alevantamento do nível intelectual e moral dos quadros é que nos animamos a tecer os comentários que se seguem.

Antes de entrarmos na apreciação do Manual, necessário se torna verificar qual a tradução mais fiel para o termo "Leader", americano: *Líder* ou *Chefe*? A adoção do neologismo, a princípio, parece o ideal, mas logo apresenta seus inconvenientes porque Líder é o cabeça de um partido, é o político de uma bancada, representa u'a maioria ou u'a minoria, etc. e, nesta, como em outras acepções, poderia dar margem a interpretações errôneas, criando líderes dentro da organização militar quando outro é o objetivo do Manual. Nestas condições, por que não aceitar o substantivo Chefe, já consagrado no vocabulário militar brasileiro? Realmente, expressões como estas: Napoleão foi um grande Chefe; fulano é um Chefe; o que faltou foi um Chefe; etc.

definem, com muita precisão, o verdadeiro condutor de homens, embora já seja o termo Chefe usado, também, em outra acepção. Mas, não há tantos outros termos militares tais como Comando, Capitão, Armas, etc. que têm dupla significação? O melhor, portanto, é que fiquemos com a prata de casa.

Parece-nos de toda a conveniência lembrar, aos que se lançam ao estudo do FM 22-10, o cuidado inicial de bem se assenhorearem das definições que dele constam — Comandante, Comando, Chefe, Chefia, Chefia Militar, etc. — para que não venham a confundir, por exemplo, o Chefe, militar que possui as qualidades necessárias para conduzir outros, com o exercício dos cargos existentes em nossa organização (Chefe do E.M., Chefes de Serviços, etc.).

Definindo a Chefia como a arte de influenciar o comportamento humano e conduzir homens, friza o Manual que essa arte — verdadeira essência do Comando — se fundamenta no conhecimento, na análise, na previsão e no controle das reações humanas; e mais, que pode ser cultivada por qualquer homem de inteligência normal, de moral sólida, enérgico e fisicamente capaz. Refutando, desse modo, a tese de que a Chefia é inata, enuncia *Princípios* que podem ser facilmente aprendidos e postos em prática por meio de uma *Técnica* apropriada e *Qualidades* que podem ser aprimoradas por meio da auto-crítica.

Princípios de Chefia: são preceitos fundamentais aplicados por um Chefe para controlar ou dirigir

as ações dos seus subordinados. (Ver fig. 1)

Qualidades de Chefia são as qualidades humanas de grande valor para um Chefe, pois, facilitam a aplicação dos Princípios de Chefia e concorrem para a aquisição da confiança, respeito e cooperação dos subordinados. (Ver fig. 2)

Técnica de Chefia: é o conjunto dos processos de aplicação dos Princípios de Chefia. Na impossibilidade de enumerar todos os processos correspondentes a um determinado princípio, de vez que variam com o escalão de comando, a personalidade do Comandante e a situação, o Manual estabelece a Técnica de Chefia, Geral — aplicável por todos os Chefes; a Técnica de Chefia, Complementar — aplicável pelos graduados, Comandantes de Unidades e Comandantes

de Grandes Unidades; e a Técnica de Chefia, Especial — aplicável nas Zonas de Combate e de Administração, na Instrução, na Desmobilização, etc. (Ver fig. 3)

Não basta ao Chefe conhecer os Princípios de Chefia; precisa aplicá-los. Não lhe basta julgar-se possuidor das Qualidades de Chefia; precisa desenvolvê-las, aperfeiçoá-las. Por isto é que o Manual insiste no valor da auto-crítica. Só por um exame rigoroso e consciente poderá ele reconhecer suas qualidades positivas e negativas e, assim, aprimorar as primeiras e eliminar as últimas. Muito poderão auxiliá-lo neste mister o seguir o exemplo de Chefes capazes e o ouvir a crítica desinteressada dos amigos sinceros.

A título de exemplo, segue-se um memento, que poderá ser ma-

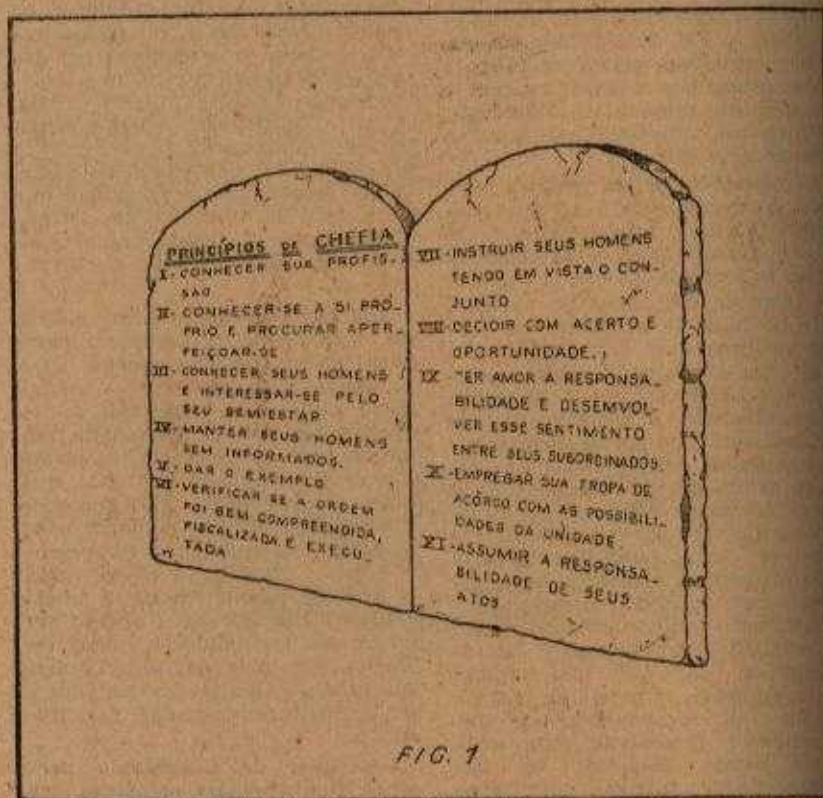


FIG. 1

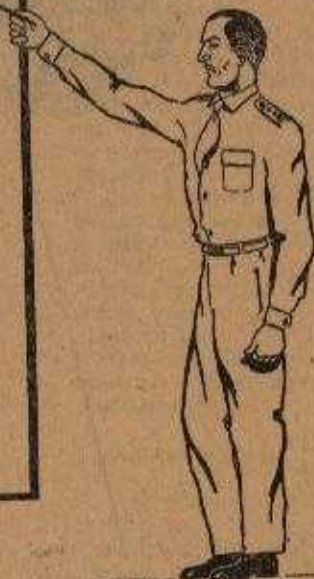
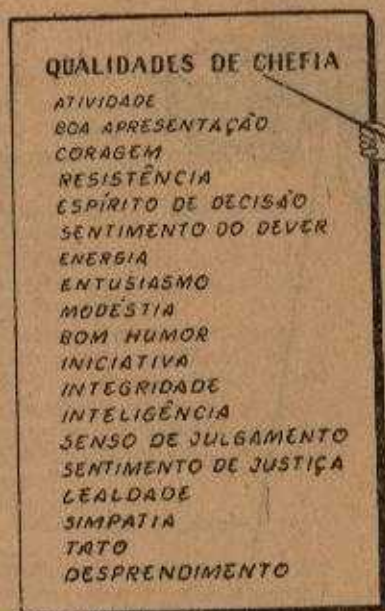


FIG.2

lhorado e ampliado, para a auto-crítica do Chefe. À esquerda de cada pergunta coloque um sinal (S ou N, + ou -) mas faça-o conscienciosamente e com rigor, lembrando-se de que é o juiz das suas próprias qualidades; depois, verifique e as possui em grau bastante elevado para ser considerado um bom Chefe. De qualquer modo aproveite os resultados para o seu auto-aperfeiçoamento.

Capacidade profissional

- Conheço bem a minha profissão?
- Procuro aperfeiçoar-me estudando, lendo e pesquisando?
- Mantenho-me adstrito às minhas atividades militares?

- Medito nos meios e modos pelos quais posso melhorar o trabalho da minha Unidade?
- Procuro avaliar minha prática e minha experiência no exercício das funções?
- Procuro estudar os assuntos que não conheço bem?
- Quando não sei, pergunto?
- Estudo os meus homens para bem conhecer suas possibilidades, limitações e necessidades?

Boa apresentação

- Exijo de mim mesmo os mais altos padrões de conduta militar e civil?
- Conheço e cumpro as normas regulamentares referentes a uniformes e conduta?

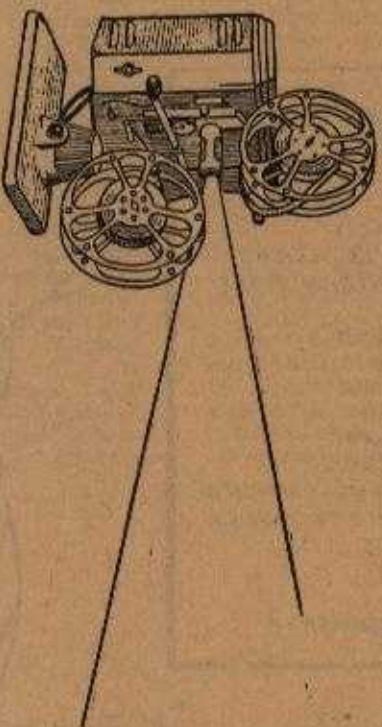


FIG. 3

TECNICA DE CHEFIA
GERAL. TODOS OS CHEFES
COMPLEMENTAR. GRADUADOS
CMTS UNIDADES
CMTS DE GU
ESPECIAL. ZONA DE COMBATE
ZONA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO
DESMOBILIZAÇÃO
FORÇAS DE OCUPAÇÃO

- Evito ser grosseiro?
- Apresento-me sempre limpo e barbeado?
- Dispensio os devidos cuidados aos meus uniformes?

Coragem

- Combato o medo, obrigando-me a fazer aquilo de que estou receoso?
- Assumo a responsabilidade dos meus atos?
- Aceito a culpa quando ela me cabe?
- Defendo o que julgo certo, mesmo em face de circunstâncias adversas?
- Procuro ordenar as idéias e falar sem exaltação a fim de desenvolver o auto-controle?
- Examinio sempre se o insucesso de um subordinado não foi motivado por um erro meu?

Sentimento do dever

- Tenho bem aprimorado o hábito de opinar honestamente?
- Tenho a necessária disciplina intelectual para cumprir com honestidade as ordens recebidas independentemente das minhas idéias próprias?
- Cumpro todas as tarefas que me são impostas, a despeito dos obstáculos encontrados?
- Sou exigente nos pormenores?
- Sou pontual?
- Conduzo-me de modo a merecer a necessária confiança na minha capacidade e senso de julgamento?
- Esforço-me por corrigir as deficiências existentes em minha Unidade?
- Dedico atenção aos meus homens e ao seu bem-estar geral?
- Sacrifico a minha comodidade para atender a um homem que necessita de auxílio?
- Trato os meus homens de modo que eles tenham confiança de procurar-me quando em dificuldade?

- Estou sempre pronto a defender os meus subordinados quando a razão está do seu lado?

Resistência

- Verifico freqüentemente se não me estou deixando dominar pela indolência física ou mental?
- Examinio a fundo todos os problemas que me são afetos?
- Dedico-me ao estudo, mesmo quando cansado ou com preguiça, a fim de desenvolver meu vigor e minha força de vontade?
- Chego ao fim de todos os trabalhos que me são afetos, a despeito dos obstáculos encontrados?
- Pratico exercícios físicos?
- Evito excessos que possam debilitar meu vigor físico?
- Realizo trabalhos pesados capazes de desenvolverem minha resistência?

Entusiasmo

- Sou bem humorado e otimista?
- Conheço o meu trabalho e a ele me dedico com todo o interesse?
- Esforço-me por conhecer a razão de ser de certas tarefas aparentemente indesejáveis?
- Reservo uma parte do meu dia para deixar minha mente livre das preocupações profissionais?

Iniciativa

- Aceito todos os encargos e responsabilidades inerentes ao meu posto e função?
- Verifico, com freqüência, minha capacidade de agir por iniciativa própria?
- Procuro prever os acontecimentos?
- Reflito sobre os problemas previsíveis?
- Aceito com agrado outros encargos, além dos que me são próprios?

- Trabalho sempre com o objetivo de preparar-me para realizar tarefas de maiores responsabilidades?
- Procuro verificar o que precisa ser feito e faço-o sem que me mandem e sem hesitação?
- Proponho providências acertadas quando julgo necessário?
- Tomo medidas acertadas nos momentos oportunos?

Senso de julgamento

- Ao tomar minhas decisões:
Reuno todos os elementos?
Estudo as soluções possíveis?
Peso-as convenientemente?
Examinio os resultados prováveis?
Prevejo as conseqüências?
- Aceito tôdas as responsabilidades do meu trabalho só consultando o meu superior quando absolutamente indispensável?
- Aproveito a experiência de outros avaliando o acerto das suas decisões?

Sentimento de Justiça

- Sou imparcial na apreciação das transgressões ou erros cometidos?
- Sou imparcial ao punir e premiar?
- Ao repreender um subordinado:
Faço-o imediatamente após a falta cometida?

Não perco a calma?
Faço-o em particular?
Aconselho-o e o encorajo?
Nunca ameaço?
Evito o favoretismo entre os meus subordinados?

Tato

- Trato os outros como desejaria ser tratado?
- Sou amistososo e excessivo?
- Evito deixar em situação embaraçosa ou humilhante o indivíduo que está errado?
- Refreio minhas antipatias pessoais para com certos subordinados e lhes dispenso o mesmo tratamento que aos demais?
- Controlo, sempre, o meu temperamento?
- Evito ser irônico ou sarcástico?
- Evito as demonstrações de impaciência querendo dar sempre a "última palavra" sobre os assuntos?
- Elogio os subordinados quando disto se tornam merecedores?
- Compartilho dos riscos e privações dos meus homens?
- Quando me dirijo aos subordinados chamo-os pelos seus nomes?
- Tenho habilidade para tratar tanto os subordinados como os superiores?
- Penso, antes de exercer minha autoridade?

"Esta (A Defesa Nacional) é a única revista especializada que possui o nosso Exército, o único veículo de que dispomos para externar nossos pontos de vista e para demonstrar ao mundo o estado de nossa cultura profissional, a única fonte onde podemos debater certas questões ainda controvertidas ou de pouca divulgação e a única revista que, por quase quarenta anos, vem mantendo uma linha inflexível, devotada exclusivamente ao aprimoramento do nível cultural do Exército brasileiro".

(Do artigo "Em defesa de nossa revista", do Cap. João B. Santiago Wagner.)

TIROS SIMULADOS NO CAIXÃO DE AREIA

Pelos Capitães VIRGILIO AYALA BARREALES
e JOSÉ E. USUNARYS MOCOROA, na re-
vista "Ejército" (Espanha), de junho de 1952

Traduzido, data vênio, pelo Major A.V. PAIVA



A eficiência do caixão de areia é bem conhecida como método auxiliar da instrução tática e particularmente para o treinamento dos quadros das pequenas unidades. É empregado quando, por qualquer circunstância, não é possível realizar os exercícios no terreno. As aulas teóricas cansam rapidamente a atenção do aluno e, em geral, caem no vazio. Tal não acontece quando as aulas são teórico-práticas, no caixão de areia, onde se pode representar, em escala, o terreno escolhido para o exercício e desenvolvê-lo, fazendo o instrutor intervir como executante.

Não vamos tratar aqui de como se prepara o caixão, pois não é essa nossa finalidade. Discorreremos, unicamente, acerca de detalhes relativos a tiros simulados, por considerar que o sistema dá maior realidade e representa, muito bem, as armas que intervêm no exercício.

Planejamos e construímos, para a Academia de Cavalaria, um caixão com o dispositivo para simular os tiros. Encorajados pelos elogios do Diretor e também seus desejos de divulgação, vamos expor, a seguir, os diversos mecanismos que compõem o dispositivo e o respectivo funcionamento.

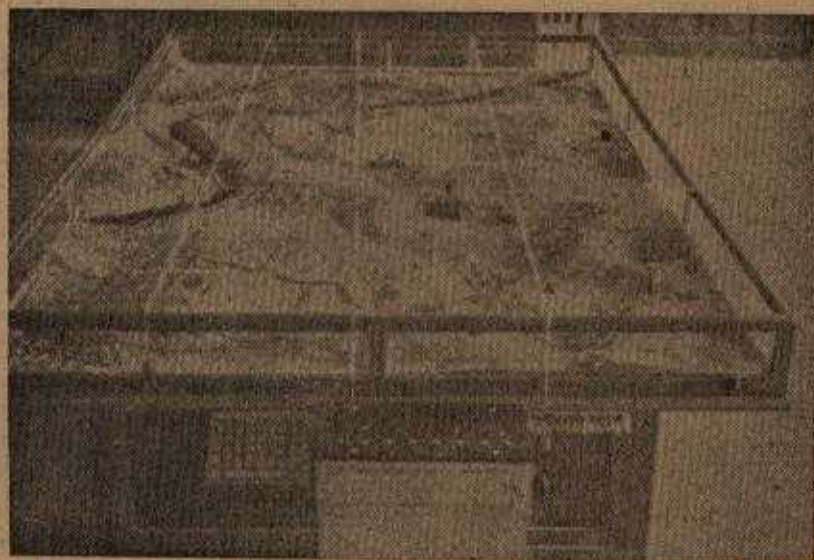


Fig. 1 — Vista Geral

INOVAÇÕES INTRODUZIDAS

No caixão que a Escola de Aplicação e Tiro de Infantaria preconiza como mais adequado para a instrução, foi montado o dispositivo de que ora nos ocupamos. Com ele se consegue representar os disparos das armas automáticas com sons semelhantes aos verdadeiros e cintilações que facilitam localizar a arma. Tudo foi conseguido sem grandes complicações mecânicas em sua construção e de manejo simplíssimo para a preparação e execução do exercício.

DESCRIÇÃO DO DISPOSITIVO

Parte mecânica — É montada sobre um chassi construído de chapas de latão que formam oito compartimentos, nos quais estão alojados os elementos destinados a simular as armas. Todos os compartimentos

têm os mesmos mecanismos, por isso referir-nos-emos somente a um deles (Fig. 3).

O mecanismo consta de um braço, 1, no qual está roscado um botão pulsador, 2, na extremidade superior; a inferior termina em forquilha com pasador, por onde passa a alavanca 4, formando um conjunto articulado. No extremo oposto da alavanca 4, há uma mola 3 (coberta de borracha), que serve de ligação com a alavanca 5, ou martelo, e sua extremidade posterior, 6, é acionada pelos dentes do rodete, 7; a cabeça do martelo, 8, bate na caixa de ressonância, 9, quando o mecanismo está em funcionamento. A caixa de ressonância é de madeira e dispõe de uma cigarra, 10, para emitir o som. Em sua parte inferior existe uma placa de latão, 12, onde a cabeça do martelo, ao bater, fecha o circuito. As caixas de ressonância não

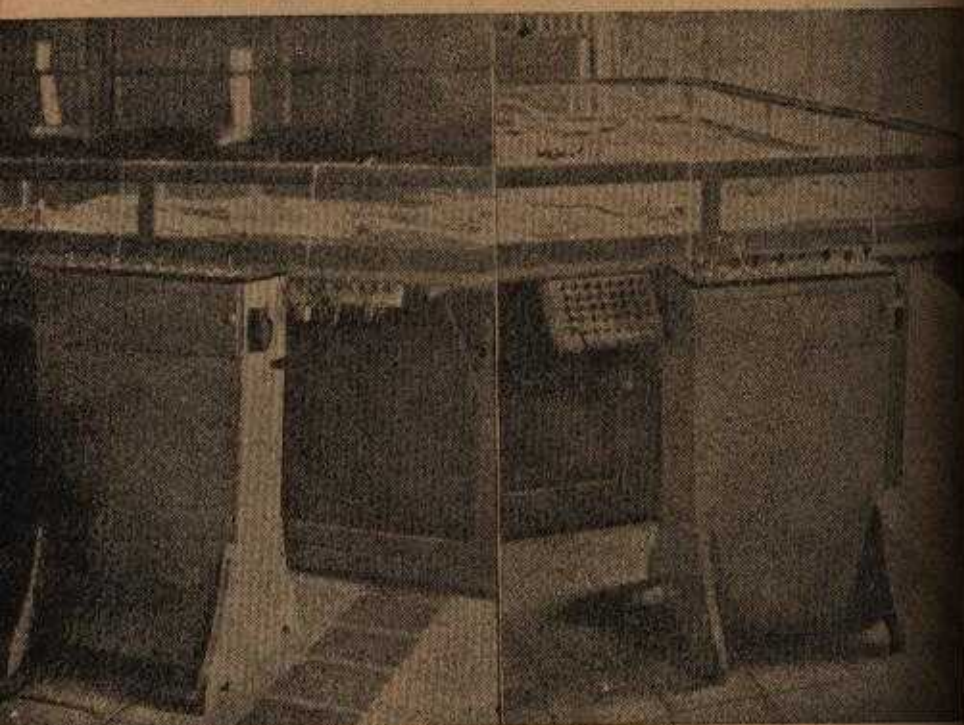


Fig. 2 — Vista lateral

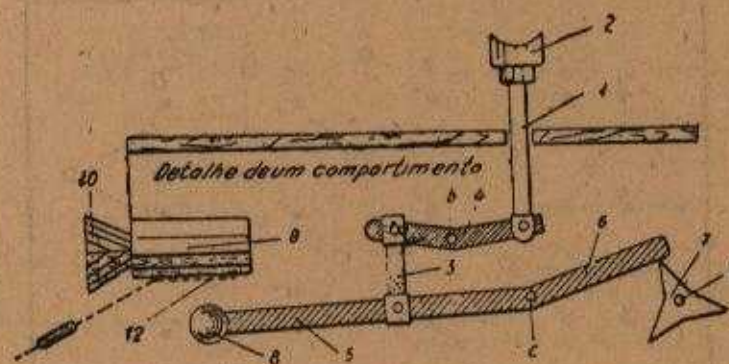


FIG. 3

são iguais nos oito compartimentos. o seu tamanho varia de acordo com os sons que desejamos emitir para maior efeito acústico.

Os eixos b e c das alavancas 4 e 5, e o eixo a do rodete, 7, são comuns a todos os compartimentos. O eixo a está montado sobre rolamentos de esferas para diminuir atritos e engrenado com o motor que aciona o mecanismo. A fig. 4 mostra todo o dispositivo esquematicamente, o que também se pode ver nas fotografias.

Parte elétrica — Consta de um pequeno motor, m, de 6 volts, que faz funcionar a parte mecânica; uma bateria de automóvel de 6 volts; dois quadros de contatos para as diferentes combinações e a instalação necessária para cobrir a superfície do caixão de suportes de lâmpadas, de modo que se possa colocar lâmpadas em qualquer ponto que se queira.

O motor é do tipo de "limpa-parabrisas", e dispõe de interruptor independente, sendo conectado em paralelo com a instalação elétrica e fechando o circuito por intermédio da massa do chassis do dispositivo.

A bateria é colocada na parte inferior da prancha, e uma porta corredeira impede que seja vista do exterior.

O quadro de contatos, c (figs. 5 e 6), consta de 32 jaques dispostos em 4 filas e oito colunas, sendo as filas designadas pelas letras do alfabeto e as colunas por números, de modo que cada jaque possa ser determinado por coordenadas formadas por uma letra e um número. Sob cada jaque há um orifício, onde se aloja a pega enquanto não se faz a conexão. Nas figuras, observa-se a existência de um jaque a mais, que corresponde à pega que liga o quadro e com o positivo da bateria.

O quadro de contatos, e, das mesmas figuras C e D fica à direita do caixão e consta de oito jaques de cores verde, vermelho, cinza e azul, continuando da esquerda para a direita invertendo a ordem; azul com ponto branco, cinza com ponto branco, vermelho com ponto branco e verde com ponto branco, que correspondem às pegas que saem dos contatos dos compartimentos e, portanto, a cada pulsador. Cada jaque, desse quadro, está ligado a um circuito de retorno dotado de quatro lâmpadas. Os jaques são marcados por suas coordenadas e as lâmpadas acendem ao se introduzir a pega. Por exemplo: ao jaque verde ponto branco correspondem as lâmpadas 5-6A e 3-4C; ao vermelho corres-

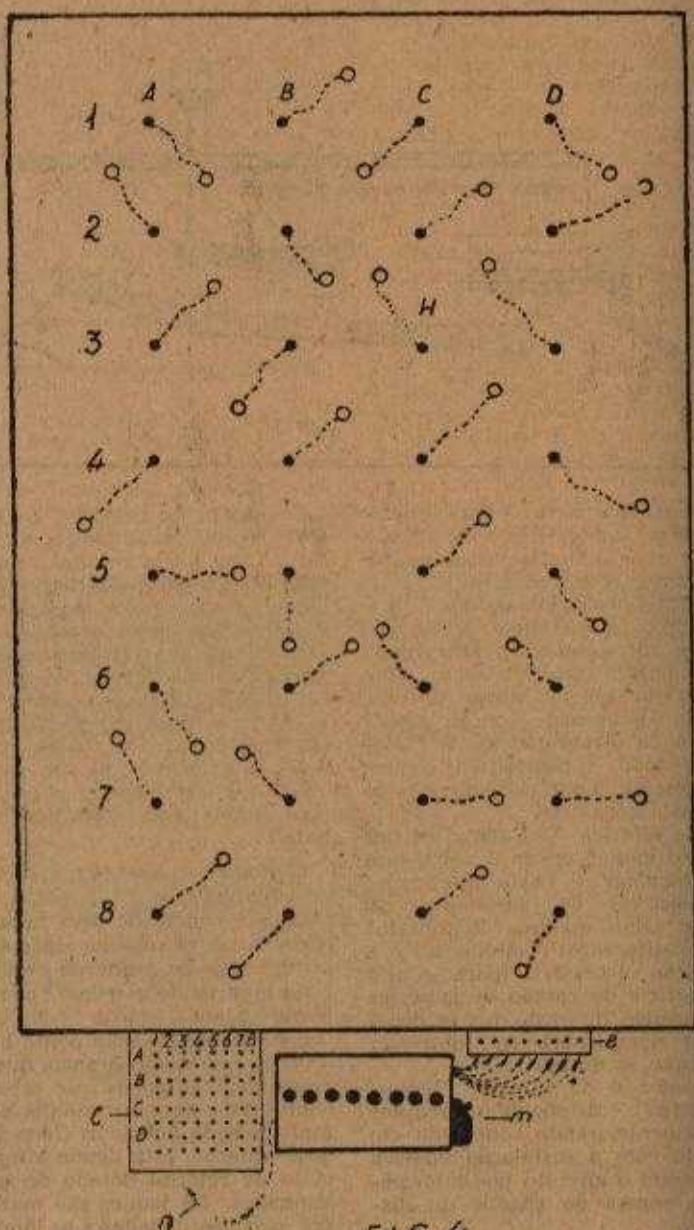


FIG. 4

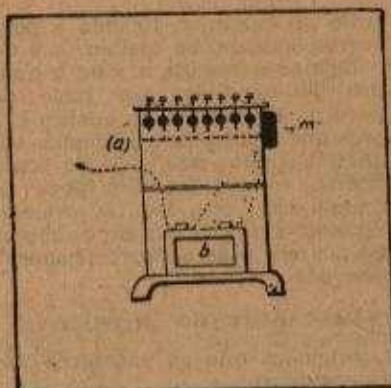


Fig. 5

pondem as 1-2A e 7-8C e assim por diante.

A instalação elétrica é feita na parte inferior do caixão, aparecendo na parte superior, somente, os suportes das lâmpadas e um pedaço de fio necessário às conexões. Na figura 6 apresenta-se o esquema geral das conexões, e, apenas, o circuito correspondente a oito lâmpadas, para não complicar o desenho.

FUNCIONAMENTO

Ao se preparar o caixão para o tema, deve-se ter o cuidado de colocar as lâmpadas à flor da terra, disfarçando as que não vão ser empregadas no exercício, mas sem-

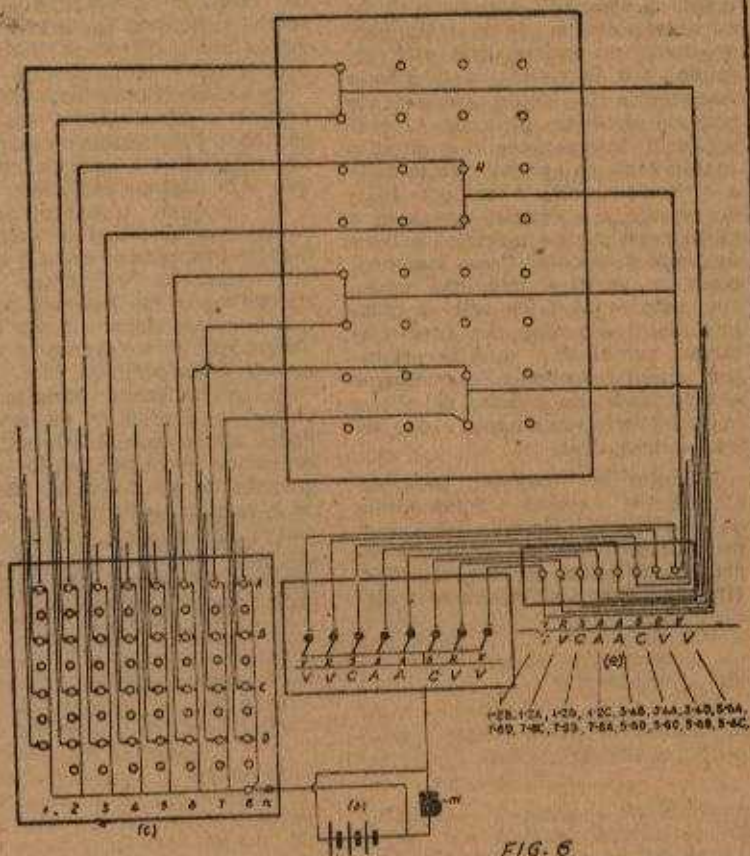


FIG. 6

pre em condições de pô-las, rapidamente, em ação caso se mude o tema.

As lâmpadas que devem acender ao comando de "fogo" são instaladas convenientemente, de acordo com a arma que representam, e fechados os circuitos, procurando-se no esquema os contatos correspondentes, tanto os de luzes, no quadro da esquerda, c, como os de vibradores, no da direita, e. Pelo interruptor fecha-se o circuito do motor, pondo-se em funcionamento a parte mecânica. Os vibradores correspondentes são comprimidos e a alavanca, l, aciona a alavanca oscilante; a lâmina arremessa o martelo que toca na caixa de ressonância e fecha o contato (nesse momento a lâmpada acende). Como a parte posterior do martelo bate no dente do rodete, que está girando, e é levantada, vencendo a resistência da lâmina, a cabeça do martelo se separa da caixa de ressonância, interrompendo o circuito (a lâmpada se apaga); volta tudo à situação inicial e em condições de repetir a operação, tão logo a parte posterior do martelo se livre do dente do rodete. Como esse processo se verifica repetidas vezes, enquanto o vibrador estiver comprimido e o motor em funcionamento, centelhas e sons se produzem simultaneamente, e conforme a velocidade do rodete, se obtém uma cadência semelhante à das armas automáticas.

Vejamos um exemplo para esclarecer o exposto. Suponhamos que se queira simular uma metralhadora H que, no caixão, é representado pelas coordenadas 3 C (fig. 5). Para isso, fecha-se o cir-

cuito no quadro c, ligando a pega correspondente, ou melhor, a 3 C.

Liga-se o quadro, c, com o quadro de comandos por meio da pega n. Procura-se no quadro e a pega que corresponde à lâmpada em questão; neste caso, a verde ponto branco, e se conecta a pega da mesma cor; com isso, o primeiro vibrador à direita fica em condições de pôr em ação a "metralhadora" desejada.

VANTAGENS DO DISPOSITIVO

Julgamos que as vantagens são as seguintes:

a) simplicidade de manejo, o que permite passar, facilmente, de um exercício a outro (por exemplo de ofensiva à defensiva, etc.), sendo suficiente modificar os circuitos nos quadros de contatos, na ordem que o tema o exija.

b) maior rendimento no ensino, porque o aluno presta mais atenção com esse sistema dinâmico de representar as tropas por tiros, do que o de figuras imóveis;

c) poupar trabalho ao executante, sobretudo em temas de movimento, pois se evita o trabalho de mudar os "elementos participantes" que são imóveis, ao passo que por esse sistema basta ligar as lâmpadas já colocadas e previamente disfarçadas;

d) este sistema permite representar os elementos de uma unidade até o escalão batalhão ou grupo de reconhecimento pela figuração de suas armas. Essas armas (armas automáticas, canhões, carros leves, etc.), são figuradas por meio de lâmpadas de cores diferentes de acordo com um código previamente estabelecido.

ABERTURA DE RAMPAS COM EXPLOSIVO

Cap. NEY ARMANDO DE MELLO MEZIAT,
Aux. Instr. do Curso de Eng. da A.M.A.N.



A transposição dos cursos d'água de margens altas, um dos problemas mais sérios para a Engenharia é a construção das rampas de acesso dentro dos prazos que lhe são dados.

Para que os trabalhos de pontagem possam ser realizados com eficiência, é preciso que, na margem amiga, esteja pronta a primeira rampa; após esses trabalhos, a fim de que a transposição se efetue, é mister que, na margem inimiga, a segunda rampa dê passagem.

A construção de rampas utilizando explosivo vem, de maneira altamente vantajosa, possibilitar à Engenharia satisfazer plenamente às imposições táticas.

A revista norte-americana *The Maintenance Engineer* publica, em seu número de abril de 1945, um interessante trabalho sobre esse assunto, intitulado *Blowing passes in vertical banks*. A tradução do citado trabalho é a seguinte:

"O Cap. W. J. Brown oferece uma fórmula de demolição para abrir rampas em taludes verticais que deverá ser lembrada nas ocasiões em que o "bulldozer" não estiver à mão para cortá-la. Foi usada na Itália, pelo seu Batalhão de Combate, na preparação de passagens ao lado de pontes destruídas; é eficiente em taludes verticais até 16 pés de altura.

Mede-se a altura do talude desde a superfície do rio ou, se a brecha é seca, desde o fundo da mesma. Escava-se o primeiro buraco distante da aresta da margem e com uma profundidade igual à metade

da altura medida; para trás desse buraco, escavam-se outros, distanciados de metade da altura da margem, uns dos outros; a profundidade será igual à metade da profundidade dos buracos em frente, respectivamente, cessando esse processo quando for menor que dois pés. Escavam-se buracos suplementares com um pé de profundidade e situados cinco pés para cada lado da primeira série. Enchem-se todos os buracos com 10 libras de TNT, ou explosivo equivalente, para cada pé de profundidade; tampam-se e acionam-se simultaneamente.

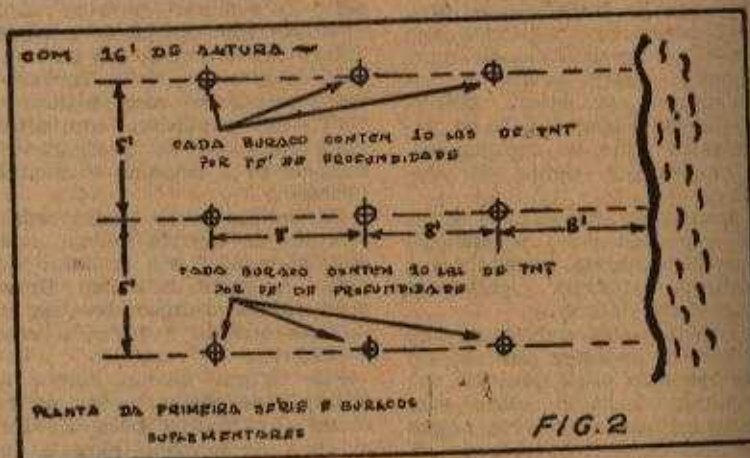
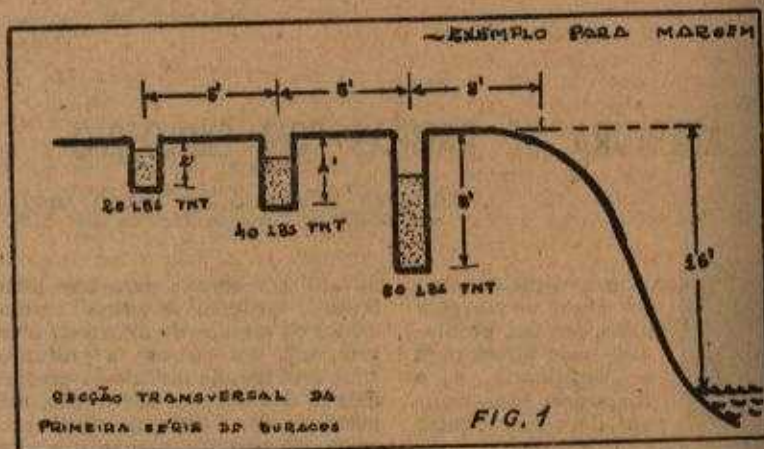
Caminhões sobre quatro rodas e veículos de lagarta podem passar imediatamente, sem trabalho adicional, no corte, diz o Cap. Brown, conquanto a passagem deva ser melhorada quando a situação venha a permitir.

Nas figuras abaixo, temos um exemplo de planejamento de buracos e explosivo para a altura máxima de margem para a qual esse método é recomendado."

Baseado no trabalho do Cap. W. J. Brown, que traduzimos acima, tivemos oportunidade de realizar várias experiências e chegar a resultados um pouco diferentes daqueles. É explicável que isso tenha acontecido, tendo em vista o fato de trabalharmos em terrenos diferentes, o que, forçosamente, influíu nos efeitos.

Nas experiências realizadas no terreno, o melhor resultado obtido foi o seguinte:

Local — Margem do Rio Paraíba, região de Quatis, Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

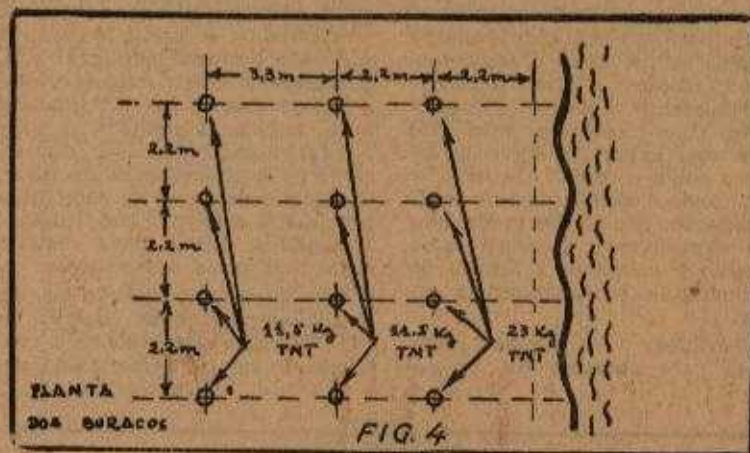
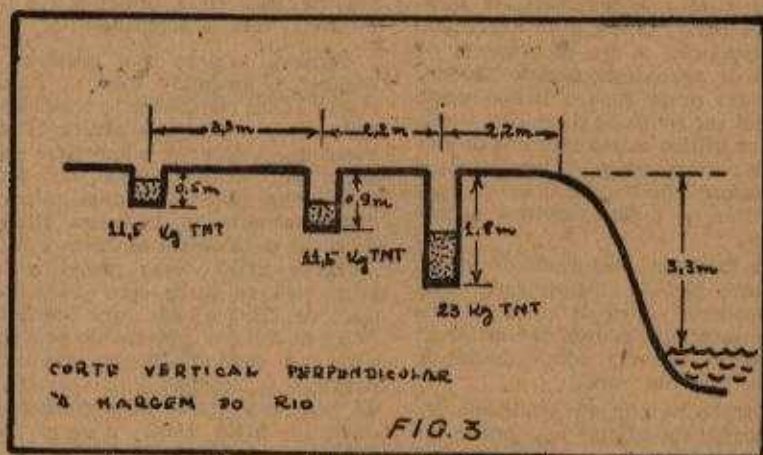


Margem — Terreno firme, solo constituído de argila com pequena percentagem de areia, apresentando vegetação (árvores com diâmetros até 30 cm, aproximadamente), terminando em talude vertical, com 3,3 m de altura (da superfície da água à superfície do terreno).

Execução — Conforme mostram as figuras 3 e 4, o explosivo foi distribuído em doze cargas enterreadas no solo. As cargas foram dispostas em três fileiras paralelas à margem do rio (cada uma delas com quatro cargas); a distância entre duas cargas da mesma fileira é de 2,2 m. Como vemos na fig. 3, as cargas da primeira fileira

ficaram a 2,2 m da margem do rio, a uma profundidade de 1,8 m e pesando 23 kg. A segunda fileira distava 2,2 m da primeira, com cargas de TNT pesando 11,5 kg, a uma profundidade de 0,9 m. Finalmente, as quatro cargas da terceira fileira, distanciadas da segunda fileira de 3,3 m, e colocadas a uma profundidade de 0,5 m; cada uma dessas cargas era constituída de 11,5 kg de TNT.

Os furos foram feitos com escavadeiras manuais. Todas as cargas foram ligadas por cordel detonante, de modo a possibilitar um acionamento simultâneo. O dispositivo ficou pronto (para ser acio-



nado) após 50 minutos de trabalho, tendo sido empregado o seguinte pessoal: um oficial e quatro soldados (os soldados foram utilizados apenas para carregar o explosivo e furar os furos, pois não possuíam conhecimentos de demolição).

Em resumo, foram consumidos 184 kg de TNT, distribuídos em doze cargas subterrâneas.

Efeito — Após a explosão, ficou aberta na margem do rio uma rampa com 6,50 m de largura e 10,00 de comprimento, apresentando as terras soltas e o declive com altos e baixos. Nesse estado, sem qualquer melhoramento, a rampa

poderia ser percorrida por viaturas de lagarta. Para a utilização por viaturas sobre rodas, foi necessário um trabalho complementar, a fim de acertar o piso, trabalho esse que foi executado em 15 minutos, por quatro homens utilizando ferramentas manuais.

Resumo — Com um homem especializado em destruições e quatro ajudantes para executar os trabalhos de transporte do explosivo e abertura dos furos, trabalhando pouco mais de uma hora, foi possível abrir uma rampa em margem com 3,30 m de altura, arborizada, rampa essa que deu passagem a via-

turas auto e hipomóveis de diferentes tipos. O trabalho executado correspondeu a um movimento de terra de aproximadamente 150 m^3 . Convém notar que o tempo gasto poderá ser reduzido de muito, desde que se utilize maior número de homens para manejar os explosivos e se disponha de um "bulldozer" para executar os melhoramentos necessários.

Em face desse resultado obtido no terreno, podemos tirar conclusões que poderão servir de fonte de consulta para aqueles que necessitarem construir rampas com rapidez e pouca mão de obra.

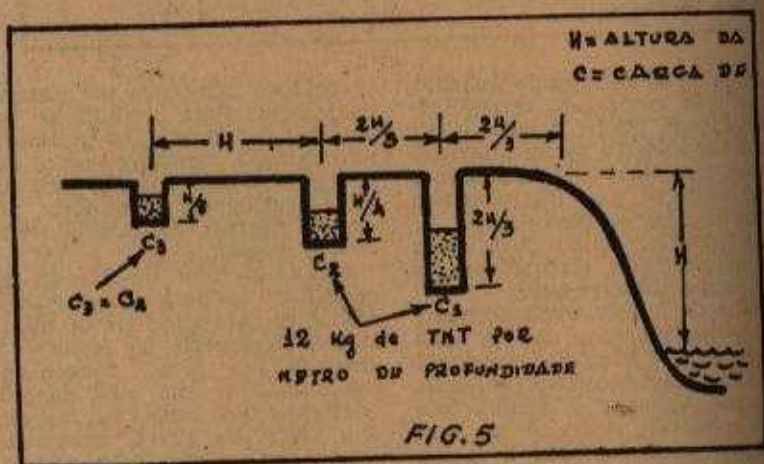
O trabalho por nós realizado leva-nos a modificar um pouco as regras existentes no trabalho do Cap. Brown; isso fazemos porque executamos experiências no terreno e confrontamos resultados; como já dissemos acima, essas divergências têm explicação no fator "terreno", principalmente. Assim também, aqueles que lançarem mão dos dados aqui expressos, deverão levar em conta o terreno e a mão de obra. Como é sabido, causam muitas variações nos efeitos produzidos pelos explosivos a maneira como o mesmo é colocado, a feitura do enchimento, e a utilização da escorva.

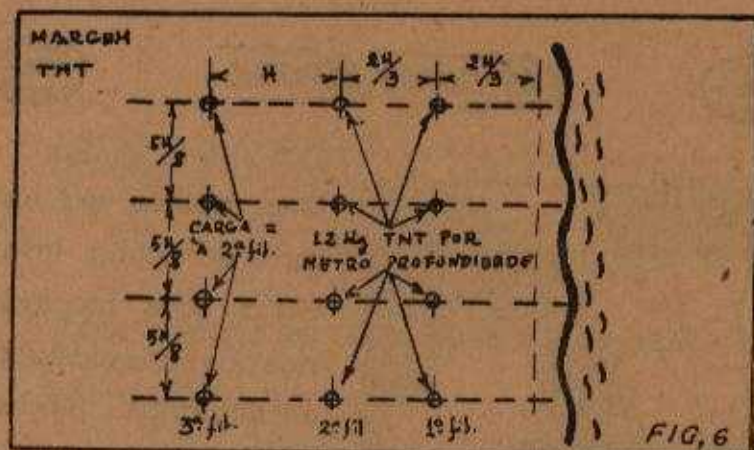
Conclusão — A nossa regra prática para abertura de rampas

em margens altas (entre 2,0 e 5,0 metros), será a seguinte:

Utilizar, sempre que possível, o explosivo, lançando mão do "bulldozer" para completar os trabalhos. Para isso, mede-se a altura H da margem, desde a superfície da água até a superfície do terreno (Figs. 5 e 6). Toma-se para distância entre a primeira fileira de furos paralelos à margem e esta margem, $2H/3$; essa primeira fileira terá os furos com profundidade de $2H/3$ e cada furo receberá 12 kg de TNT por metro de profundidade. A segunda fileira, também paralela à margem, distará $2H/3$ da primeira; terá, para profundidade dos furos, $H/4$ e a carga explosiva será de 12 kg de TNT por metro de profundidade. A terceira e última fileira deverá distanciar-se da segunda, H ; seus furos terão profundidade igual a $H/8$ e receberão carga explosiva igual à que receberem os da segunda fileira. A largura desejada na rampa é praticamente igual à distância entre os furos extremos da fileira. O número de furos de cada fileira paralela à margem será calculado tomando-se $5H/8$ para distância entre dois furos consecutivos.

Não temos a pretensão de, com esse modesto trabalho, querer lançar "regras exatas" sobre a construção de rampas. Desejamos, ape-





nas, difundir resultados que obtivemos em experiências realizadas no terreno e que nos pareceram interessantes, já que não constam dos nossos manuais e regulamentos.

Infelizmente não nos foi dado realizar maior número de ensaios,

o que, certamente, emprestaria maior valor e autoridade aos resultados obtidos; contudo, acalentamos a esperança de que essas notas venham a servir de base de partida para os interessados no assunto, como nos serviu o trabalho do Cap. W. J. Brown.



TREINAMENTO FÍSICO MILITAR SEM ESTÁDIOS

Cap. ESTEVAM MEIRELES, Chefe do Dep. Ed.
Fls. da A.M.A.N.

COMPLEMENTO DO PROGRAMA PARA 20 HORAS

Necessidades materiais: uma área plana, de preferência gramada.

Situação no tempo: período de adaptação, período de formação e fase de conservação do valor físico.

Por meio de um programa já experimentado com soldados, atacaremos um problema que todos nós provavelmente sentimos ou pressentimos, ocorrendo em várias situações: Seja porque a Unidade não está no momento provida de um estádio com instalações e material especializados (pórticos, cordas para trepar, pesos, bolas, caixas de salto, etc.), seja porque a tropa está reunida em Depósito, enquanto espera a vez de agir e precisa manter o valor físico atingido, seja porque o material disponível é insuficiente e toda a tropa deve fazer o treinamento físico na mesma hora. Finalmente, por devermos estar preparados para garantir o treinamento físico quando não houver material especializado ou estádio.

Sem deixar de considerar a grande importância dos estádios bem equipados, no treinamento físico excelente da tropa, precisamos encarar com a maior objetividade o outro aspecto: treinamento físico sem estádios e material especializado; só contar pura e exclusivamente com o homem e uma área suficientemente limpa.

No programa abaixo está reunido um treinamento físico intenso e sem Estádios ou material. A seguir, daremos exemplo de várias sessões-momento que o instrutor deverá organizar para os diferentes tipos de exercícios e levará consigo para a instrução, pois lhe servirá de guia no trabalho. Também comentaremos sobre a necessidade de emprêgo dos aparelhos ou material especializado no treinamento completo.

PROGRAMA — PROGRESSÃO EM 20 HORAS (SEM APARELHOS)

Ordem	Hs.	Tipo de Exercício	Minutos	Referências	Notas para o Instrutor
1	Ex. Condição 1-4 (5 repetições). Estudo.	40			Introdução 10 minutos: Resumo conciso. Dispositivo: Executar o "Abrir" 3 vezes. Ensinar cada exercício nas 4 fases indicadas.
	Corrida.....	5			Corrida em coluna de pelotões, alternar 200 ms correndo com 100 de marcha. Passo dado pelo instrutor, cadência lenta.

N. da Ses.	Hs.	Tipo de Exercício	Minu- tos	Refe- rên- cias	Notas para o Instrutor
2ª	1	Ex. Cond. 1-4. Exe- cução. Estudar: Ex. 5-8 (5 repetições)...	40		Exigir rapidez e correção na tomada do dispo- sitivo e precisão de execução. Fazer os homens repetirem o número e o nome de cada exe- cício. Eles devem decorar, pois facilita a in- strução.
		Corrida.....	5		Na corrida, alternar 300 ms correndo, com 100 marchando.
3ª	1	Ex. Cond. 1-8. Exe- cução. Ensinar: Ex. 9-12 (5 repetições)...	40		Exigir precisão em todos os movimentos. Na posição rápida. Os homens devem conhecer os exercícios pelo nome, número e posição inicial.
		Corrida.....	5		Alternar 300 ms de corrida com 100 de marcha.
4ª	1	Ex. Cond. 1-12. Exe- cução (5 repetições).. Ensinar: Suc. 4ª e 8ª.....	40		Executar a série completa com energia e pre- cisão, os homens devem conhecer os exercícios pelo nome e pelo número. Ensinar os suc- edâneos pelo processo indicado das 4 fases. Estes dois são usados apenas em caso de solo re- lhado.
		Corrida.....	5		Alternar 300 ms de corrida com 50 de marcha aumentar a velocidade da corrida gradual- mente.
5ª	1	Ex. Cond. (5 repe- tições).....	25		Energia e precisão. O tempo permite alguns intervalos de repouso entre os exercícios. Nenhuma explicação ou demonstração.
		Estudo da Vivaci- dade.....	10		Dispositivo da ginástica, os ns. pares nas co- lunas de origem. Empregar as 4 posições bá- sicas de partida.
		Corrida com lances.	10		Corrida em forma, 5 min. Lances de velo- cidade de 40-50 ms 5'.
6ª	1	Ex. Cond. (5 repe- tições).....	25		Energia e precisão. Empregar os tempos de re- pouso para falar aos homens.
		Estudo dos Progres- sivos.....	10		Comandos corretos para o dispositivo em co- culo. Pelotões em áreas separadas.
		Corrida de veloci- dade.....	10		Lances de velocidade de 50 ms por gru- pos nas áreas dos pelotões. Suficientes re- pousos intermitentes. Empregar a posição de partida da corrida de velocidade.
7ª	1	Ex. Cond. (7 repe- tições).....	20		Energia e precisão. Menos tempo de repouso entre os exercícios. Nenhuma expl. ou de- monstração.
		Progressivos.....	10		O instrutor também juiz. Explicações concisas.
		Revezamentos.....	15		Manter o controle todas as vezes. Estabelecer.
8ª	1	Ex. Cond. (8 repe- tições).....	20		Precisão de movimentos. Perfeição na exe- cução.
		Vivacidade.....	5		Acometida rápida de comandos.
		Atacar e Defender- se (2 a 2).....	10		Explicar as qualidades dos exer. de AD. Usar tudo no dispositivo prescrito.

	Hs.	Tipo de Exercício	Minutos	Referências	Notas para o Instrutor
1ª	1	Corrida..... Ex. Cond. (9 repetições)..... Atacar e Defender-se (2 a 2)..... Jogos.....	10 20 10 15		Corrida em forma. Alternar 400 ms de corrida com 50 de marcha nos 10'. Precisão importante com pequenos repouso entre os exercícios. Dispositivo retangular modificado. O Torneio. Carniça repetida.
2ª	1	Ex. Cond. (10 repetições)..... Atacar e Defender-se (2 a 2)..... Progressivos..... Corrida.....	20 5 10 10		Pequenos períodos de repouso. Precisão para melhorar a resistência respiratória. Dispositivo retangular modificado. Estimular a rapidez da vitória. Usar o dispositivo em círculo. Alternar de modo a não estarem juntos 2 ex. no solo. 2 agachados, 2 eretos ou levantar e transportar. Alternar 450 ms de corrida com 50 de marcha.
3ª	1	Ex. Cond. (11 repetições)..... Vivacidade..... Revezamentos.....	20 5 20		Assinalar — cada exerc. tem um ritmo próprio. Conduzidos no dispositivo retangular. Empregar as famílias M-C — L.T.
4ª	1	Ex. Cond. (12 repetições)..... Progressivos..... Jogos.....	20 10 15		Atenção para os erros comuns. Perfeição. Pelotões em círculo nas áreas respectivas. Touro na Roda. Cara ou Coroa. Luta do quadrado.
5ª	1	Ex. Cond. (12 repetições)..... Vivacidade..... Atacar e Defender-se (2 a 2)..... Corrida.....	20 5 10 10		Executar a série conforme o prescrito. Exigir vigor e execução rápida de cada exercício. No dispositivo retangular modificado. Exija luta rápida. Em forma, alternar 500 ms de corrida com 30 de marcha. Velocidade maior na corrida.
6ª	1	Ex. Cond. (12 repetições)..... Progressivos..... Jogos.....	20 10 15		Com pequeno descanso entre exercícios. Boa execução. Pelotões em círculos próprios. Maior tempo de execução. Refazer a linha "Linha de choque".
7ª	1	Ex. Cond. (12 repetições)..... Vivacidade..... Revezamentos.....	20 5 20		Continue a diminuir os períodos de repouso. Rápida sucessão de comandos. Muita atividade. O instrutor deve funcionar como árbitro. Os vencedores são logo dispensados.
8ª	1	Ex. Cond. (12 repetições).....	20		

N. da Ses.	Hs.	Tipo de Exercício	Minu- tos	Refe- rên- cias	Notas para o Instrutor
17ª	1	Progressivos.....	10		Progressivos no dispositivo em círculo, aumentando a participação em cada exercício. Seleccionar 4-8 exerc.
		Estudo do A.D. (equipes).....	15		Competição entre grupamentos de cada pelotão. Seleccionar e preparar com antecedência
		Ex. Cond. (12 repetições).....	20		Estimule a precisão de movimentos.
		Vivacidade.....	5		Exige execução rápida dos comandos.
		Atacar e Defender-se (2 a 2).....	10		No dispositivo retangular modificado. Empregar as lutar preferidas pelos homens.
18ª	1	Corrida.....	10		Em forma, 1.500 ms sem marcha. Pode afrouxar a formação para a passada individual.
		Ex. Cond. (12 repetições).....	15		Menor tempo para as 12 repetições.
		Progressivos.....	10		No dispositivo em círculo.
		Jogos.....	20		Carniça dirigida. Pirâmides. "Refazer a linha"
19ª	1	Ex. Cond. (12 repetições).....	15		Nenhum repouso entre os exerc.
		Vivacidade.....	5		Exigir rapidez. Dar atividade.
		A.D. (Equipes).....	15		Requer preparação anterior. Os grupos competem nas áreas dos pelotões.
		Corrida.....	10		Os homens correm 1.500 ms com a própria passada, cadenciada se desejar, sem marcha.
20ª	1	Ex. Cond. (12 repetições).....	15		Completar os 12 exerc. tão cedo quanto puder.
		Progressivos.....	10		Em círculo, por pelotões.
		Jogos.....	20		Linha de choque. "Touro na roda". Cabo de guerra humano.

**EXEMPLOS DAS SESSOES-MEMENTO QUE O INSTRUTOR ORGANIZA
EM FACE DA INSTRUÇÃO DO DIA**

Ex. Condição	12 repetições cada exercício	15'	07,00 — 07,15
Vivacidade	Deitar frente. Correr mesmo lugar Deitar costas. Rolamento direita Rolamento esquerda. Rolamento frente Correr. Alto. Rolamento para trás Empurrar. Correr mesmo lugar Deitar frente. Bater palmas	5'	07,15 — 07,30
At. e Defender-se	Luta indiana. Derrubar um companheiro no solo. Box com a mão aberta. Pisar no pé. Combinação destas duas.	15'	07,30 — 07,45
Corrida	1.500 metros	10'	07,35 — 07,45

Ex. Condição	12 repetições cada exercício	15'	07,00 — 07,15
Progressivos	Marcha de quatro. Marcha do pato Marcha num só pé L.T. um comp. sobre as costas. Marcha do carangueijo. Marcha do ca- melo.	10'	07,15 — 07,30
Jogos	Linha de choqué. Touro na roda Cabo de guerra humano	20'	07,35 — 07,55

UTILIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS ACROBÁTICOS DE CHÃO

Ex. Condição	12 repetições cada exercício	15'	07,00 — 07,15
Flexibilidade e equilí- brio	Rolamento mãos na nuca Marcha da minhoca. Parada de ombros (cinco vezes). Parada com os braços estendidos	10'	07,15 — 07,30
Destreza, força e equi- líbrio	Salto de peixe (dois a dois) Rodada sobre as costas de um compa- nheiro de pé. Prancha com apoio da barriga nos pés de um companheiro. Prancha com apoio das costas nas pernas e segura pelos braços	10'	07,30 — 07,45
Corrida	Velocidade 60 m (duas a três vezes)	10'	07,35 — 07,45

A principal deficiência que apresenta os exercícios de chão, isto é, sem aparelhos, é com relação aos músculos tratores (se assim pudermos denominar) dos braços. Constituem eles um grupo de músculos muito empregados nos exercícios de trepar e suas aplicações militares. É importante que, embora se contando com aparelhos de fortuna, se faça um

treinamento complementar nestes aparelhos. São exercícios de trepar, escalar ou transpor troncos, barras (que podem ser troncos roliços), cordas, se houver, etc. O treinamento físico sem aparelhos de que tratamos no presente artigo deve contar complementarmente com um trabalho nos aparelhos. Assim teremos assegurado à tropa um preparo físico completo, desenvolvendo-lhe a força, a resistência, a agilidade e a destreza, a ser cultivada cada vez mais.

Descrição dos jogos referidos acima, não existentes no C-21-20:

Refazer a linha:

Jogadores: 40 a 200;

Material: nenhum;

Área: 100 metros quadrados.

O jogo — Os jogadores ocupam o perímetro de um quadrado, frente para o interior onde fica o instrutor. Cada lado do quadrado é um time. O instrutor ocupando o centro, informa aos times que devem acompanhá-lo buscando sempre manter a mesma ordem: a linha n. 1 à sua frente; a n. 2 à sua esquerda; a n. 3 à sua retaguarda e a linha n. 4 à sua esquerda. Isto feito, o instrutor se desloca e, em cada parada, faz frente a uma nova direção.

Contagem — O lado que se constituir mais rápido na posição, ganha um ponto. Quem primeiro completar cinco pontos, vence o jogo.

Variações — Os homens formarem com intervalo normal ou sem intervalos.

Linha de choque:

Jogadores: qualquer número acima de 50, de cada lado;

Material: nenhum;

Área: um campo de 100 x 75 m.

O jogo — Um time se alinha numa linha de fundo e o outro enfrentando-o se alinha no meio do campo. Ao sinal de iniciar o jogo, o time da linha de fundo se arremete para alcançar a linha de fundo oposta, no prazo de um minuto, enquanto que o time do centro vai impedir tal intento, segurando ou prendendo os jogadores. No fim do minuto os times trocam de posição.

Contagem — O número de homens que conseguiu atravessar a linha de fundo oposta durante o minuto. Depois de se ter repetido, com cada equipe, três vezes, o jogo descrito, se vê o vencedor. Um homem marca ponto quando qualquer parte de seu tronco cruzou a linha de fundo.

Cabo de guerra humano:

Jogadores: 10 a 20, em cada time;

Material: nenhum;

Área: 40 x 60 metros.

O jogo — É traçada, no centro da área, uma linha. Os jogadores são dispostos em dois times de iguais possibilidades e estes formam duas colunas, uma de um lado e a outra do outro da linha referida acima, se enfrentando. Cada homem abraça a cintura do da frente. Os dois testas opostos, se seguram também abraçando a cintura. Ao sinal de início, cada time se esforça para puxar o oponente sobre a linha central. Estabelece-se um tempo limite de 30 segundos para cada luta.

Contagem — A equipe arrastada além da linha central perde. Se nenhuma equipe fôr arrastada no tempo, mas uma deixa a fila quebrar, esta perde. Repete-se a luta três a cinco vezes, mudando-se os lados.

Touro na roda :

Jogadores : dois times com 10 a 20 jogadores, cada ;

Material : nenhum ;

Area : qualquer área pequena.

O jogo — Cada time forma um círculo segurando as mãos bem firme. Um homem de cada time é colocado no interior do círculo formado pelo time oposto. Ao sinal de início, cada homem, "o touro", vai tentar por todos os meios escapar do círculo. O primeiro homem que escapar marca um ponto para o seu lado. Continuar o jogo até cada homem haver funcionado como "touro", no círculo oposto.

Contagem — O time com maior número de pontos vence.

Ao encerrar o presente trabalho, último de uma série de artigos em prol de processos mais eficientes de treinamento físico militar, desejamos tecer mais algumas considerações que justifiquem as nossas pretensões.

Debatermos pela prática generalizada da série de condições como um trabalho básico e necessário. Tal série se compõe de exercícios calistênicos especialmente selecionados para desenvolver no homem os recursos físicos naturais, de que ele dispõe.

"É provável que a maior contribuição que a Educação Física pode trazer em relação à saúde física, mental e espiritual dos indivíduos, será por meio de atividades que são responsáveis, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento do corpo tal qual o temos.

A aplicação moderna destas atividades encontra-se nos jogos, no atletismo, na natação e em algumas das atividades combativas, como a luta e o box. Se fosse possível estabelecer um programa das atividades "naturais" adequado à idade, ao sexo e ao estado físico de cada indivíduo normal, talvez houvesse ainda necessidade de se usar a calistenia como tal, porque o progresso da civilização tem vindo acompanhado de uma série de anormalidades no que ao corpo do homem concerne. A vida sedentária é causa da perda de tonus do corpo em todas as partes. Ao amontoar-se a gente em reduzidos espaços, com tudo que isso representa de restrição de movimentos, quanto aos grandes músculos refere, e, por outro lado o trabalho excessivo para muitos dos pequenos músculos, tem produzido condições artificiais de vida, para o que temos tido também que encontrar soluções artificiais. A calistenia é uma delas. Por sua artificialidade não é carente de valor, mas não pode substituir as atividades naturais nos efeitos totais que estas têm sobre o corpo, a mente e o espírito do homem. Como na atualidade a proporção de pessoas maiores que não joga — por falta de oportunidade, de tempo, de recursos e de habilidade — é grande, é muito razoável oferecer-lhes uma sessão de ginástica que ocupa pouco tempo, não exige muita habilidade ou iniciativa, tenha um elemento social e possa ser dosada (Sistemas — Prof. J. S. Summers — Montevideu)."

O amolecimento introduzido no físico do homem pelo progresso da civilização é um fato a ser considerado na elaboração de qualquer sistema de treinamento físico.

Por mais natural que seja um método, terá ele que se apoiar, nos dias de hoje, nos processos artificiais da calistenia.

Bibliografia :

FM-21-20 ;

TM-21-221.

INSTRUÇÕES PARA OS SELECIONADORES

1.º Ten. GUSTAVO LISBOA BRAGA

II

A SELEÇÃO NA 4ª REGIÃO MILITAR — ESTUDO DOS PROCESSOS E DOS MEIOS



SELEÇÃO e distribuição dos convocados condensa três problemas essenciais, a saber:

- A) O da concentração pessoal;
- B) O da execução das provas de seleção e classificação;
- C) O da distribuição do pessoal.

(Segue-se organograma da seleção e distribuição na 4ª Região Militar)
(Fig. 1).

A) CONCENTRAÇÃO DO PESSOAL

No Exército Americano, este problema é facilmente resolvido pela concentração do pessoal em locais permanentes e apropriados para a execução da seleção, como sejam as estações de recepção.

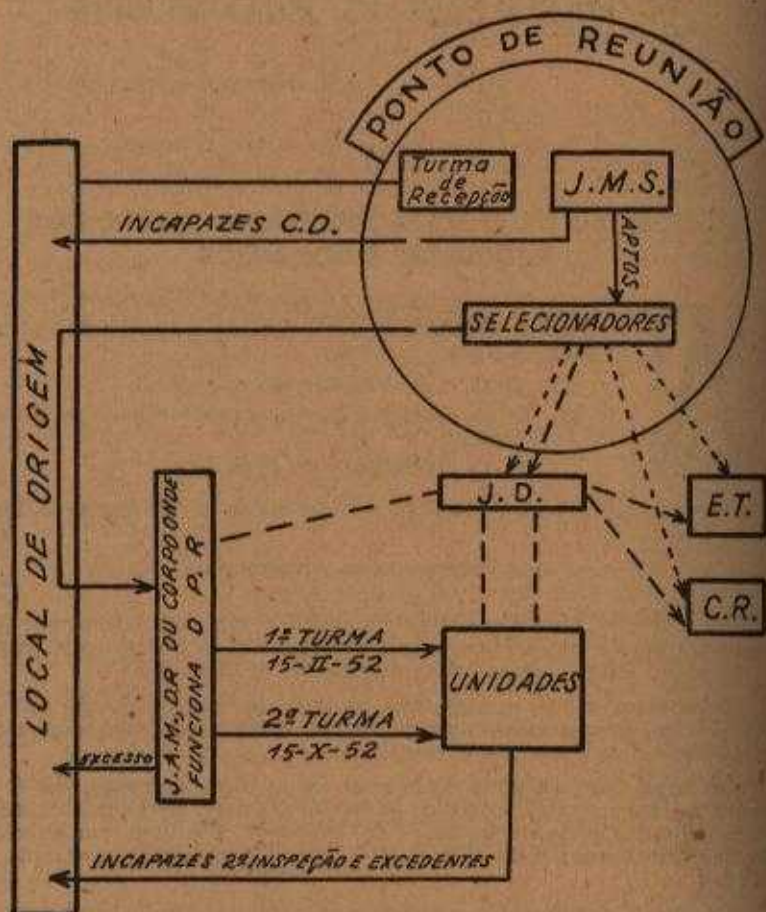
O uso desse meio, no nosso país, se tornaria inaplicável, não só pelas dificuldades opostas pelos respectivos meios de transporte, como ainda pelas distâncias, por vêzes excessivas.

No nosso caso, ao invés do homem vir ao nosso encontro, nós é que vamos ao seu encontro, salvo em casos particulares, como os de grandes municípios que possuem unidades do Exército. É o caso, por exemplo, de Belo Horizonte, onde o pessoal a ser selecionado se apresenta no 10º R.I.

Os postos destinados a receber os convocados são denominados de P.R. (Pôsto de Recepção), que podem ser fixos ou móveis, também chamados volantes.

São fixos, quando a execução de suas tarefas pede somente a instalação de um único pôsto de recepção de convocados e, neste caso, geralmente funciona na sede da guarnição militar ou município importante. É o caso dos nossos P.R. 5 e P.R. 6, que funcionam no 10º R.I., sediado em Belo Horizonte e recebem o pessoal da Capital do Estado de Minas, somente (Fig. 2).

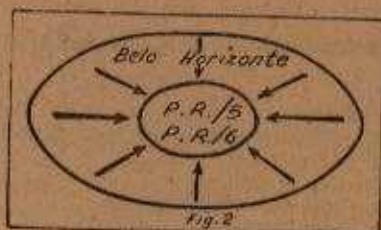
ORGANOGRAMA DA SELEÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



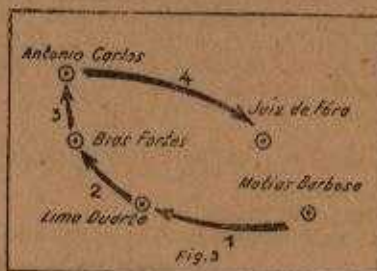
LEGENDA

- Conscrito
- Relação
- Ficha

Fig. 1



São móveis quando necessitam percorrer determinado itinerário, planejado, a priori, pela turma de planejamento do E.T. No nosso caso, a maioria dos P.R. da 4ª Região Militar são móveis, devido à grande extensão territorial e dispersão dos municípios tributários, situados geralmente, longe das melhores vias de comunicações (Fig. 3).



B) EXECUÇÃO DAS PROVAS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Estudo do P.R. :

A classificação inicial tem por fim proceder uma primeira verificação dos homens convocados, apreciando-lhes as condições físicas, intelectuais e profissionais, conforme padrões previamente determinados, de modo a se poder selecionar o pessoal mais compatível com as várias necessidades do serviço militar.

A classificação do pessoal na 4ª Região Militar, compreende :

- Seleção física, constando de :
Inspeção de saúde ;
Classificação pelo aspecto físico.
- Seleção intelectual, constando de :
Verificação da escolaridade ;
Verificação da capacidade intelectual (Teste 1 ABC).
- Seleção profissional, constando de :
Uma "Entrevista" calcada no "Manual de Perguntas Orais sobre Ofícios".

Todo esse mecanismo inicial da classificação do pessoal se processa no P.R. Faremos então o estudo do P.R. e, simultaneamente, estudaremos as diferentes fases da classificação, à proporção que os mesmos se nos apresentarem.

Estudo do P.R. :

Fixo ou móvel, a constituição do P.R. é a mesma, ou seja :

1 — Pessoal :

- 1 — Oficial médico ;
- 1 — 1º ou 2º Tenente combatente selecionador ;
- 1 — 1º ou 2º Sargento ;
- 2 — 3ºs Sargentos auxiliares ;
- 2 — Cabos ou soldados dactilógrafos ;
- 1 — Soldado identificador .

2 — Material :

- a) **Técnico :** O indispensável para o funcionamento da J.M.S., fornecido pela unidade que organizar o P.R. ;
- b) **De instalação :** Duas máquinas de escrever, mesas, cadeiras, etc., fornecidos pela unidade que organizar o P.R. Para os P.R. volantes, as Prefeituras deverão fornecer uma das máquinas de escrever, bem como o material restante ;
- c) **De expediente :** Manual de perguntas-oraís sobre ofícios e instruções para uso do teste 1 ABC, fichas, testes 1 ABC, mapas diários de inspeção de saúde, lápis, papel carbono, tudo fornecido pelo E.T./4.

3 — Organização :

Para os trabalhos, os P.R. serão organizados em :

- a) Turma de Recepção ;
- b) Junta Militar de Saúde ;
- c) Turma de Selecionadores .

A composição de cada uma destas turmas ficará a cargo do Chefe do P.R. (o oficial mais antigo). É no entanto, indicado que, na turma de recepção, fique o Sargento mais graduado e, a título de sugestão, damos a seguinte organização de um P.R. :

TURMA DE RECEPÇÃO	J.M.S.	TURMA DE SELECIONADORES
1 Sgt. (mais graduado)	1 Oficial médico	1 Oficial selecionador
1 Dactilógrafo	1 3º Sgt.	1 3º Sgt.
1 Sold. identificador	—	1 Dactilógrafo

Vejamos, a seguir, o esquema da organização interna de um P.R., mostrando o roteiro a ser seguido pelo convocado (Fig. 4).

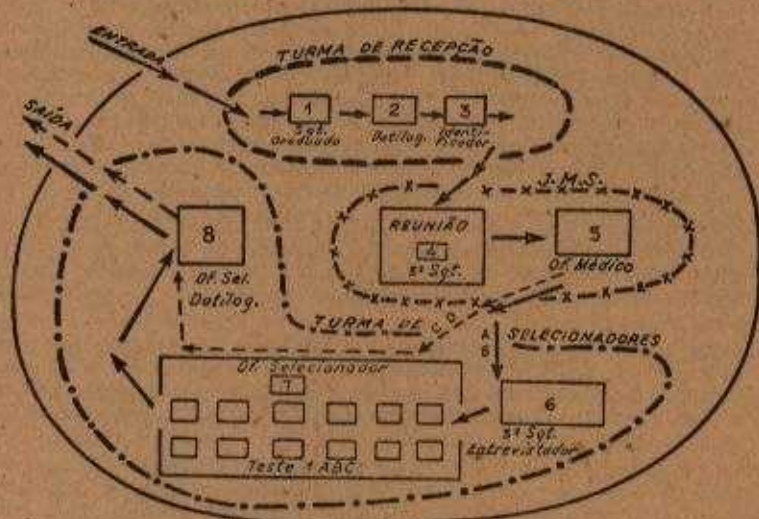
Vejamos como se processa o trabalho dentro de um P.R., do tipo em que foi esquematizado na página anterior.

Na turma de Recepção :

- 1 — Aconselhamos, para o desempenho da função de chefe da turma de recepção, o Sargento mais graduado. Todo convocado que se apresentar ao P.R., é encaminhado primeiramente ao Sgt. Chefe da turma de recepção. Vejamos os casos típicos, que geralmente surgem e que devem ser resolvidos pelo Sgt. Chefe da Turma de Recepção :

- o convocado não possui o certificado de alistamento. Procedimento : encaminhar o convocado para a C.R., D.R. ou a J.A.M., a fim

ESQUEMA DE UM P. R.



LEGENDA

- Turma de Recepção (preencher o item 1 ao 8 da ficha de Inc. e Sel.).
- x-x- J.M.S. (preencher a parte de insp. de Saúde da ficha de Inc. e Sel.).
- Turma de Seleccionadores (preencher os itens 9 a 19 da ficha de Inc. e Sel. e mais a parte de taxa militar do item 8).
- Percurso dos aptos A e B
- Percurso dos incapazes C e D

Fig. 4

de obter o certificado de alistamento, para, então — já de posse do certificado — retornar ao P. R. ;

- o convocado é insubmisso — (É insubmisso o convocado que se não apresentou até às 24 horas do último dia fixado nas Instruções Regionais para a apresentação de sua classe). Procedimento: segue o percurso normal dos demais apresentados, porém, se for julgado apto A ou B, pela J.M.S., no exame médico, deverá ser encaminhado, imediatamente, para uma unidade do Exército, onde será julgado pelo crime de insubmissão em liberdade e tendo o Quartel por menagem, — salvo se existir ordem em contrário nas Diretrizes Regionais.

- O convocado é refratário — (É refratário, art. 128 da L.S.M., quem se não apresentar à época geral de inspeção de saúde de sua classe e pagará multa de 10 a 50 cruzeiros). Procedimento: segue o percurso normal, mas o refratário tem prioridade para incorporação.

Nota — Presentemente está vigorando o aviso (transcrito no Boletim Regional n. 181, de 2-VIII-1950) que manda cobrar a taxa mínima, ou seja, 10 cruzeiros).

- O convocado é retardatário — (São retardatários, §§ 1º e 2º, do art. 35 da L.S.M., os convocados que forem destinados a receber instrução nos Tiros de Guerra e nos Centros de Formação de Reservista e que, por motivo justo, não tiverem aproveitamento ou forem desligados, sendo rematriculados no ano seguinte e no caso de reincidência, serão incorporados, no ano imediato, em unidade designada pelo Cmt. da Região Militar. São também retardatários, os dispensados de incorporação — para receberem instrução nos Tiros de Guerra e Centros de Formação de Reservistas — e que, sem motivo justo, forem desligados, serão incorporados do mesmo modo do caso anterior). Procedimento: seguem o percurso normal dos demais apresentados, mas tem prioridade para incorporação e devem ser mandados se apresentar nas unidades destinadas a recebê-los:
- a) Nos casos normais, o Sgt., além de identificação inicial, preenche os itens 1 à 8 inclusive, da "Ficha de Incorporação e Seleção", menos a parte da taxa militar. Em seguida, o convocado é encaminhado para a mesa 2...
 - 2 — Onde o cabo dactilógrafo preenche, à máquina, a relação do movimento diário do P.R., que consta de um cabeçalho com local e data, seguido de uma relação nominal do pessoal apresentado, precedendo a cada nome o número de ordem da "Ficha de Incorporação e Seleção". Em seguida, o convocado passa para a mesa 3, onde...
 - 3 — ..., o soldado identificador, toma a impressão digital do polegar direito do convocado, na "Ficha de Incorporação e Seleção", no local para tal destinado. Em seguida, o convocado é encaminhado para J.M.S.

Na J.M.S.:

- 4 — O 3º Sgt. auxiliar do oficial médico recebe os convocados apresentados na J.M.S. e os prepara para o exame médico. A prática indica como um bom método de trabalho, para o caso, o seguinte: cada convocado que se apresenta entrega a "Ficha de Incorporação e Seleção" ao Sgt. e este manda o convocado tirar a roupa e com tinta ou giz, escreve no peito do convocado o número correspondente ao número de ordem da sua "Ficha de Incorporação e Seleção". Após reunir pequenos grupos, apresenta-os ao oficial médico para o exame, ajudando-o na tomada e escrituração de certos dados.
- 5 — O oficial médico executa o exame médico, registrando os resultados na "Ficha de Incorporação e Seleção", nas linhas correspondentes. O resultado, para cada convocado, pode ser escriturado no peito do mesmo, pelo mesmo processo usado anteriormente pelo Sargento, o que nos dará economia de tempo, essencial para quem trabalha num P.R. A inspeção de saúde dos conscritos apresentados classifica-os em aptos A e B, e os incapazes em C e D. Ainda classificamos na 4ª R.M., pelo aspecto físico, os conscritos julgados aptos, em:

Robustos (R);
Médios (M);
Fracos (F).

A fim de uniformizar o mais possível a maneira de interpretar a classificação acima, recomendamos a observância do quadro elaborado para referência e já publicado atrás. Em seguida, os aptos A e B são encaminhados para a turma de classificadores e selecionadores, enquanto os incapazes C e D são encaminhados diretamente para o oficial selecionador.

Na Turma de Seleccionadores:

- 6 — O 3º Sargento entrevistador receberá da J. M. S. os convocados aptos A e B, submetendo-os a uma entrevista e preenchendo, na "Ficha de Incorporação e Seleção", os itens de 9 à 14, inclusive. Como todos os convocados, mesmos os de instrução superior, serão submetidos ao Teste de Classificação I ABC, recomendamos ao 3º Sargento entrevistador que, para maior facilidade de aplicação do teste, constitua turmas, quanto possível, do mesmo nível de instrução, isto é, turmas constituídas só de analfabetos ou quase analfabetos, e turmas, só de alfabetizados (todos os demais níveis), que serão apresentados posteriormente ao oficial selecionador.

O preenchimento dos itens 10, 11 e 12 da "Ficha de Incorporação e Seleção" visa a seleção profissional, que será feita pela entrevista do conscrito, procurando-se apurar a profissão civil que o mesmo exerce, bem como outras aptidões profissionais ou secundárias de que seja ele capaz.

Procurar-se-á enquadrar a classificação profissional dos homens em:

- 1 — Mecânico de auto;
- 2 — Motorista (esclarecer se possui carteira);
- 3 — Eletricista;
- 4 — Mecânico de rádio;
- 5 — Pintor;
- 6 — Pintor a duco — soldador;
- 7 — Dactilógrafo;
- 8 — Carpinteiro-Marcineiro;
- 9 — Segeiro;
- 10 — Músico de sopro;
- 11 — Cozinheiro-Copeiro;
- 12 — Lanterneiro e Capoteiro;
- 13 — Torneiro;
- 14 — Ferreiro, Serralheiro, Bombeiro hidráulico;
- 15 — Enfermeiro, prático de farmácia;
- 16 — Contador;
- 17 — Calceteiro;
- 18 — Telegrafista e rádio;
- 19 — Correio-sapateiro;
- 20 — Desenhista;
- 21 — Lavrador.

Usando o "Manual de perguntas orais sobre ofícios", deverá ainda apurar-se o grau de aptidão na execução das profissões alegadas, classificando-as em:

- Muito Bem Informado (M.B.);
- Bem Informado (B.);
- Regularmente Informado (R.).

O resultado será registrado na "Ficha de Incorporação e Seleção" nos retângulos correspondentes aos itens 10 e 11. Para os homens cuja profissão não constar na relação acima, colocar-se-á a letra "N" no lugar correspondente.

O preenchimento do item 14 da "Ficha de Incorporação e Seleção" visa a verificação de conhecimentos escolares do convocado, pela declaração do grau de instrução do mesmo, feita ao 3º Sargento entrevistador.

Para facilidade de registro, serão adotadas as letras correspondentes aos graus de instrução :

Analfabetos.....	(A)
1º Primário (completo)...	(P1)
2º Primário (completo)...	(P2)
3º Primário (completo)...	(P3)
4º Primário (completo)...	(P4)
1º Ginásial (completo)...	(G1)
2º Ginásial (completo)...	(G2)
3º Ginásial (completo)...	(G3)
4º Ginásial (completo)...	(G4)
1º Científico (completo)...	(C1)
2º Científico (completo)...	(CPOR)

Aquele que apresentar apenas rudimentos de escrita e leitura deverá ser considerado analfabeto.

O resultado será registrado pela letra correspondente ao ano que o conscrito tiver completado na escola, no item 14 da ficha. Nas linhas adjacentes do retângulo correspondente ao grau de instrução, será anotado alguma escola particularizada que o conscrito esteja frequentando. Assim, o convocado pode ter completado o 4º ano primário e estar frequentando a Escola Cândido Tostes, ou a Escola da E.F.C.B. de Santos Dumont..., e anotaremos então ambas as coisas.

7 e 8 — O oficial selecionador é o chefe de toda a turma de selecionadores e trabalha pessoalmente da seguinte forma :

Recebe do 3º Sgt. entrevistador as turmas o mais possível homogêneas, para a aplicação de teste de classificação geral 1 ABC. Esta prova é de suma importância, considerando-se que, com boa exatidão, indica uma gradação mental dos indivíduos examinados, que submetidos, desde o início de seus treinamentos práticos, às exigências e servidões especiais, tendo em vista determinadas funções ou qualificações, poderão os mesmos apresentar resultados evidentemente positivos.

Além disso, o Exército, instrumento de defesa nacional, não pode desincumbir-se de sua elevada tarefa se não aproveitar inteligentemente os homens de maiores capacidades. A guerra moderna exige do combatente uma síntese equilibrada de valores ou virtudes individuais que precisam ser desenvolvidas no curto espaço de sua passagem pelo serviço militar. É pois, indispensável aproveitar-se, preferivelmente, os convocados que atestarem nessas provas de aptidão intelectual, capacidade para ótimo ou bom aproveitamento nos intrincados e complexos mistérios das funções militares. Sobre tudo porque esse novo ambiente ser-lhes-á inteiramente desconhecido e exigente. Dentro dessa ideia geral, admitir-se-á aplicação do teste 1 ABC. Todos os convocados, mesmos os de instrução superior, são submetidos a esse teste pelo oficial selecionador e o resultado será escriturado no item 16 da "Ficha de Incorporação e Seleção", que nos indica o grau padrão e classe de cada convocado.

Aplicado o teste 1 ABC, ficamos em condições de selecionar os convocados em três categorias :

- os que possuem suficiente capacidade para aprender e receber instrução básica militar e onde podemos recrutar futuros Cabos e Sargentos ; são os classificados nas classes I e II ;
- os que possuem suficiente capacidade para receber a instrução básica militar, porém em condições menos favoráveis

que os anteriores, e onde podemos recrutar soldados especialistas e mesmo futuros Cabos; são os classificados nas classes III e IV, e os da classe V de grau padrão acima de 0,60;

- aqueles cuja capacidade de aprender é inadequada para o desempenho de qualquer função militar; são os da classe V de grau padrão abaixo de 0,60.

Cumpra ressaltar aqui que, assim como procedemos à inspeção de saúde, com a finalidade de depurar aqueles que não apresentam condições físicas compatíveis com a vida militar, também necessitamos proceder, idênticamente, uma depuração mental dos homens, para aproveitar tão somente aqueles que possam dar rendimento na aprendizagem das servidões militares, que se tornam, dia a dia, mais complexas e, dessa forma, os classificados no teste 1 ABC, na classe V e com o grau padrão abaixo de 0,60, devem ser considerados incapazes mentalmente para o serviço ativo do Exército, pois deles quase nada podemos esperar.

Terminada a aplicação do teste 1 ABC, a turma testada é liberada mas, antes, o oficial selecionador preenche os itens 17 e 18 da ficha e assina a mesma.

Esse oficial deverá ainda, cuidadosamente, explicar ao conscrito a data e o local em que o mesmo deverá procurar saber o seu destino. Fará entrega, em seguida, da ficha amarela e do Certificado de Alistamento ao mesmo. Mais tarde, o oficial selecionador, auxiliado pelo dactilógrafo, corrige os testes e lança os resultados nas fichas que ficaram em seu poder.

Caso o conscrito seja julgado incapaz, será, após a inspeção de saúde, encaminhado, diretamente, ao Tenente selecionador (mesa 8). Se a incapacidade for definitiva (D), será preenchido, na "Ficha de Incorporação e Seleção", o item 15, na parte "Certificado de Isenção" registrando o número do certificado. Será cobrada ao incapaz D a taxa militar de 10 cruzeiros e será selado o seu certificado de alistamento; na sua "Ficha de Incorporação e Seleção", preenchido, no item 8, a casa de taxa militar.

Toda essa parte está a cargo do oficial selecionador, que deve manter, em dia, uma relação do pessoal e taxas cobradas. Mandará, em seguida, tomar os dados para fornecimento do Certificado de Isenção, registrando o endereço do conscrito a lápis no mesmo. Juntará, com um alfinete, o "Certificado de Alistamento", "Certificado de Isenção" e a "Ficha Azul" do conscrito, colocando este conjunto na pasta "Isenção".

O convocado tem que apresentar 3 retratos de 3 por 4 e como, normalmente, não o possuem, o mais aconselhável é instruir o homem para que o consiga e envie mais tarde para o local de destino do P.R., escreturando no verso do mesmo o seu nome.

A ficha amarela será entregue ao conscrito. Na pasta da C.R., colocará a ficha branca e, na pasta E.T., a ficha rósea.

O conscrito deverá, em seguida, ser liberado.

Se a capacidade for temporária (C), o oficial selecionador registrará no "Certificado de Alistamento" do conscrito o seguinte: "Deverá apresentar-se para nova inspeção de saúde com a classe de ... (ano da classe a ser incorporada no próximo ano).

Tendo em vista o grande número de incapazes C registrados nos P.R., recomendamos, como boa medida para simplificação de trabalho, um carimbo com dizeres para o caso.

Cobra a taxa militar e sela o certificado de alistamento. Assina o certificado e a ficha. Entrega o "Certificado de Alistamento" e a "Ficha Amarela" ao conscrito. Coloca na pasta C.R. a ficha branca e na pasta E.T., a ficha rósea. Inutiliza a ficha azul. Libera o conscrito.

O Cabo dactilógrafo da mesa 8 auxilia o oficial selecionador e bate à máquina todos os ofícios e relações necessários.

RECOMENDAÇÕES AO OFICIAL SELECIONADOR

As fichas colocadas na pasta E.T. e C.R. deverão estar rigorosamente em ordem numérica.

Terminados os trabalhos em um município, as fichas da pasta C.R. e E.T. serão retiradas das respectivas pastas, amarradas e etiquetadas, devendo ser remetidas pelo correio à C.R. a que o município pertence e ao E.T. As fichas das pastas J.D., serão relacionadas por nomes dos conscritos. A relação será colocada junto com as fichas e este conjunto será guardado pelo oficial selecionador do P.R., que o entregará pessoalmente ao oficial Presidente da J.D., quando de volta dos trabalhos.

Caso o P.R. tenha inspecionado município que pertence à jurisdição de outra J.D., deverá remeter as fichas da pasta J.D. registradas pelo correio, o mais rápido possível.

Nota — Transcrição do § 3º do art. 135 da L.S.M. e dos arts. 136 e 137 da L.S.M.

Art. 135 da L.S.M. :

§ 3º. Os convocados que forem condenados ao pagamento de multa e não possuam recursos para atendê-lo, sofrerão desconto do valor da mesma quando forem incorporados.

Art. 136 da L.S.M. :

Ficarão isentos do pagamento de taxas e de multas aqueles que provarem sua condição de miserabilidade, na forma da lei.

Art. 137 da L.S.M. :

Os que forem condenados ao pagamento de multas terão seu documento militar retidos pela Circunscrição de Recrutamento, enquanto não atenderem ao pagamento da mesma, ressalvado o caso de isenção de que trata o artigo anterior.

Após o término dos trabalhos de cada município, deverá ser comunicado, via rádio, ao E.T. e ao S.S.R. o seguinte: "RESULTADO MUNICÍPIO..... APRESENTADOS..... APTOS..... APTOS ALFABETIZADOS....." Os P.R. fixos e móveis, quando funcionando na sede da guarnição, devem enviar o resultado semanal, no mesmo modelo anterior.

Os P.R. deverão apresentar relatórios sumários de suas atividades, ao findar seus trabalhos, de acordo com o modelo.

Em cada município, os chefes de P.R., deverão, antes de partir, instruir minuciosamente os Presidentes de J.A.M., ou D.R. de como proceder, ao receber as relações da J.D. Aconselhamos, a fim de facilitar o trabalho do P.R., que seja fornecido, ao oficial selecionador, a relação dos municípios que o P.R. vai inspecionar, com seus respectivos distritos. Outrossim, relação dos novos municípios tributários, a fim de evitar que muitos conscritos sejam relacionados como insubmissos, sem o serem, na verdade.

C) DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL

Uma das grandes falhas registradas na antiga incorporação consistia no modo de ação dos P.R. e P.C. que, geralmente, procediam à recepção e distribuição dos homens pelos Corpos de Tropa, mediante instruções contidas nos Planos Regionais.

Essa distribuição ficava a critério do chefe do P.R. ou P.C. que procurava aquinhoar a sua Unidade com os melhores homens, deixando o rebaulho para as demais Unidades dependentes dos mesmos P.R. e P.C.

Entretanto, como as Regiões Militares alistavam, em cada classe, um número superior às necessidades dos efetivos dos corpos de tropa,

disso se aproveitavam aqueles que não desejavam ingressar no Exército, apresentando-se nas últimas horas dos prazos de apresentação, na esperança de encontrar os efetivos já supridos.

Por vézes, essa artimanha era bem sucedida, pois alguns comandos iam progressivamente incorporando os melhores alistados até o completo de suas necessidades; outros comandos, porém, resolviam proceder à incorporação final, depois de reunidos todos os designados para a sua Unidade, para então, fazer a triagem final. Esse processo, embora mais eficiente para a seleção, tinha o grave inconveniente de ser caríssimo para a Nação, porque grande massa de convocados deveria permanecer encostada às Unidades.

Já que desejamos proceder a uma seleção científica, devemos preservar tôdas essas faltas apontadas, aplicando, em sua plenitude uma verdadeira distribuição ecológica, isto é, estabelecendo-se uma norma de investigação e medidas preliminares para uma perfeita distribuição.

Isso não é difícil de se realizar, porque é possível conhecer, de antemão, as necessidades de cada Corpo de Tropa e, portanto, estabelecer um padrão de distribuição.

O trabalho realizado nos P.R. reúne os dados para satisfazer plenamente tôdas as exigências do padrão de distribuição, porquanto as fichas são preenchidas, desde a inspeção de saúde até à entrevista, consignam a classe mental, o valor físico e as habilitações profissionais de cada indivíduo, restando apenas, para aplicação do padrão, a existência de um órgão centralizador, destinado a estabelecer o equilíbrio de distribuição entre tôdas as unidades.

Esse elemento centralizador, que será também controlador, é a *Junta de Distribuição (J.D.)*. O ideal é a existência de uma única J.D. para toda a Região Militar, funcionando sob a orientação do E.T. Porém, devido à grande extensão territorial da 4ª R.M., precários meios de transportes, ... fomos obrigados a descentralizar a distribuição, organizando mais de uma J.D., nas seguintes guarnições:

- J.D. 1 — Belo Horizonte;
- J.D. 2 — Juiz de Fora;
- J.D. 3 — São João d'El Rey;
- J.D. 4 — Ouro Preto;
- J.D. 5 — Três Corações;
- J.D. 6 — Pouso Alegre;
- J.D. 7 — Itajubá;
- J.D. 8 — Santos Dumont;
- J.D. 9 — Ipameri.

Pessoal da J.D.: As J.D. constituídas por 1 (um) oficial — de preferência o oficial selecionador do P.R. — e 1 (um) Sargento de cada unidade da guarnição. O Sargento será obrigatoriamente dactilógrafo. Chefiará a J.D. um oficial superior ou Capitão, designado pelo Cmt. da Guarnição.

Material da J.D.:

- a) de instalação — duas máquinas de escrever, mesas e cadeiras fornecidos pela Unidade onde funcionar a J.D.;
- b) de expediente — o necessário, fornecido pelos Corpos da Guarnição, onde funcionará a J.D.

Trabalho da J.D. :

A distribuição dos conscritos será realizada pelas J.D., obedecendo ao seguinte critério :

- 1 — Grupamento dos conscritos : as J.D., usando as fichas azuis, dividirão os conscritos em três grupos, a saber :

Grupo 1 — Conscritos que possuem uma das 21 especialidades especificadas anteriormente, de interesse para o Exército, e que sejam alfabetizados ;

Grupo 2 — Conscritos sem profissão, alfabetizados ;

Grupo 3 — Conscritos analfabetos.

Os conscritos do Grupo 1 serão, em seguida, separados por especialidades e, dentro destas, pela classe apurada no teste 1 ABC e ainda pelo grau obtido na especialidade : Muito bem (M.B.), Bem (B.) ou Regular (R.). Caso o número da determinada especialidade seja muito grande, poderemos ainda grupá-los pelo aspecto físico.

Os conscritos do Grupo 2 serão separados pelas classes apuradas no teste 1 ABC. Dentro destas, os mesmos serão grupados pelo grau de instrução e, caso necessário, pelo aspecto físico.

Grupo 3 — Está prevista somente a incorporação de conscritos alfabetizados. Caso, porém, por qualquer motivo, haja necessidade de incorporar analfabetos, deverão estes ser escolhidos entre os que apresentarem melhores resultados no teste 1 ABC e, dentro das classes, os de melhor aspecto físico. Dada a probabilidade de não ser necessária a incorporação de analfabetos, deverão as fichas dos mesmos, de início, ser conservadas grupadas por municípios.

- 2 — Distribuição dos conscritos : terminado o grupamento dos conscritos, deverão as J.D. distribuí-los de acordo com os claros das Unidades. Esta distribuição deverá ser a mais equitativa possível e, dentro de cada especialidade, proporcional aos claros das Unidades.

Por exemplo : o 4º Esq. Rec. Mec., tendo 25 claros de motoristas e o 12º R.I., apenas 5, deverão ser distribuídos na proporção de 5 para o 4º Esq. Rec. Mec. e 1 para o 12º R.I., mantendo-se rigoroso equilíbrio no preenchimento dos claros. Caso haja, em determinada especialidade, um número de conscritos que exceda ao total de claros das Unidades, deverão os mesmos continuar a ser divididos na mesma proporção. Terminada a distribuição dos especialistas, far-se-á a soma dos mesmos dentro de cada Unidade.

A diferença entre o total de claros fornecidos pelo E.T. e o número de especialistas obtidos, será preenchida pelos conscritos do grupo 2 e do grupo 3, se necessário.

Iniciar-se-á a distribuição, dentro de cada um destes Grupos, pelos conscritos da classe I, realizando-se, em seguida, os das classes II, III, IV e V, até completar as Unidades.

- 3 — Relacionamento dos conscritos : logo após o trabalho de distribuição, os conscritos de cada Unidade serão grupados por municípios.

Far-se-á, em seguida, uma relação, por município, de todos os conscritos distribuídos, acrescentando-se, logo após, os que não foram e que deverão ser incluídos no Excesso do Contingente.

A relação citada deverá obedecer ao modelo —

Sr. Presidente J.A.M. (D.R. ou Corpo)

"I — Deverão ser apresentados nas datas especificadas e às respectivas Unidades, os conscritos abaixo:
(Segue-se a relação.)

II — Deverão ficar à disposição do Cmt. da Região, até à liberação de sua classe, os conscritos:
(Segue-se a relação.)

(Assinatura)

Para cada município, deverá haver uma única relação, feita em três vias, cujas páginas deverão ser numeradas e rubricadas pelo presidente da J.D.

Destino a serem dados às relações:

- a) o original, para os Presidentes dos órgãos alistadores dos municípios (J.A.M. — D.R.) ou Cmt. de Unidade onde funcionou o P.R.;
- b) a 2ª via, para a C.R. da qual o município é integrante;
- c) a 3ª via, para o Escalão Territorial.

O original que será enviado à J.A.M. ou D.R. (Órgão Alistador) ou Unidade em que funcionou o P.R. deverá ser tirado em contracópia; as 2ª e 3ª vias deverão ser reunidas em pastas e enviadas em conjunto.

Recomenda-se especial cuidado na confecção destas relações a fim de que nenhum conscrito fique sem destino. Deverá ser cotejada a relação confeccionada na J.D. com a enviada pelos P.R.

A confecção e remessa das relações deverão ser iniciadas pelos Municípios mais distantes, a fim de fazer face aos atrasos do correio. As fichas azuis dos conscritos distribuídos às Unidades serão relacionadas e enviadas às respectivas Unidades.

As fichas azuis dos conscritos incluídos no Excesso do Contingente deverão ser enviadas à C.R. com ofício.

Execução dos Trabalhos:

1 — As J.D. deverão reunir-se em data prefixadas, para início dos trabalhos, que terminarão, imprerivelmente, na data marcada para tal, com a remessa das últimas relações aos Presidentes ou Chefes de órgãos alistadores dos municípios (J.A.M. — D.R.) ou Cmt. de Corpos onde funcionou P.R. Serão responsabilizados os Presidentes de J.D. que, por qualquer motivo, ultrapassarem essa data.

2 — Receberão do E.T. os claros globais a serem preenchidos nas diversas Unidades de sua guarnição e, dessas, até certa data prevista, a especificação das qualificações destes mesmos claros.

Para execução dos trabalhos, as J.D. tomarão o dôbro destes claros, fazendo, ainda, um acréscimo de 5%. O resultado será registrado na casa "Necessidades" do Mapa Modelo I, anexo a este Plano.

3 — Para o grupamento dos conscritos, é indicado o uso de uma mesa para cada grupo, a fim de facilitar os trabalhos.

4 — Para a distribuição dos conscritos, cada Unidade deve ter uma pequena caixa para receber as fichas, a fim de que não haja dispersão das mesmas.

5 — Para a distribuição dos retardatários e refratários inspecionados na 1ª Inspeção de Saúde Complementar (2ª época), deverão as J.D. voltar a reunir-se novamente, nos dias marcados para tal, obedecendo ao mesmo método para seu trabalho.

6 — Terminados os trabalhos, as J. D. apresentarão relatório do modelo anexo. Acompanhando o relatório, deverá ser anexado o Mapa Modelo I, no qual foi feita a distribuição dos conscritos, a fim de que o Escalão Territorial possa fazer um levantamento das especialidades e do valor do contingente distribuído.

OBSERVAÇÃO — As Unidades só podem incorporar os homens a ela destinados, após terem os mesmos sido julgados aptos na "revista sanitária", ou na "inspeção de saúde complementar", se fôr o caso.

(Continua)



O ADEXTRAMENTO DA RESERVA DE OFICIAIS

UM APELO AOS ALTOS CHEFES DO EXÉRCITO

2º Ten. R/2 JAYME DA FRANÇA DORIA

Os técnicos militares soviéticos ao estudarem os fatos relacionados com a última guerra, criticam a Hitler por não ter este procurado dominar Dakar e, simultaneamente, atacado Natal. Fazem-no, aliás, numa linguagem em que deixam bem claro suas intenções de não repetirem o erro.

Por outro lado, as incertezas da hora presente, não permitem que coloquemos totalmente de lado as possibilidades de generalização do conflito coreano. Assim, as responsabilidades assumidas pelo BRASIL no campo internacional, como a séria ameaça de termos envolvido, logo de início, numa terceira guerra mundial, impõem-nos a urgente tarefa de adextrar-nos convenientemente para a defesa da Pátria. E essa imediata preparação não pode excluir a Reserva de Oficiais. Já que sua importância ficou sobejamente definida e comprovada na última guerra. É certo que a insuficiência dos efetivos de paz do nosso Exército determinará, em caso de emergência, a convocação da Reserva. Compunge-nos confessar, todavia, que estamos praticamente impossibilitados de uma ação proveitosa no campo da luta porque faltam-nos "os conhecimentos básicos mais fundamentais da moderna arte da guerra". Desconhecemos, oh dura realidade, o que de mais comensinho existe atualmente em matéria de equipamento bélico moderno, inclusive os já em uso no Exército Brasileiro. Do ponto de vista militar, somos uma verdadeira inutilidade.

"A guerra moderna, utilizando num grau nunca antes atingido equipamentos mecânicos e se desenvolvendo num ritmo jamais antes igualado, demanda um pessoal altamente treinado". Esta afirmação feita há quase dois lustros pelo psicólogo norte-americano Normal C. Meier, mais do que nunca se aplica aos dias que correm e tem para nós a força de uma advertência que não pode e não deve ser menosculada.

A guerra como a definiu o Grande Corso: "É a arte da execução". Mas para executar como para agir é preciso qualidades que só um cuidadoso treinamento poderá proporcionar. Ao oficial que executa, qualquer que ele seja na escala hierárquica, é exigida a faculdade de planejar e agir por si próprio, mesmo quando ele apenas executa. "O comando não se improvisa", assegura brilhantemente o Cel. J.B. Magalhães. Prepara-se meteticulosamente, pois na difícil arte da guerra não há lugar para as mínimas improvisações. Não só o resultado da própria guerra como de qualquer dos mínimos atos que a compõem, depende da ação individual de todos os que nela tomam parte.

Precisamos ter em mente o valor do inimigo que ora nos ameaça. Sem recursos econômicos que nos garantam a manutenção de um poderoso exército de paz como seria de desejar, nem por isso não haveremos de estar perfeitamente em condições de repelir qualquer afronta à dignidade da Pátria. Já afirmavam os chineses de priscas

eras que "um mau exército poderia tornar-se invencível sob as ordens de um bom general". Napoleão, séculos mais tarde, referendava esta afirmação ao proclamar: "Não existem maus batalhões; existem, sim, maus coronéis".

Partindo destas afirmações em que sobressaem o valor do treinamento e a importância do comando na guerra e animado unicamente por um verdadeiro fervor patriótico que me anima desde o berço, ousou aqui pugnar para que, com a urgência que o caso requer, se cuide do melhor preparo da Reserva de Oficiais R-2, dotando-nos dos conhecimentos básicos indispensáveis às funções de comando que teremos em caso de uma nova guerra.

É fato comprovado que a maioria dos que buscam os C.P.O.R., fazem-no apenas visando quitar-se com a Lei do Serviço Militar. Entre tantos, todavia, alguns podem ser encontrados que encaram com seriedade o oficialato da Reserva. Estes últimos poderiam constituir a elite da Reserva de Oficiais R-2. Treiná-los técnica e psicologicamente é o que deve ser feito.

A reserva não pode ser relegada a plano secundário. O elevado número de Oficiais R-2 integrantes da gloriosa FEB foi a prova incontestável de que a Reserva é uma necessidade nacional. Na guerra, ninguém mais o nega, as responsabilidades do pósto confundem Oficiais de Escola com os da Reserva. A uns e outros em igualdade de condições é exigido o mesmo sagrado dever de lutar e morrer pela Pátria. O imortal Foch reconhecia o grande valor da reserva de Oficiais quando recomendando aos da Ativa a necessidade de não se aferrarem unicamente à vida da caserna, acrescentava: "Se assim for, correrá — o Oficial da Ativa — O risco de ver-se sobrepujado pelo da reserva, dotado de certo saber profissional e que o hábito de uma vida produtiva dotou de atividade fecunda". E foi um especial cuidado que nos E.E.U.U. dotou o Exército daquele país amigo de uma plêiade de Oficiais da Reserva perfeitamente integrados nas exigências da última guerra.

Comandar, verdadeira arte, não se resume na aplicação das regras contidas nos compêndios ou nas lições dos mestres. É, indubitavelmente muito mais. Exige muitas qualidades e saber profissional. Da perfeita conduta do chefe depende a ação de seus subordinados. Sómente um chefe hábil saberá explorar o êxito ou contornar as dificuldades.

Se bem que tenham permanecido imutáveis os princípios da guerra pelo menos nos seus fundamentos, a evolução do armamento determinou uma radical transformação na aplicação daqueles mesmos princípios. Adaptar os Oficiais R-2 àquela aplicação é problema cuja solução não pode ser adiada.

Destarte, valendo-me do apoio moral e material que acaba de me ser prestado pela direção desta Revista, é com honra indissolúvel que através estas páginas lanço aos altos Chefes Militares do Exército meu mais veemente apelo para que seja dado à Reserva de Oficiais um grau de conhecimentos compatíveis com o pósto. A reabertura dos cursos "B" de aperfeiçoamento dos C.P.O.R. ou a criação de um curso por correspondência à guisa do que ocorre nos E.E.U.U. através das School Of Army And Services atenderia ao meu julgar, aos reclamos de uma Reserva adaptada à guerra moderna. Um rigorismo capaz de produzir os efeitos aqui preconizados, marcaria a realização de um ou outro curso.

Isto pósto, e sem a menor pretensão de imiscuir-me nas altas esferas da defesa nacional, eu simples Tenente da Reserva, mas orgulhoso de o ser, deixo aqui consignado ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra e demais Comandantes do Exército, meu justo pedido para que estudem e quanto antes executem, um plano que vise dotar os Oficiais da Reserva dos conhecimentos que nos permitam "cumprir com denodo e sem vexames o mais sagrado dever: o de morrer pelo Brasil como verdadeiros oficiais".



O QUE MAIS TEME O KREMLIN

General britânico J. E. C. FULLER

Traduzido, data vinda, da revista "Ejército", de Espanha, pelo Maj. WALDIR DOS SANTOS LIMA.

Os Estados Unidos não têm rival no mar. Possuem já centenas de navios de guerra em serviço e grandes frotas em reserva. São também superiores, ou logo o serão, no ar, porquanto seu objetivo de produção de 50.000 aviões anuais está em muito avançado período de realização. Contam com um exército de 1.500.000 homens, cuja potência de fogo e de material é incomparavelmente superior à de efetivo similar dos russos. Em data não distante terão uma produção de cem carros diários. Nesta ocasião, devem ter uma reserva de umas mil bombas atômicas e guardam em depósito outras armas de destruição em massa que se desconhece. Possuem novos tipos de foguetes de guerra, de radar e de projetis dirigidos e não parece que estejam longe de produzir a artilharia atômica, a bomba de hidrogénio e o submarino de propulsão nuclear.

Estão gastando nas forças armadas mais de dezoito vezes do que despende a Inglaterra. Sua potência industrial alcança o milagroso

e têm, como alguém disse em feliz frase, não "canhões e manteiga" e sim "canhões e toda a vaca". É um moderno Titan, que prontamente poderá desencadear, em uma única batalha, a mesma energia destrutiva que aplicou durante toda a segunda guerra mundial. Não obstante, não deve esquecer que, apesar de sua potência, seus protótipos mitológicos foram terminar no cárcere do Tártaro.

Considerando que a próxima guerra será, antes de qualquer coisa, uma pugna material e que, portanto, a força física será o elemento decisivo, não adotam hipóteses excessivas? Talvez fôsse preferível que, em lugar de partir dessa premissa, os norte-americanos pensassem com calma sobre a verdadeira natureza do problema internacional atual.

Até agora não parece que assim hajam procedido. Ao contrário, tudo indica que fixaram a sua atenção na mostra da loja soviética e que se não atrevem a entrar no armazém para ver a realidade dos

gêneros do Kremlin. Vou, pois, procurar analisar esta realidade.

Entre outras cousas, a propagando soviética exhibe em sua vitrina um mapa do Império Ideológico Bolchevista. Este é maior que o de Gengis Khan, já que cobre uma quarta parte da superfície do Globo, estendendo-se desde o Oceano Ártico até o Himalaia e do Elba ao Pacífico. Contém uma terceira parte da Humanidade. É também titânico!

Porém, se entrardes no armazém soviético, verificareis que a vitrina é uma ficção. Em 1917, Lenine introduziu uma nova filosofia e, tomando o princípio ocidental de que "a verdade os fará livres" deu-lhe movimento. Por isso, no vocabulário bolchevista tudo mudou de significado. A mentira chama-se verdade, e a verdade é denominada mentira; ao terror policial, denomina-se democracia; à escravidão, liberdade; à conquista, libertação; à sujeição, auto-determinação; e se disfarça com o apelido de proletariado a Oficina política do partido bolchevista, suprimindo-se, em nome daquele, todas as liberdades individuais e todas as classes de direitos nacionais.

Por que adotaram os Soviets esta tática de confusão dialética? Para que os países não possam entender-se uns com os outros! É a versão bolchevista da passagem bíblica da torre de Babel...

O mesmo rótulo que hoje ostenta o império russo, isto é, o de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, é uma mentira porque não é uma união e sim a forçada escravidão de quase duzentos povos subjugados que falam línguas diferentes e procedem de culturas distintas e cujo único aglutinante é o terror. Não obstante, nisto não reside novidade porque assim como o paneslavismo da Rússia czarista não foi outra coisa que um engodo do imperialismo russo, o comunismo hodierno não é mais que o disfarce do imperialismo bolchevista, o mais cruel que jamais conheceu o mundo,

FRACASSO DO SISTEMA ECONÔMICO RUSSO

Por conseguinte, o comunismo é também uma farsa. Não é senão u'a máscara marxista superposta à face histórica russa, que permaneceu inalterável. Ainda que seja verdade que, em 1917, Lenine tratasse de impor o comunismo marxista na Rússia, em 1922, a confusão era tal que, para salvar-se, introduziu a sua nova política econômica. Deste fracasso de Lenine surgiu, sob o égide de Stalin, uma mistura de capitalismo estatal e despotismo asiático que, dependendo, como dependia, da mão de obra escrava, se revelou tão ineficiente que não pôde competir com o chamado mundo capitalista, isto é, com a livre iniciativa. Em consequência, para que o bolchevismo possa sobreviver, é necessário destruir-se a livre iniciativa. Hoje em dia, o marxismo comunista se cultiva somente para exportação, porquanto é ele "dissolvente" da livre iniciativa e seu "precipitado" é o caos, requisito prévio para o estabelecimento de um mundo (bolchevista) regido a ponta de espada.

Exceto em seus campos de concentração, não há atualmente comunistas na URSS. De seus 193 milhões de habitantes, 3,5 por cento pertence à burocracia estatal, classe muito privilegiada e o resto é constituído por servos do Estado que, não desaparecendo do mundo a iniciativa privada, podem abrir os olhos, algum dia, à realidade e, saindo do engano de que são objeto, exterminar os seus opressores.

O fato fundamental é que a União Soviética não pode coexistir ao lado de um sistema de muito maior produtividade. A participação soviética no comércio internacional anterior à segunda guerra mundial, nos pode dar idéia de quanto é escassa a produtividade dessa "União". Frente aos 586 milhões de dólares que importava o comércio exterior da Finlândia e dos Estados Bálticos, em 1938 (quando esses países eram independentes), a União Soviética, que tinha dezasseis vezes mais habitantes que

êles, só importava e exportava o valor de 74 milhões de dólares. Outra indicação nos fornece o bloqueio de Berlim. Por que o impoz o Kremlin? A razão principal foi impedir que os alemães orientais vissem que a Alemanha ocidental prosperava mais que a oriental. A política soviética é constantemente ditada pelas inverdades bolchevistas. Ela age de modo que não a possam entender os países ocidentais, que têm um conceito completamente diferente da moralidade.

O conteúdo do "armazém" soviético revela não existir unidade na URSS e que, pelo contrário, em seu seio fermenta a discórdia. Como o Império Turco do século XIX, a URSS é um mosaico de povos dominados. Segundo o censo russo de 1939, de um total de 179 milhões de habitantes, 58 por cento era russo e 42 por cento não russo. Como no Império Turco, o Kremlin tratou de resolver o problema da assimilação de seus súditos mediante o genocídio, isto é, pela destruição e deportação dos povos submetidos e diluindo-os com os de origem russo. A consequência é que o descontentamento, ainda que articulado, é universal.

Todos os refugiados contam a mesma história: Que detrás da cortina de aço tudo está em fermentação. Entre agosto de 1945 e o mesmo mês de 1950, mais de 15.000 oficiais e soldados russos desertaram da Alemanha oriental para a ocidental e mensalmente chegaram ao mesmo país 20.000 alemães orientais e de outras nacionalidades. Outra prova da intranquilidade que ali predomina é o contínuo aumento do número de prisões soviéticas. Não faz muito tempo um dos refugiados soviéticos, ex-diretor de prisões, manifestou que, face às 3.450 prisões que havia, em 1920, na URSS, existiam, em 1950, 11.760!

Também se ressentem o Exército Vermelho. Desde 1939 não só se debilitou a sua estrutura pelo contato com o oeste, como se desiludiram muitos dos seus soldados. É típico o caso do Tenente Bystrov, que desertou em 1950. Ainda que

antes da deserção sua impressão do nível de vida ocidental se baseava somente nas circunstâncias reinantes na Alemanha oriental, estas, lemos, "ocasionaram-nelle uma enorme impressão psicológica, seguida de outra quando, durante uma licença em sua pequena pátria, a região dos Urais, comparou o que havia observado na Alemanha com a terrível miséria e pobreza em que viviam os seus parentes". A região dos Urais, certamente, é uma das subjugadas e não se deve esquecer que 42 por cento dos recrutas do Exército Vermelho procede de países submetidos e compartilham o seu descontentamento.

Embora o Exército Vermelho seja imensamente poderoso, não foi por coincidência que, se fez intrepidamente frente ao Kremlin, em algumas ocasiões, êste se haja entibiado. Existem duas razões para isto: A primeira é que o Politburo deu conta de que, nas circunstâncias atuais, a ocupação militar nada decide e que, na realidade, a conquista material não produz, questão à qual voltarei mais adiante. A segunda é que os dirigentes soviéticos temem a guerra mais que a peste e isto não porque a Rússia possa ser dominada facilmente por uma força exterior e sim porque a guerra conduziria irremediavelmente à decomposição interior. Este aspecto é de importância vital.

Não foi o poderio naval e terrestre dos japoneses que obrigou a Rússia, na guerra de 1904-05, a aceitar a paz de Portsmouth e sim a erupção de forças revolucionárias internas. Novamente não foi a sua derrota no campo de batalha, durante a primeira grande guerra, que a fez firmar o ignominioso tratado de Brest-Litovsk e sim a astúcia de Lenine que, explorando o frato que aos povos subjugados dispensava o regime czarista, prometeu-lhes a libertação, com a intenção, aliás, de voltar a dominá-los logo que criasse o Exército Vermelho. O resultado foi a Rússia czarista desfazer-se e dezessete países subjugados declararem-se Estados independentes.

Na segunda grande guerra, os exércitos alemães, ao entrarem nos Estados Bálticos, na Rússia Branca e na Ucrânia, viram-se aclamados como libertadores e grande número de soldados russos passaram para as suas fileiras. Tão alentadora foi a acolhida que se fez aos alemães que o conde de Schulenburg, antigo embaixador em Moscou, surgiu a Hitler que a invasão se devia converter em uma guerra civil, mediante a qual os mesmos russos ajudariam a derrubar o bolchevismo. Para isto, dizia, devia anunciar que a Alemanha não tinha aspiração territorial, que estava de acordo com a constituição pelo território libertado, de seu próprio governo e que reconheceria os governos assim constituídos como seus aliados.

Pravaleceu, porém, a política suicida de Hitler conducente "à completa exterminação do povo ucraniano e outros orientais". Em lugar de organizar a libertação da Ucrânia, ordenou a destruição do movimento clandestino localista e dos demais similares. Em vista disso, por instinto de conservação, os povos subjugados se voltaram contra os alemães.

Este foi o princípio do desmoroamento alemão, acelerado pela astúcia de Stalin, ao adotar táticas não bolchevistas que, como Lenine, em sua existência, pensava tirar pela margem, uma vez ganha a guerra. Se Hitler houvesse oferecido somente aos povos subjugados a sua liberdade e direito de autodeterminação, o mais provável é que a URSS não tivesse chegado como tal ao ano de 1942.

O Kremlin, além da incerteza a respeito da lealdade dos países a ele submetidos, teme invadir outros países ocidentais porque, se o fizer, os seus soldados descobrirão que, em lugar de ser a União Soviética o país mais adiantado do mundo (como se lhes dizem), é um dos mais atrasados e que se lhes hão enganado miseravelmente. Esta razão bastou por si só (embora existam outras) para obrigar Stalin a optar pela chamada "guerra fria",

invés de apelar para a "quente". Seus objetivos são :

1 — Semear a confusão mental entre os adversários da Rússia, contrariando todos os argumentos e aproveitar a vantagem propagandista derivada de tal confusão.

2 — Decompor, desde o interior, os seus opositores por meio da "quinta-coluna" e desacreditar seus princípios democráticos no caso de apelar para medidas repressivas.

3 — Obrigá-los, mediante uma ameaça militar constante, a inverter em armamento quantias tão vultosas que suas finanças fiquem arruinadas e sua economia solapada.

4 — Distrair suas forças militares, atraindo-as a regiões distantes como a Malaia, a Indo-China e a Coreia, em que só atuam tropas dos satélites da União Soviética.

Para o Kremlin, a guerra fria é a única classe de ação agressiva que se ajusta à psicologia russa. Sua estratégia é a da dissolução e não a da destruição ; o ataque à cabeça do inimigo para dominar seu corpo e não o ataque material para influenciar sua mente. Não lhe sucede o mesmo que às potências ocidentais, que falam de guerra psicológica ou política como meio auxiliar, crê que aquela é o fator decisivo.

Ao adotar esta concepção de guerra, o Kremlin está muito mais em dia que seus antagonistas. Ele considera que, nas circunstâncias industriais e científicas modernas, a guerra material resulta cada vez mais destrutiva para quem a faz e se torna, portanto, pouco vantajosa como instrumento político. Como duas guerras mundiais demonstraram claramente, o vencedor sai da peleja quase tão maltratado quanto o vencido.

Não podemos, pois, passar por alto sobre o fato de que a guerra fria está deslocando cada vez mais a "quente" como instrumento político e que a menos que aprendamos a fazê-la em todos os setores (político, ideológico, econômico e militar), de tal modo que possamos, em tempo de guerra, captar as

massas inimigas, em lugar de destruí-las, os mesmos meios de destruição que empregamos terminam por derrotar-nos.

Passado em revista o interior do armazém soviético, estamos já em condições de oferecer uma solução ao problema internacional hodierno. Ela consiste em frustrar a estratégia soviética da dupla frente mediante outra estratégia nossa de duas frentes também que procure:

1 — A fortaleza material suficiente para ou bem impedir a guerra material ou, sobrevivendo esta, estar em situação de conter as forças russas.

2 — Cobertos por essa força material, ser o suficientemente inteligentes para levar a cabo uma guerra de desintegração dentro da União Soviética e de seus satélites, não depois da guerra material estourada, simplesmente, mas desde este momento.

Se o segundo objetivo (uma contra-revolução vitoriosa dentro da União Soviética) puder ser obtido sem a guerra material, tanto melhor. Porém, com a guerra ou sem ela, não o conseguiremos, a menos que nossa guerra de desintegração seja ultra-ofensiva.

A solução que até agora pretendemos (se a isto se pode chamar solução) é a ultra-defensiva, porque se baseia na idéia de conter o comunismo mediante os seguintes meios:

1 — Ação militar de "brigadas de bombeiros" que acodem aonde os soviéticos provocam um "incêndio".

2 — Melhoramento econômico dos países ocidentais para impedir a propagação do comunismo.

3 — Constituição do que denominamos "Aliança Atlântica" como progenitora de um exército defensivo atlântico ou europeu.

Por tratar-se de uma política meramente defensiva, fica a iniciativa em mãos do Kremlin e, pior ainda, não se enfrenta com a realidade. Que utilidade têm as "brigadas de bombeiros", se se deixa em liberdade o incendiário? Além do mais,

essa dispersão de forças debilita a constituição da Aliança Atlântica que, por cima disso, é pouco prática, porque se alicerça em planos regionais que interessam a mais de 50 Comitês e inclui a França e a Itália, países que encerram poderosos elementos comunistas. A precaução, a fim de evitar a propagação do comunismo por meio do melhoramento econômico dos países ocidentais é, em si mesma, excelente. Todavia, freqüentemente se esquece que esta melhora econômica, por si só, não pode extirpar uma ideologia, como não se pode curar um cérebro desordenado pelo simples expediente de encher um estômago vazio.

Esta confusão de medidas defensivas aumentou o número de partidários da solução primária, a de cortar o nó górdio, ou seja, a de confiar somente na força material. Além de tudo, temos a bomba atômica e, se as coisas estiverem mal paradas, não poderemos voar até aos russos?

Esta solução é, não obstante, demasiado simplista porque, em lugar de curar o paciente — a crise mundial — dá-lhe uma bastonada na cabeça.

Ainda que o dispor de força suficiente seja meia solução, a quantidade da que precisamos dependerá tanto do estado moral dos povos russos, como do pederio do Exército Vermelho. Quanto mais baixo seja o primeiro, menor será o segundo e quanto menor seja este, menos força material necessitaremos para vencê-lo.

A segunda metade da solução firma-se no insofribel jugo bolchevista que nos proporciona uma segunda frente facilmente factível em todos os países colocados atrás da cortina de aço. Onde quer que se semeie o bolchevismo, pode-se colher o anti-bolchevismo porque, se bem que se possa obrigar o povo a obedecer a seus amos pelo terror, não se pode forçá-lo a que deixe de odiá-los.

O ódio é o material atômico psicológico e, sem ele, a bomba atômica não passa de uma arma simplesmente destrutiva. E de todos os

explosivos, o que mais receia o Kremlin é a desintegração psicológica, porque alui a sua ideologia. Por conseguinte, a segunda metade da solução está em converter a União Soviética em uma gigantesca bomba psicológica.

Até o momento, esta segunda parte tem sido completamente descurada pelas potências ocidentais, apesar de ser a mais fácil, pois que a URSS é um conglomerado de russos e não russos, subjugados.

Em 1943, os representantes dos movimentos de resistência que, então, começaram a surgir entre os não russos subjugados, reuniram-se em uma Liga de Países Anti-Bolchevistas, conhecida na América do Norte por suas iniciais em inglês, ABN. Integram-se cidadãos de catorze países da União Soviética e onze da Europa soviética.

O objetivo da ABN é a completa dissolução do Império Soviético e o restabelecimento da soberania nacional de cada um dos povos que a compõem. É, pois, oposta a toda espécie de imperialismo russo, quer czarista, soviético, socialista, democrático ou republicano. Tão pouco é partidária de qualquer espécie de federação russa porque teme que, seja qual for a forma que puder adotar, tal cousa redundará inevitavelmente no restabelecimento da hegemonia russa.

Assim como o Pacto do Atlântico, com todas as suas imperfeições, pode ser nossa primeira frente contra a União Soviética, a ABN, mesmo privada de organização como está atualmente, pode proporcionar-nos a segunda frente. Juntos, constituiriam o grande instrumento estratégico das potências ocidentais. Ambos, porém, são essenciais, pois nenhum dos dois, por si só, pode lograr o que deveria ser o objetivo ocidental que não é concebível ser senão a eliminação do comunismo, único meio para que haja paz no mundo.

Verificado o valor da ABN como instrumento de desagregação, examinemos agora a sua utilidade para estrangular econômica e estrategicamente a União Soviética em um conflito bélico.

A Ucrânia, com uma população de cerca de 42 milhões de habitantes, é o eixo da vida econômica da URSS e essa foi a razão que induziu Hitler a apoderar-se dela. Ela proporciona mais de 50 por cento de toda a produção russa e não há possibilidade de destruir-se o Império bolchevista sem arrancar-lhe a Ucrânia. Hoje, todavia, existe um exército rebelde ucraniano, conhecido como o UPA, que guerreja o Kremlin.

Dão idéia da importância da Ucrânia e de outros países subjugados pela União Soviética os seguintes dados econômicos: Carvão, a Ucrânia produz 60 por cento e o Turquestão 9 por cento da produção total soviética; minério de ferro, Ucrânia e Criméia, 60 por cento e Iêl-Ural, 30 por cento; manganês, Geórgia e Ucrânia, 100 por cento; cobre, Cáucasia e Turquestão, 40 por cento; chumbo, Turquestão, 80 por cento; zinco, Cáucasia e Ucrânia, 80 por cento; sulfatos, Ucrânia, Cáucasia e Turquestão, 80 por cento; mercúrio, Turquestão e Ucrânia, 100 por cento.

Quase 100 por cento do petróleo russo sai de terras não russas. Finalmente, 33 por cento do trigo russo é produzido na Ucrânia e na Cáucasia do Norte; 70 por cento do açúcar soviético, na Ucrânia, e 100 por cento do algodão no Turquestão e na Cáucasia.

Portanto, se em tempo de guerra se organizasse e alimentasse adequadamente a resistência clandestina nos países dominados, é muito provável que se desmoronasse toda a economia soviética.

Pelas páginas da história, a força russa tem se baseado em dois fatores: A enorme extensão de seu território e seu considerável potencial demográfico. Estes fatores mantiveram-se operantes enquanto as armas não se complicaram e a tração animal foi a base do transporte. Isto, porém, já é anacrônico, porquanto as armas se mecanizaram e a aviação reduziu as distâncias.

As linhas de comunicação sempre foram ruins na Rússia. Mesmo no

presente, não há mais de 92.000 km de vias férreas, enquanto que a Grã-Bretanha possui 32.000 e os Estados Unidos cerca de 363.200. Além disto, muitas linhas russas são de via única, e como as que ligam o Pacífico às Fronteiras da Polónia e da România passam através dos países submetidos (Estados Bálticos, Ucrânia, Bielorrússia), são muito vulneráveis à sabotagem tanto em paz quanto em guerra.

A Rússia seguiu ultimamente uma política de dispersão de suas indústrias, a fim de protegê-las dos ataques aéreos, porém, ao que parece, não teve em consideração que a distância de muitas delas dos prováveis teatros de guerra permite à aviação o isolá-las daqueles mediante a destruição das vias férreas e ordinárias que as comunicam. Na realidade, não haveria necessidade de aniquilar os centros industriais porque se fossem destruídos os poucos nós ferroviários importantes, o tráfego seria quase impossível.

Acresce ainda a circunstância de que, quanto maior seja a dispersão das indústrias, tanto maior será a dificuldade que experimentará a aviação russa para impedir a destruição dos centros industriais ou de seus meios de comunicação. E nesta ordem de idéias, deve ser considerado que, devido ao clima russo e às grandes distâncias, a substituição do tráfego ferroviário pelo de via ordinária seria quase impossível. Por outro lado, a Rússia carece de um sistema importante de oleodutos para a distribuição de seus carburantes e lubrificantes.

Da análise estratégica anterior, podemos deduzir as seguintes conclusões:

1 — Que o equipamento técnico das forças armada soviéticas, no ponto álgido do princípio da guerra, se fossem paralisados seus ferrocarris, perderia qualidade mui rapidamente e

2 — Que, por isto, é de esperar que, como no passado, a Rússia dependerá dos ataques de grandes concentrações de homens para com-

pensar as suas deficiências no campo da técnica.

Inferre-se, pois, que, aumentadas as necessidades de forças armadas russas dentro da União Soviética, ficarão reduzidos os efetivos disponíveis para as zonas de operações. Isto pode lograr-se contando com a ajuda dos povos subjulgados. A grande extensão da Rússia, aliada a um abastecimento e auxílio aéreo exteriores, facilitarão a rebelião daqueles povos, a qual será suprimida com dificuldade se, simultaneamente, forem paralisados os ferrocarris.

Também não se deve perder de vista que ao longo do Norte da Sibéria e da Manchúria se estende um grande cinturão de campos de concentração nos quais se encontram prisioneiros milhões de trabalhadores escravos. O Norte da Sibéria é acessível por via aérea pela rota transpolar e a Manchúria não dista muito da Coreia e do Japão. Todos estes campos são centros de rebelião em potencial. Quanto mais necessário seja guardá-los por parte do Kremlin, de menos tropas ele disporá para as frentes exteriores.

Considerando todos os fatores que acabamos de passar em revista, vê-se que, embora considerável, o potencial demográfico combatente soviético, não pode concentrar-se em maior grau que o de seus adversários. Mesmo estes últimos, sendo uma associação de Estados autônomos que tendem mais a divergir que a unirem-se, a União Soviética é um despotismo de países subjulgados unidos pelo terror em constante perigo de desintegração. A Rússia é um gigante com pés de barro e quanto mais tenha que empregar suas forças na segurança interna, mais formidáveis resultarão as de seus oponentes.

Espero haver demonstrado que a superioridade técnica dos países ocidentais não basta por si só para derubar o colosso incendiário. O que lhes falta não é poderio para fazer a guerra, visto que não existe dificuldade insuperável para tornar eficiente a pouca força que hoje possuem. A deficiência está na falta

de fé em seu modo de vida e na ausência de valor para reconhecer-lá.

Devem compreender que a espada da liberdade é um objeto inútil enquanto permanece embainhada. Porque temem desembainhá-la, carecem de uma política positiva em relação com os países incorporados pela fraude e pela violência à União Soviética. Sem uma política positiva, entretanto, jamais poderão explorar o crepitante descontentamento que reina por trás da cortina de aço. Lembremos que, sem contar os países soviéticos subjugados, há hoje, também, sob a denominação soviética, dez Estados independentes da velha Europa, habitados por uns 80 milhões de pessoas. A maioria delas, como muitos outros milhões dentro da URSS, é de aliados nossos em potencial! Até que os países ocidentais proclamem abertamente os seus propósitos, continuará embainhada a espada da liberdade! O Oeste, para tirar proveito das simpatias dos povos escravizados, deve inspirá-los. E autocrático pensar em termos de bombas atômicas, mas é, em compensação, democrático pensar em termos de liberações e ainda que a bomba atômica tenha sua utilidade, ela deve ser equilibrada, tendo em conta os efeitos provavelmente produzidos. A utilização não discernida deste meio de guerra nada mais é que a repetição do erro de Hitler. A forma pela qual se a empregar determinará se os milhões de pessoas escravizadas na Europa e na URSS vão ser ou não nossos aliados. O que esta gente deseja é a libertação e não a destruição e isto é o que temos de ter em mente.

Finalmente, terminarei por uma proposição concreta: Como o História não autoriza a suposição de que uma troca de regime em Moscou bastará para fazer desaparecer o velho expansionismo russo, o objetivo das potências ocidentais deveria coincidir com o da AEN. Isto quer dizer que se deve aplicar ao

império Soviético o mesmo tratamento dispensado ao Turco, ou seja, desintegrá-lo e fazer com que cada um dos países que o constituem, se estabeleça como nação independente.

O primeiro passo para a consecução de tal fim é a formação, por parte de todos os países amantes da paz, de ambos os lados da cortina de aço, de uma frente anticomunista. O segundo é a criação de um EMG para a guerra psicológica, arma de tanto porte, que deveria ter três seções principais: Operações, Informações e Suprimentos.

A missão da primeira seria planejar e organizar as atividades guerrilheiras em todos os países subjugados, instruir refugiados e formar com eles o núcleo dos exércitos nacionais que os povos escravizados poderiam constituir.

A da segunda, recolher e coordenar as informações obtidas pelos movimentos clandestinos; instruir agentes de informação para atuarem por trás da cortina de aço bem como nos países que os russos puderem conquistar em caso de guerra. Deste modo, seria viável a organização na retaguarda russa da guerra de guerrilhas e, mediante uma intensa propaganda, manter vivo o espírito de rebelião.

A Seção de Suprimentos se ocuparia da provisão de armas, munição, explosivos, artigos sanitários, rações, rádios, etc., e da preparação dos aviões para transportá-los e levar também o pessoal aos pontos admitidos. Desta maneira, quando se iniciar o conflito, poderá ser detonada a bomba psicológica, desde as praias do Ártico até o Mediterrâneo e desde o Pacífico até o Elba.

Se estas medidas forem tomadas, os países ocidentais nada terão a temer. Mas se não forem feitas, ainda que o Oeste possa vencer a próxima guerra, com a vitória colherá sua própria destruição e o resultado bem poderá ser a bolchevização do mundo.

INFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA DO MAR

Ten.-Cel. D. JORGE E. ATENCIO

Traduzido, data vêneta, da "Revista Militar"
(Argentina) de dezembro de 1951, pelo
Ten.-Cel. FLORIANO MOLLER

I

I — CARACTERÍSTICAS DO MAR E SUA INFLUÊNCIA NAS ATIVIDADES HUMANAS

A principal característica do mar é que, por sua vez, estabelece mais nítida diferenciação, em comparação com os demais meios geofísicos, é a de ser constituído por um elemento líquido aproveitável para a circulação, graças à sua navegabilidade.

Até os primórdios do Século XX, essa característica fez com que o mar fôsse a única via por onde se efetuavam os intercâmbios comerciais, culturais e intelectuais entre os países situados em diferentes continentes e separados por espaços consideráveis.

Depois dessa época, a navegação aérea absorveu uma parte da circulação de pessoas, idéias e coisas; mas, as vantagens da navegação marítima, por seu maior rendimento e menor custo, continuam influenciando para que a massa dos intercâmbios continentais se efetue pelo mar. Estas vantagens influem ainda nos intercâmbios continentais, quando o tráfego marítimo é mais fácil e econômico que o terrestre.

Esta característica se concretiza no maior valor circulatório do mar em relação ao terrestre e ao espaço aéreo.

Outra das principais características do mar é a sua *grandesa*, conseqüente de sua considerável extensão e das enormes distâncias que medeiam entre certos pontos

dos continentes que o delimitam. Com efeito, quase três quartas partes da superfície do globo (72 %) estão ocupadas pelo mar; esta grande extensão, quer se a contemple da costa, quer seja apreciada ao atravessá-lo, produz, no espírito do observador, uma sensação de imensidade que gera uma influência espiritual ou valor psicológico do mar.

Este valor, conforme a idiosincrasia dos povos, produziu efeitos positivos ou negativos nas atividades humanas.

Foram positivos, quando homens decididos se dispuseram a vencer a imensidade oceânica e conquistaram, para seu países, vantagens econômicas, políticas e militares, em detrimento daqueles cujos habitantes não abandonaram suas costas e para os quais o mar representava uma barreira.

Condicionam também o efeito psicológico do mar, fazendo-se abstração da sua imensidade, o conjunto de circunstâncias que acompanham a vida ambiente e que se mostram sepre hostis, ou seja, por sua desolação uniforme e pelos perigos que representam as tormentas e os sinistros devidos a estas, à neve, aos gelos flutuantes, às avarias, etc.

Essas características hostis do ambiente acarretam outros aspectos do efeito psicológico do mar; aguçam o engenho humano e estimulam o valor, criando uma consciência marítima.

O aguçamento do engenho humano é fácil apreciá-lo, recordando os progressos da navegação desde os meios rudimentares da pré-história até a invenção do submarino "snorkel"; é difícil prever seu alcance ante os projetos de propulsão atômica.

O estímulo ao valor se revela no momento em que os perigos do mar não foram mais óbice, mas sim, acicate para que o homem se decidisse a vencê-los, em que pese suas limitações de ser terrestre e bem assim no espírito de conquista que animou os povos marítimos, lançando-os ao desconhecido, fora de seu "habitat" continental.

Cabe assinalar, entretanto, que, às vezes, a pobreza ou o limitado patrimônio terrestre dos povos ou seu desmedido espírito de lucro, foram forças mais poderosas que o temor aos perigos do mar, e que os impulsionaram para o Ocidente.

A influência negativa da hostilidade do ambiente marítimo, contraria a tese precedentemente apresentada; explica porque os povos que residem em comunidades ricas e não possuídos do espírito mercantil, não são marinheiros; e, se chegaram a sê-lo, foi por imposição da necessidade de comerciar suas riquezas, por seu próprio intermédio.

O fato de o mar ser constituído por um elemento diferente dos continentes, deu-lhe um papel separador de indubitável transcendência. Este papel influiu para que o mar fosse considerado a melhor fronteira, como assim também para que as fronteiras marítimas fossem apontadas como as mais vantajosas do ponto de vista da defesa do território, pela relativa segurança que proporcionam.

Naturalmente, esta segurança diminuiu em proporção inversa ao progresso dos meios para dominar o mar e depende de muitos outros fatores, entre os quais se contam as forças militares das nações.

A exploração das fontes de riqueza animal, vegetal e mineral contidas no mar, a industrialização das mesmas e, bem assim, a navegação com suas vantagens comer-

ciais e as atividades com ela relacionadas dão à essa massa líquida um grande valor econômico que, intrinsecamente, mesmo sem levar em conta o seu entozamento com a economia total das nações, é dado pela navegação de cabotagem, pelas indústrias de construção naval, pesqueira, de conservas alimentícias, de extração e elaboração de azéites, etc. e por todas as atividades econômicas que giram em torno destas.

A soma dos valores circulatório, psicológico e econômico do mar, resultante das características que mencionamos, lhe dão um valor unificador, como meio de intercâmbio espiritual e material, uma vez que permite o tráfego livre e em grandes etapas, sem as limitações da circulação terrestre.

Finalmente, o jogo de todos estes valores na vida e na evolução dos agrupamentos humanos, servindo a interesses opostos das nações, deu origem ao valor bélico do mar, o qual, por sua importância e transcendência, consideraremos mais adiante.

Através das idades, o mar conservou suas características, mas a influência e os efeitos que as mesmas provocam foram evoluindo com o progresso da humanidade. O efeito separador, que inicialmente era quase absoluto, tornando o homem exclusivamente terrestre, foi decrescendo em benefício do efeito unificador, que nasceu com a invenção do primeiro barco.

Com este — consequência do engenho humano, em seu empenho para dominar a natureza —, surge o valor psicológico positivo do mar, empurrando o homem ao incognoscível, à imensidade, ao difícil, ao que se vence não só com "engenho e arte", mas também com valor e audácia.

O homem compreende assim o valor circulatório do mar e explora o econômico, aprecia as vantagens de dominar não somente a terra. Produzem-se descobrimentos, expande-se a civilização, difunde-se a cultura e desenvolve-se extraordinariamente o comércio,

influindo no aperfeiçoamento da humanidade.

A grande influência que exercem os valores do mar permite verificar que este é um elemento de preponderante influxo geopolítico.

II — COMO SE REFLETE A INFLUÊNCIA DO MAR NA POLÍTICA DOS ESTADOS

Desde que foram capazes de sulcar o mar e conheceram as vantagens que proporcionam os valores que assinalamos, os homens deram-se conta da conveniência de dominá-lo em proveito de suas respectivas nações, conveniência que vemos refletida na política dos Estados, através da História.

Essa compreensão foi distinta e diferente a ação seguida para alcançar os benefícios do mar, consoante as condições espirituais e materiais ambientes.

Entre as condições espirituais favoráveis, tendentes a uma política decidida a alcançar esse objetivo, figuram, principalmente, o grau de civilização dos povos, a idiosincrasia mercantil, a vocação marítima da maior parte da população e o espírito de conquista, qualidades essas que, bem compreendidas pelos dirigentes, estimulam e fomentam as atividades marítimas.

Mas, esta política deve estar assentada também em condições materiais, indispensáveis para possibilitá-la ou, pelos menos, que existam condições vantajosas para permitir alcançar seus desígnios. Entre as mais importantes figuram a posição geográfica relativa, a extensão, conformação e configuração do território, as características das costas e a existência de recursos, em especial dos que proporcionam matérias-primas para a indústria naval e combustíveis.

Os Estados que, por sua posição geográfica relativa, se vêm privados de contar com costas marítimas, orientam sua política no sentido de conseguí-las ou, se este objetivo não é possível, criar condições favoráveis para neutralizar tal desvantagem.

Esta tendência dos Estados mediterrâneos se manifesta com maior

vigor quando anteriormente possuíam costas e com menor vigor quando, desde sua origem, estiveram privados dos benefícios do acesso direto ao mar; as desvantagens de tal situação ficam atenuadas quando estiver assegurado o acesso graças à navegação por meio de cursos d'água importantes.

Cada uma destas circunstâncias provocam diferentes orientações na política, dependentes das características espirituais e físicas dos Estados; assim, vemos que o problema do mar não é igual para a Suíça, para o Paraguai ou para a Bolívia.

Os Estados que têm acesso direto ao mar e que, portanto, podem desfrutar dos benefícios deste, o fazem, em presença de características geográficas idênticas, em maior ou menor escala, na medida em que em sua população e em seu governo se hajam desenvolvido as condições positivas para o domínio do mar, e que se alcança mediante poder naval.

No que tange às condições físicas favoráveis para o desenvolvimento das atividades marítimas, não basta que um Estado tenha costas, mas que estas facilitem a criação de bons pontos de apoio às frotas. É por isso que a política dos Estados procura obter costas com portos naturais ou, na falta destes, com locais favoráveis à construção de portos artificiais e bem assim porções de litoral com pontos apropriados à instalação de bases navais e aeronavais.

Outra tendência dos Estados com territórios em latitudes muito setentrionais ou meridionais é a de procurarem obter costas que sejam livres de gelos durante todo ou grande parte do ano. O contrário implica em tão graves inconvenientes, que esta tendência pode chegar a constituir uma das balizas da política internacional, como sucedeu com o Império dos Csares e ocorreu na União Soviética.

Mas, a posse de boas costas no território metropolitano, unida à de uma poderosa frota de guerra e de uma grande marinha mer-

cante, não é suficiente para um Estado aspirar o domínio do mar; este domínio exige pontos de apoio em outras costas. Por esta exigência, explica-se a política de certos Estados de procurarem proporcionar-se portos e bases mais além de suas fronteiras continentais.

Os Estados que realizaram uma política destinada a desenvolver extraordinariamente o seu poder naval converteram-se em potências marítimas, vendo-se obrigados, para subsistir e desenvolver-se, continuarem uma política de consolidação e de acréscimo desse poder, sem o qual perigariam suas comunicações e não poderiam comerciar com seus domínios e colônias e, por sua vez, manterem estes sob a sua dependência.

O decréscimo desse poder naval marcou o declínio desses Estados, seja pelo surgimento de outra potência marítima que lhe disputou o domínio do mar ou pelo desenvolvimento dos poderes terrestre e naval dos subjugados.

O enorme desenvolvimento atual das forças terrestres e aéreas impossibilita que um Estado se erija em grande potência apenas por seu poder naval, mas, sem dúvida, o curso da história da humanidade tem sido influido grandemente por ele e, durante vários séculos, se justificaram as palavras de Sir Walter Raleigh, o favorito da Rainha Elizabeth de Inglaterra, a qual afirmou: "Quem domina o mar, governa o comércio do mundo e, dessa maneira, a riqueza universal e, finalmente, chega a dominar o próprio mundo" ou as de seu compatriota e filósofo Francis Bacon: "o que domina o mar tem grande liberdade de ação e pode fazer a guerra na forma que melhor lhe convier".

Outro índice da influência do mar na política é a série de teorias que foram enunciadas através dos tempos para estabelecer a questão fundamental da posse das águas marítimas.

Declaradas como coisa possuída em comum, pelo direito marítimo romano, sustentado por Grotius, em seu "Mare Liberum", para logo

ser recebido pelo inglês Selden, em "Mare Clausum", chega-se, finalmente, no atual direito internacional, ao reconhecimento, por todas as nações, de que o mar não é propriedade particular de ninguém, isoladamente, podendo ser navegado livremente por todos, circunscrevendo-se o direito de posse ao mar territorial.

Aceita universalmente a livre navegação dos mares, mas sujeito o mar territorial a determinada possessão, os Estados orientam a sua política no sentido de facilitar e controlar suas comunicações marítimas.

Exemplos da criação destas facilidades constituem as construções de engenharia naval, entre as quais se destacam, por sua importância política, estratégica e econômica, os canais de Suez e do Panamá.

A propósito da política destinada a controlar as comunicações marítimas mediante a posse de trechos ou pontos do litoral, favoráveis a esse objetivo, basta-nos, como exemplo, lembrar Gibraltar, Tanger, Egito, Malta, Creta, Imbros, Tenedos, Suez, Singapura, Hong-Kong, etc.

Do que ficou expresso nesse parêntese, deduz-se que o mar é um dos elementos geográficos que têm maior influência na vida e evolução dos Estados, o que está em relação bastante aproximada com a proporção em que as águas marítimas cobrem a superfície do globo.

A complexidade da vida moderna, com suas exigências e necessidades de informações, matérias-primas e mercadorias de toda índole e das mais diversas procedências faz com que, na atualidade, a auto-suficiência seja apenas um ideal para as nações civilizadas. O grosso dessas necessidades de intercâmbio é atendida, na parte de transportes, por via marítima, tanto nos países costeiros, como nos mediterrâneos. Nestes, os transportes fluviais ou terrestres não são mais que o complemento para passar dos lindes continentais a seus territórios.

Da importância desta influência surge a consideração de que o mar deve ocupar um lugar destacado em toda apreciação destinada a resolver problemas políticos ou estra-

tégicos ou a adotar medidas de conduta política relacionadas com o progresso do Estado ou com a sua defesa nacional.

(Continua)

NOVA EMBALAGEM!



MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!

AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA



(N. 5)

O MANGANÊS - METAL N. 2

Ten.-Cel. "T" WALDEMAR DE LIMA E SILVA
Engenheiro Metalurgista

GENERALIDADES

O manganês representa, para a indústria siderúrgica, um problema mais sério do que se imagina. As fábricas e as indústrias necessitam mais do manganês do que qualquer outro metal, com exceção do ferro. Podemos assim considerar aquele como o metal n. 2. É um elemento imprescindível na fabricação do aço.

Um eminente industrial norte-americano, declarou recentemente que o minério de manganês "vale mais que todo o ouro do Forte Knox", e deveria ser comprado pelo governo dos Estados Unidos, para o seu programa de estocagem, sem preocupações de preço.

Os efeitos produzidos pela adição de manganês no aço, são os seguintes:

a) Desgaseificação e desoxidação do aço fundido;

b) Aumento da possibilidade de forjamento e de maleabilidade, em virtude da eliminação dos efeitos prejudiciais do oxigênio, óxidos e enxofre;

c) Aumento da carga de ruptura, e dentro de certos limites, o da tenacidade, em virtude da sua solubilidade no ferro, e da formação do carbureto;

d) Diminuição da temperatura de têmpera, e assim pouca tendência para a formação de carepas;

e) Aumento da profundidade de penetração da têmpera, especialmente nos aços com altos teores de carbono — os chamados "aços indeformáveis e temperados em óleo";

f) Crescimento do grão da estrutura, pelo prolongamento do aquecimento e altas temperaturas;

g) Aumento da resistência à abrasão e ao desgaste, principalmente no aço austenítico (12 % Mn ou mais e 1,25 % C). Este aço não pode ser temperado, em virtude de se endurecer sob a ação do trabalho a frio. Não é usinável;

h) Diminuição da condutibilidade térmica ou calorífica;

i) Diminuição da condutibilidade elétrica ou magnética, especialmente quando o aço possui 12 % Mn ou mais. Este aço não é magnético e possui quase completa ausência de magnetismo, e, conseqüentemente, encontra ampla aplicação na indústria elétrica.

MANGANÊS NO BRASIL

As maiores reservas do minério de manganês no Brasil se acham nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia e no Território do Amapá. As reservas existentes, em vários pontos do Brasil, estão estimadas em muitas dezenas de milhões de toneladas.

As jazidas situadas em Minas Gerais e Bahia, são de mais fácil acesso, especialmente as do 1º estado, em virtude de contarem com a Estrada de Ferro Central do Brasil, e que as liga com os diversos pontos do país.

NÓ ESTADO DA BAHIA

Os depósitos de manganês estão situados em Nazaré, Jacobina, Bonfim e Santo Antônio de Jesus. As jazidas situadas, nesta última, oferecem muitas vantagens econô-

micas, pela situação privilegiada dos depósitos nas proximidades de um porto de mar, e pelo teor de seus minérios. Acredito que estão estas jazidas credenciadas a constituírem contribuição de grande significação no ponto de vista da exportação do minério de manganês.

NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Os minérios, considerados exportáveis de Minas, com teores acima de 42 % Mn, não atingem a 6.000 toneladas. Os minérios de baixo teor, cuja reserva é estimada em cerca de 10.000 toneladas, podem ser concentrados com o objetivo de elevarem o seu teor metálico, e assim serem exportados, como procedem alguns países, como Cuba, Rússia e outros. Não resta dúvida que o manganês representa uma das grandes riquezas nacionais.

O Estado de Minas Gerais, que constitui o maior depósito de minérios do país, possui numerosas jazidas de manganês, principalmente na região central. As regiões de Lafaete, Ouro Preto, São João Del-Rei, Lavras, Itabira, D. Silvério, Pitangui, Santa Bárbara e Diamantina se destacam pela opulência de Mn.

Em São Domingos do Prata, existe grande jazida com reserva de alguns milhões de toneladas, sendo o teor de 87 % para o tipo alto e 42 % para o baixo. Em Congonhas do Campo e Itabira há jazidas de grande importância e as jazidas do Morro de Mina possuem uma reserva estimada em 4.000 toneladas.

O manganês brasileiro, de um modo geral, varia de tipo e de teor. Os tipos denominados altos, de teores acima de 48 % Mn e com menos de 7 % de ferro, são provenientes do Estado de Minas Gerais, principalmente da região de Lafaete, que é um dos maiores centros exportadores, de D. Silvério e de Santa Bárbara.

As exportações de manganês do Estado de Minas Gerais acham-se restringidas pelas deficiências da

nossa principal via férrea. A jazida do Morro de Mina, a maior extratora do minério, em Conselheiro Lafaete, é explorada pela Cia. Meridional de Mineração, subsidiária da United States Steel. A maioria dos nossos técnicos é de opinião que não deveríamos facilitar a exportação dos minérios no estado bruto, de Minas Gerais, e isto tendo em vista a dependência que a nossa crescente indústria siderúrgica terá deste importante elemento do aço. Seria preferível a fabricação no próprio Estado de Minas do ferro-manganês, desde que fossem dadas vantagens especiais de fretes a este produto. Os técnicos são favoráveis à exportação livre dos minérios situados no Estado de Mato Grosso e Território do Amapá, reservando o minério de Minas Gerais para a nossa indústria pesada.

As exigências atuais dos centros industriais do triângulo Minas-Rio-São-Paulo não alcançam a mais de 35 mil toneladas anuais.

NO ESTADO DE MATO GROSSO

Em Urucum, no Estado de Mato Grosso, próximo a Corumbá, ocorre possante jazida com 2.000 toneladas comprovadas e de 20 possíveis jazidas de minério do tipo alto.

Agora, parece que uma solução definitiva vai ser dada ao problema da exploração do manganês, com a nomeação de uma comissão de quatro Ministros de Estado — Exterior, Fazenda, Viação e Agricultura, com a missão de estudar o problema da exploração nas bases das conveniências e dos interesses nacionais. A parte técnica ficou com uma subcomissão de especialistas. As duas comissões já chegaram à conclusão que se devia introduzir modificações nos contratos existentes. As jazidas estão arrendadas à Sociedade Brasileira de Mineração e um acordo foi estabelecido entre esta firma e a United States Steel Co. para a contínua exploração do minério em grande escala e a sua exportação para os Estados Unidos. As

jazidas de Urucum estão localizadas na faixa de fronteiras, e sendo assim, a Cia. Meridional de Mineração não poderá trabalhar ali por conta própria, em virtude de ser constituída em maioria de acionistas estrangeiros; mas poderá operar como empreiteira da Sociedade Brasileira de Mineração, desde que não haja oposição do Conselho de Segurança Nacional.

A revisão dos contratos existentes implica na participação direta da União na exploração do manganês de Mato Grosso. As novas cláusulas obrigam a companhia de capitais privados, a empresa encarregada da exploração, a inverter 20 % dos lucros líquidos anuais num programa de desenvolvimento econômico da região. Se isso não se verificar, a importância resultante reverterá à União, que a aplicará segundo o plano elaborado, tendo em vista aquela finalidade. Certamente, para isso, o governo federal, manterá vigilância constante sobre o aproveitamento das jazidas, não só sobre o ponto de vista técnico como sob o econômico, fazendo cumprir as cláusulas dos diversos contratos, que serão assinados pelo governo estadual a concessionária e pelos interessados na exploração e no comércio do valioso metal de Urucum.

A exploração das jazidas de Mato Grosso, nas condições estabelecidas, tem importância decisiva para a defesa das democracias ocidentais, representando, pois, a iniciativa do governo, uma constituição valiosa à causa comum de todas as nações livres. A exploração das jazidas de Urucum significará, também, a criação de uma fonte de divisas. Podemos, assim, abastecer os países que necessitam urgentemente do manganês, a Usina de Volta Redonda e outras, poupando as jazidas mais próximas, isto é, as situadas no Estado de Minas Gerais, sem o receio de esgotamento.

As reservas das minas de Urucum são estimadas num total de mais de 34.000 toneladas métricas. A previsão feita, é que, mesmo exploradas intensivamente, as jazidas

de Mato Grosso durarão muitos decênios.

NO TERRITÓRIO DO AMAPÁ

Em 1947, foi iniciada a prospecção das minas desse Território. As investigações procedidas pelos técnicos trouxe à conclusão da existência do minério de manganês, às margens do Rio Amapari e noutros pontos da região. As reservas conhecidas são calculadas em 20.000 toneladas, o que equivale ao patrimônio de 10 bilhões de cruzeiros ao preço médio de 500 cruzeiros a tonelada. Estas reservas, pelo volume e especialmente pela pureza do minério, estão situadas entre as mais importantes do mundo. Os principais depósitos do tipo alto (53,36 a 57,40 % Mn), estão situados em ambas as margens do Amapari, afluente do Araguaí, na Serra do Navio e distante cerca de 120 quilômetros de Porto Grande. Outros depósitos importantes se acham situados nas proximidades. Estas jazidas, de afloramentos contínuos, podem ser exploradas a céu aberto, em virtude da sua privilegiada situação.

A descoberta do manganês, no Território do Amapá, em 1945, veio trazer ótimas perspectivas para esta fração territorial do Brasil. As minas de Amapari estão arrendadas à Indústria e Comércio de Minérios S.A. (INCOMI), firma brasileira de Belo Horizonte, e que vem cumprindo com todos os contratos e cláusulas assumidas e invertendo capitais na exploração, com um total de 15 milhões de cruzeiros até o presente ano.

As jazidas estão sendo aparelhadas para intensa produção; o minério deverá ser cedido, de preferência, à Bethlehem Steel Co. e o empreendimento está sendo financiado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Fomento com a garantia da União, uma vez que a maioria das ações da sociedade se encontra com brasileiros.

As obras para o aproveitamento das jazidas, incluindo instalações,

construções de uma estrada de ferro e obras portuárias estão orçadas em 100 milhões de cruzeiros e o Banco Internacional prevê o apoio de 35 milhões de dólares.

Um empreendimento de tal vulto, certamente, exige certo mercado consumidor estável, com a capacidade de consumir 500 mil toneladas de minério por ano, o que somente se poderá conseguir nos grandes centros produtores de aço, que são os da América do Norte e Europa.

A Bethlehem Steel Co., grande produtora de aço, assumiu o compromisso de manter, durante a amortização do empréstimo, o mercado para certa tonelagem que permita enfrentar os compromissos adquiridos para com o Banco Internacional. A Bethlehem terá garantido para seu consumo, aos preços do mercado, 49 % do minério produzido pela INCOMI; os 51 % ficarão livres para colocação, pelo grupo nacional, no mercado mundial. Nos próximos anos, espera o governo do Território do Amapá, realizar o aproveitamento da energia elétrica hidráulica do Rio Araguari e a construção da Usina do Paredão, cuja capacidade será de 100.000 K.W. A administração do Território espera obter um empréstimo de 5 milhões de dólares para execução da dita obra, oferecendo, como garantia de pagamento, a venda que resultará do "royalties" (preço de aluguel por tonelada do minério do manganês), e que deverão montar em cerca de 25 milhões de cruzeiros por ano.

A Usina instalará imediatamente a potência de 25.000 K.W., o suficiente para atender às atuais demandas de carga de Macapá, do novo porto em construção e das instalações minerais da Serra do Navio, permitindo ainda a disponibilidade de 10.000 K.W., destinada ao abastecimento da indústria de ferro-manganês e da produção de pasta para papel. O plano de aproveitamento da energia do Paredão está ligada integralmente à exploração do manganês.

SITUAÇÃO MUNDIAL

A Rússia, uma das principais fontes de manganês do mundo, forneceu, por muito tempo, cerca de 30 % das necessidades norte-americanas, sendo que o restante das importações estadunidenses provinha, em sua maior parte, da Índia e da África.

Os depósitos norte-americanos de minério de bom teor metálico são escassos e sofreram grande queda, em virtude do emprégo intenso desse metal durante a 2ª Grande Guerra.

Foi também apresentado, ao Congresso norte-americano, um projeto de lei autorizando o Governo a auxiliar a produção do minério; se o Governo estabelecesse preços compensadores e oferecesse contratos a longo prazo, os Estados Unidos não necessitariam mais importar minérios. Nestas condições, dentro de 5 anos poderiam ser fornecidas 2.500 toneladas de minério, ao preço de 200 milhões de dólares.

Técnicos norte-americanos acreditam haver encontrado novas fontes de manganês e que poderão produzir quantidade idêntica à que os russos costumavam exportar. Uma delas seria a recuperação do manganês proveniente da escória dos fornos. O metalurgista chefe do Bureau de Minas, C.C. Ralston, calcula que, de 6 quilos de manganês, freqüentemente utilizado na fabricação de uma tonelada de aço, 2.300 quilos vão na escória e podem ser recuperados.

Se o processo atual oferecer bons resultados, estima-se que cerca de 400 mil toneladas de manganês possam ser recuperadas das escórias, num ano de produção das usinas siderúrgicas dos E.E.UU.

A construção da usina piloto, em Boulder City, Ne, deve produzir cerca de 17 mil toneladas anuais de minério de manganês. O maior depósito de minério, do tipo muito baixo, está situado em Artillery Peak, Arizona e possui cerca de 4 mil toneladas de minério com 11 % de manganês; a usina acima está situada nas proximidades destas jazidas.

Atualmente, a produção norte-americana de manganês tem sido pequena, satisfazendo apenas 10 % das suas exigências. Praticamente, toda esta produção está vindo de Anaconda, Mont.

O governo da Índia, em princípios de 1950, decidiu duplicar a exportação de minério de manganês, como política de melhorar a situação do país em relação à balança de pagamentos para com as nações de moeda forte. Esperava-se, assim, que as exportações atinxissem a 700 mil toneladas, sendo 400 mil toneladas para a área do dólar, 100 mil para a área da libra e o restante para as áreas de moeda fraca.

A Índia exportou para os EE.UU., em 1950, cerca de 430 mil toneladas. Depois da Índia, o maior fornecedor de manganês para os Estados Unidos foi a Costa do Ouro (distrito de Wasav), e que exportou para aquele país no mesmo ano, cerca de 400 mil toneladas. Segundo a Revista especializada Steel, a União Africana foi o maior produtor de minério de manganês, depois da Rússia, naquele ano e exportou, para os Estados Unidos, 380 mil toneladas. O Brasil ocupa o 6º lugar na produção do minério de manganês, com cerca de 180 mil toneladas e exportou, para aquele país, 150 mil do minério, em 1950.

A alta dos preços e a situação da pobreza dos Estados Unidos,

em minério de manganês, encorajaram muitas tentativas de se encontrar um substituto para o metal. Os metalurgistas norte-americanos tentaram todos os meios a seu alcance, mas não conseguiram o desejado substituto.

PRODUÇÃO MUNDIAL — 1950

(Milhares de toneladas)

Rússia	2.205
União Sul Africana	872
Costa do Ouro	794
Índia	749
Marrocos Francês	317
Brasil	179
Egito	168
Japão	148
Estados Unidos	140
Cuba	87
Hungria	44
México	36
China	33
Filipinas	33
Chile	27
Rumânia	24
Índia Port.	22
Turquia	22
Espanha	19
Congo Belga	19
Itália	18
Coreia	17
Austrália	16
Angola	10
Nova Caledônia	2
Outros países	1,5

Total — 5.992,5 toneladas.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

O QUE É O MORAL?

Pelo Tenente-Coronel PAULO ENNAS FERREIRA DA SILVA

Éis um tema bastante discutido, controvertido e, entretanto, muito verdadeiro. Seus aspectos fundamentais, de fundo científico ou psicológico, desafiam frequentemente as pesquisas humanas. Nem sempre a análise dos fatos, nos quais o fator moral incide, possibilita tirar conclusões. É que as circunstâncias que os cercam, várias e, às vezes, contraditórias, iludem os estudiosos desse problema.

No campo de ação militar, sobretudo, o moral vem, progressiva e intensamente, despertando o interesse dos Comandos, quaisquer que sejam os níveis considerados. Os Chefes de hoje preocupam-se cada vez mais com esse elemento básico para obtenção da vitória. O homem continua sendo, indiscutivelmente, o fator decisivo na guerra moderna. A par de sua aptidão física, de seu preparo profissional, destaca-se o seu valor moral, no que respeita à sua vontade firme de lutar pela causa comum.

Não é difícil, e muito menos impossível, definir o moral. Basta considerar os seus aspectos componentes; analisá-los convenientemente e, em seguida, traduzir as conclusões numa expressão adequada. Ao fazê-lo, o pesquisador deverá cingir-se aos valores positivos, que constituem a base concreta dessa qualidade humana.

Que elementos componentes do fator moral podemos apreciar?

Se atentarmos especificamente para o campo militar, cremos seriam aceitáveis os seguintes: *confiança nos objetivos da luta, espírito de solidariedade, crédito nos chefes e confiança na vitória da causa comum.*

Apontamos somente quatro e, parece-nos, os mais importantes. O exame de cada um, à luz de exemplos típicos, nos dará a argumentação necessária à sua compreensão.

CONFIANÇA NOS OBJETIVOS DA LUTA

A guerra moderna, conceituada como total, abrangendo todas as esferas da atividade humana, traz consigo sérios conflitos de ordem moral. As populações do interior, afeitas aos labores tranquilos, despreocupadas das agitações que precedem as grandes catástrofes, sofrem abalos tremendos à simples notícia do conflito. É do seu seio que, com mais incidência, recrutam o elemento humano, necessário às inúmeras exigências do preparo militar de uma nação. Embora reconheçam, os responsáveis pela defesa do país, que o campo lhes dá grande soma do potencial exigido, nem assim podem evitar que se aplique esse dreno às vísceras da nação. A mão-de-obra indispensável à batalha da produção, volta-se para outras atividades, é verdade, úteis também ao tremendo esforço de guerra.

O homem assim arrancado de seu "habitat", temeroso das consequências inevitáveis dessa solução drástica, entra em conflito com seus sentimentos, agora despertados pelo choque da mobilização. Reage de modo o mais diverso. Desde o desertor ao apático. Seus efeitos são positivos ou negativos. Ambos, porém, afetarão o potencial nacional.

A análise dessas reações tem demonstrado às autoridades, civis e

militares, que a causa principal repousa na falta de preparo psicológico do homem. Solicita-se-lhe algo para o qual não havia sido devidamente preparado. Resulta daí a necessidade de se eliminar tão grave obstáculo. Trata-se de FAZ-LO CRER NOS PROPÓSITOS DA LUTA.

A tarefa não é fácil, sobretudo se se trata de uma luta cujos interesses extravasam os âmbitos nacionais. Ao homem do campo, geralmente escapa qualquer apreciação de caráter internacional. Suas atenções voltam-se, normalmente, para os problemas caseiros, quando muito para os de ordem interna. Convencê-lo das razões por que é arrastado à luta, naquelas condições, subentende um esforço tremendo, nem sempre alentador.

A grande nação norte-americana, pioneira das democracias, viu-se na contingência dura de, mesmo em meio ao conflito mundial, há tempos encerrado, dar plena e cabal satisfação a seus soldados do PORQUÊ combatiam. Não raras foram as interpelações junto ao Congresso Americano, de personalidades de renome, buscando as razões capazes de justificarem a sangria imposta à Nação. Até PEARL HARBOUR, dificilmente puderam respondê-las. Depois dessa negra data, tornou-se fácil solucionar o problema. O sentimento pátrio, convenientemente explorado, despertou o interesse da participação efetiva na luta contra o inimigo comum. E a mobilização para a guerra constituiu exemplo edificante para o mundo. Bem definidos os propósitos da guerra, foi relativamente fácil conduzir os homens ao campo de batalha. "A homens livres, de consciência, basta apontar-lhes o caminho do dever".

ESPIRITO DE SOLIDARIEDADE

A solidariedade humana despertou com a própria humanidade. É tão velha quanto a sua existência. Decorreu da necessidade de apoio recíproco, desde que a luta se pronunciava.

O homem, mesmo o das cavernas, cujo vida se resumia na busca

do alimento e na multiplicação da espécie, sentiu, em face do perigo que o envolvia, o impulso para o seu semelhante, para poder subsistir. O sentimento de solidariedade foi assim espontâneo, consequência da necessidade elementar da luta pela vida.

Os grupos humanos, os povos, as nações, enfim, só fizeram aumentar esse conceito. E sua amplitude decorreu também do perigo, iminente ou remoto.

No campo militar, a solidariedade representa a força congregadora de suas organizações. É o elemento fundamental e básico da disciplina. No combate, esta, às vezes, relaxa; a solidariedade constitui, então, a alavanca que permite conter os laços, prestes, assim, a serem rompidos.

A complexidade cada vez maior da guerra moderna, ampliando desmedidamente a iniciativa dos combatentes, representa, por isso, fator de desagregação nas organizações militares. Não importa, entretanto, que se deva descurar do desenvolvimento do espírito da solidariedade. Ao contrário, esta chama sagrada, cujo calor faz renascer muitas vezes o entusiasmo perdido, levando as tropas novamente à luta, quando já se divisava a derrota, jamais deverá se apagar; seu brilho orientará os Exércitos; mostrará aos fracos que nem tudo se perdeu; permitirá os Chefes desfraldar de novo a bandeira da vitória.

CREDITO NOS CHEFES

"Dai somente vitórias a vossos comandados e eles vos darão o seu crédito." Eis um aforismo muito verdadeiro. Na realidade, chefes houve que também sofreram derrotas e ainda mereceram o respeito de seus subordinados. Napoleão, batido na Rússia, com o seu "Grande Exército" em ruínas, despertava ainda verdadeiros rasgos de dedicação e heroísmo. Sua "velha" guarda jamais perdeu a fé no seu ídolo.

A última conflagração mundial, riquíssima de ensinamentos, dá-nos exemplos vários de grandes con-

dutores de homens, civis e militares. Do lado alemão, ROMMEL conserva lugar especial. A afeição que lhe votavam as tropas era qualquer coisa de natável. Seus adversários compartilhavam também desse sentimento. Certa vez, o alto comando inglês, por ocasião da chegada de MONTGOMERY ao norte da África, fez constar das ordens do dia, para perfeito conhecimento de todos os combatentes, que Rommel "não era invencível", como se propagava. Havia-se criado uma verdadeira lenda em torno do nome do grande cabo de guerra alemão. O "AFRICA KORPS", MODELAR ORGANIZAÇÃO DO DESERTO AFRICANO, refletia bem o valor do general de HITLER. Mas, dirão alguns, porque assim se impunha esse chefe? Porque, afinal, havia tal crédito? O estudo de sua personalidade nos responderá. ROMMEL era realmente um grande soldado. Para ele, as leis da guerra eram doutrina sagrada. Sabia respeitá-las como ninguém. E aplicava-as tanto a seus subordinados como aos adversários. Conta-se que, certa vez, na campanha norte-africana, relaxou a prisão de um oficial superior inglês, só pelo fato de que essa patente elevada merecia outro tratamento. Grangeava, destarte, a simpatia de uns e outros.

Já no crepúsculo do poderio germânico, quando a invasão do oeste europeu se avizinhava, o crédito em ROMMEL fez-lo aceitar o encargo suicida da defesa de parte da muralha da Europa. Embora convencido da derrota, aceitou, e empregou-se a fundo.

A velha "raposa" inglesa — MONTGOMERY — constituiu outro belo exemplo de chefe acreditado. Seus processos diferiam bastante dos de ROMMEL. Acusavam-no de moderado. A verdade, porém, é que sempre venceu, e nas situações as mais difíceis. O respeito e aprêço em que tinham o cabo de guerra inglês, baseavam-se no seu PODER DE CONVENCER. Suas "falas" aos comandados irradiavam confiança; prendiam-nos; arrastavam-

nos depois aos mais duros combates. Em AL ALAMHEIN, foram os sapadores e artilheiros os mais "conversados". A eles, dizia Monty, deveu-se a vitória. Uma vez conseguido o sucesso, Montgomery passava-o a seus subordinados, sistematicamente. É o que se depreende de suas ordens do dia, após as vitórias.

Do lado dos civis devemos alinhar CHURCHILL. Sexagenário embora, com tremendas responsabilidades sobre seus já encurvados ombros, jamais desmereceu a confiança que, em si, depositavam todos os aliados. Na invasão da NORMANDIE, quando ainda eram incertos os resultados nas praias e a luta ia acesa, foi-lo entre as tropas de primeira linha, o velho "BULL", com seu indefectível charuto à boca, estimulando uns, concitando outros, para que avançassem sempre. "Mais à frente", era o seu "slogan".

No distante PACIFICO, DOUGLAS MAC ARTHUR representou o lema da vitória. "ELE VOLTARÁ", era o grito de guerra. A confiança no herói de BATAAN congregava a todos.

CAXIAS, propositadamente deixámo-lo para o fim, para que fôsse a última impressão. General invicto. Herói de várias batalhas. Seu nome eletrizava os homens sob sua espada. Até moribundos, ao ouvirem-no, tentavam se levantar, a fim de acompanhá-lo. A dedicação e o ardor em servi-lo beiravam a loucura e o fanatismo. Sabiam todos que o Chefe era justo, sincero, valente e sereno. Suas decisões eram baseadas no exame cuidadoso das possibilidades humanas. Jamais lançou seus soldados à fogueira, no interesse de queimá-los. Primeiro, adestrava-os; em seguida, mostrava-lhes o caminho a seguir; afinal, arrastava-os com o seu exemplo, em direção à vitória.

ITORORÓ reproduz a epopéia de ARCOLE. A diferença entre ambas reside na seguinte: naquela, CAXIAS transpôs a ponte, vencendo; NAPOLEÃO, porém, ficou, caído, sobre a lama misturada de sangue, salvo assim do desastre.

Enfrentando irmãos nas lutas do sul, demonstrou CAXIAS as qualidades serenas do Chefe que compreende os sentimentos do brio e de nacionalidade. Captou-lhes o respeito e a estima, e obteve a vitória. Com o crédito de seus comandados, o chefe transpôs os mais difíceis obstáculos.

CONFIANÇA NA VITÓRIA DA CAUSA

MAC ARTHUR, ao deixar as Filipinas: "Nós voltaremos". E os que lá ficaram, em luta ou prisioneiros dos japoneses, confiaram nessa promessa. Muitos morreram antes que ela se concretizasse. Outros, porém, houve que puderam elevar os braços aos céus, entoando VITÓRIA. Os que lutavam, fizeram-no confiantes nos resultados. Mac Arthur, para eles, era um símbolo. Era a esperança de dias melhores. Era o regresso à paz. Os prisioneiros, embora mortificando-se nos campos de concentração, perecendo uns, confiavam em que, um dia, sua desdita findaria.

O povo inglês, nos dias negros da batalha da Inglaterra, com sua capital quase reduzida a escombros, acreditou em seus Chefes. Confiou sobretudo em sua Força Aérea que, na palavra de CHURCHILL, recebeu tudo, de todos.

O soldado de hoje, de cuja iniciativa muito se deve; cujo moral representa a pedra de toque das organizações militares; cujo respeito às autoridades sedimenta o valor das forças, precisa também ACRE-

DITAR na vitória da causa em jogo. De nada valerá o seu preparo profissional, as suas armas, as mais modernas, o exemplo dignificante de seus superiores, se, ao partir para a luta, já se considerar um derrotado! Seus desalentos serão contagiosos. Propagar-se-ão ao todo. A máquina de guerra, muito bem concebida, melhor adestrada, falhará, pois o braço humano que a vai dirigir ou manejar, já falhou. Confiança, pois, nos Chefes, mas, sobretudo, fé na VITÓRIA DA CAUSA COMUN.

FABRICA BANGU

TECIDO PERFEITO
FIRMEZA DE CORES
LINDOS PADRÕES
DURABILIDADE

BANGU

EXIJA NA OURELLA

BANGU - INDUSTRIA BRASILEIRA

(N. 3)

CASA GLOBO

FERRAGENS GLOBO, LIMITADA

Importadores — Enderêgo Telegráfico "Globo"

Distribuidores dos produtos "Sika", Igara, Igol, Sika-Lar, Binda e Solvente
Ferragens em geral — Materiais para construção — Artigos sanitários — Tintas
— Conexões — Cimento

RUA DOS CARLOS, 663 a 671 — Belo Horizonte — Tel. 2-2228 — Caixa Postal 672

(N. 4)

Geografia e História Militar



MATO GROSSO E AS LUTAS PELA FIXAÇÃO DAS FRONTEIRAS OCIDENTAIS DO BRASIL

Gen. Bda. R-1 ANTONIO DE SOUZA JÚNIOR

V

QUESTÃO DE FRONTEIRAS COM A BOLÍVIA

A fronteira oeste entre os domínios espanhóis e portugueses na América do Sul foi tratado pela primeira vez nos termos dos artigos VI e VII do Tratado de Madrid, de 1750.

Já vimos que, antecedendo quase dois anos a assinatura desse Tratado, já houvera por bem a Metrópole portuguesa criar a Capitania de Mato Grosso, pela Provisão Régia de 9 de maio de 1748.

Assim, quando a Comissão Demarcadora dos limites fixados pelo Tratado de 1750 iniciou seus trabalhos, já a Capital da nova Capitania se encontrava localizada à margem direita do Rio Guaporé e os portugueses se consideravam com o direito a todo o território que se estendia ao oriente desse curso d'água.

Anulado o Tratado de 1750 pelos de 1761 e 1763, e firmado o novo, de 1777, a divisória nessa região não sofreu alteração. Os artigos IX e X do Tratado de Santo Ildefonso repetiam os termos dos arts. VI e VII do Tratado de Madrid.

Nessa ocasião, porém, já os portugueses haviam fundado estabelecimentos militares e povoações que teriam de balizar a nova fronteira e dar outra fisionomia ao seu traçado.

Disso resultou que a Comissão Mista Demarcadora, para dar execução ao Tratado de 1777, não pôde chegar a entendimento ou a uma solução equitativa, e foi obrigada a suspender seus trabalhos, considerando finda sua missão, em 1789.

Destarte, ao correr a independência dos povos latinos-americanos, nas primeiras décadas do século XIX, o problema encontrava-se sem decisão.

Apesar do incidente de CHIQUITOS, as relações diplomáticas entre o Brasil e a Bolívia, iniciadas em 1831, sempre foram mantidas em plano elevado de compreensão e amizade.

Para resolver, no entanto, a questão de fronteiras em suspense, pelos motivos conhecidos, tentaram os dois países entendimentos em 1834, 1851 e 1863, sem nenhum resultado, porquanto a Bolívia pretendia que, de um modo geral, a divisória acompanhasse o RIO PARAGUAI e o RIO JAURU ou englobasse a LAGOA UBERABA, a SERRA AGUAPEI e o RIO VERDE. Em 1846, materializando essa intenção, chegou a fundar junto à foz do RIO JAURU uma povoação, cujos habitantes, procedentes de SANTA CRUZ, só a abandonaram em 1848, em face dos protestos do Governo Imperial. (29)

Em 1867, porém, o Plenipotenciário brasileiro, Felipe Lopes Neto, em LA PAZ, conseguiu firmar com o Governo boliviano um "Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação", pelo qual os limites entre os dois países eram definidos pelo seu art. 2º, nos seguintes termos:

"Art. 2º. — A fronteira entre o Império do Brasil e a República da Bolívia partirá do RIO PARAGUAI, na latitude de 20° 10' onde deságua a BAHIA NEGRA, seguirá pelo meio desta até o seu fundo, e daí em linha reta à LAGOA DE CÁCERES, cortando-a pelo seu meio, irá daqui à LAGOA MANDIORE e a cortará pelo seu meio, bem como as LAGOAS GAIBA e UBERABA, em tantas retas quantas forem necessárias, de modo que fiquem do lado do Brasil as terras altas das PEDRAS DE AMOLAR e da INSUA.

Do extremo norte da LAGOA UBERABA irá em linha reta ao extremo sul da CORIXA GRAN-

DE, salvando as povoações brasileiras e bolivianas, que ficarão respectivamente do lado do Brasil ou da Bolívia; do extremo sul da CORIXA GRANDE irá em linhas retas ao MORRO DA BOA VISTA e aos QUATRO IRMÃOS; destes, também em linha reta, até as nascentes do RIO VERDE; baixará por este rio até a sua confluência com o GUAPORÉ e pelo meio deste e do MAMORÉ até o BENI, onde principia o RIO MADEIRA. Deste rio para oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada de sua margem esquerda na latitude sul 10° 20' até encontrar o RIO JAVARI.

Se o JAVARI tiver suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do dito JAVARI" (30).

O desconhecimento profundo da Região compreendida entre o RIO MADEIRA e o RIO JAVARI e a falta de imediata demarcação das divisórias dos dois países deram lugar ao episódio da Insurreição Acreana.

De fato, por volta de 1877, milhares de brasileiros, atraídos pelo trabalho da extração da borracha da seringueira nativa, e, muitos dentre eles, fugindo à seca do nordeste, começaram a localizar-se na região que se estendia entre as mais altas nascentes dos RIOS PURUS e JURUA. Ignorando a quem pertenciam aquelas terras, onde não havia nenhuma autoridade ou representante de qualquer país, os imigrantes, dentro em pouco, se organizaram em uma comunidade, brasileira, e, em menos de trinta anos, já se elevavam a sessenta mil.

Quando, após a proclamação da República, o Brasil pode retomar a questão, em 1895, sérias dificuldades surgiram, porque a Bolívia dava demonstrações de desejar resolver o assunto radicalmente, pela posse ainda que violenta das terras usurpadas.

Nomeada uma Comissão Mista de Demarcação, verificou logo esta que a reta que deveria partir da foz

do RIO BENI, com o rumo definido no Tratado, deixaria sob a jurisdição boliviana grande parte da população brasileira já estabelecida naquela região.

Enquanto se faziam estudos complementares para a demarcação definitiva da linha divisória, a Bolívia resolveu tomar posse oficialmente das terras que lhe pertenciam. Para isso, determinou ao seu Ministro no RIO DE JANEIRO, D. José Paravicini, que instalasse no RIO ACRE, no local que tomou o nome de PUERTO ALONSO, um posto alfandegário e uma representação do Governo boliviano, o que foi feito, em janeiro de 1899.

As atividades de Paravicini e dos representantes do Governo de LA PAZ provocaram violentas reações por parte dos brasileiros, habitantes da região.

Encabeçada por um caudilho de CAQUETA, José Carvalho, a população resolveu expulsar os agentes bolivianos, enviando-lhes para isso uma intimação que dizia:

"O povo brasileiro, representado nos abaixo-assinados, solidariamente responsáveis no uso de sua alta vontade revoltada, vem intimar-vos para que abandonéis o Governo ilegal que vos achais exercendo atualmente neste território, desbravado, habitado e hoje defendido por milhares de brasileiros, que até a vossa invasão, aparentemente legal, viviam à sombra das Leis de seu país e nelas confiavam. Essa posse é um insulto à nossa soberania." (31)

Passando da palavra à ação, os brasileiros, no dia 1 de maio do mesmo ano, expulsaram a delegação boliviana e puseram fim às suas atividades naquela região.

Mas, o Governo da Bolívia apelou para o Brasil e este interveio, ora por meio suasórias, ora pela força. Tudo inútil, porque a reação continuava, e o povo insistia em não reconhecer a soberania boliviana sobre as terras que ocupavam.

Foi nessa conjuntura, pelo meado de 1901, que a Bolívia, procurando

solucionar unilateralmente a questão, decidiu arrendar a imensa e rica região convulsionada a um Sindicato anglo-americano, para livre exploração de suas terras e recursos. Era um meio de transferir para outros interesses ou mesmo para outras nações mais fortes a solução do dissídio acreano.

Ao chegar, porém, a notícia ao ACRE, a população levantou-se em armas, novamente, em agosto de 1902, agora sob a inspiração e o comando de Plácido de Castro. Em pouco tempo, estava o território todo em poder dos sublevados.

O Governo brasileiro, procurando evitar um choque armado entre os dois países, procurou obter, junto ao Governo boliviano, a rescisão do contrato de arrendamento, mas a Bolívia manteve-se irredutível em seus propósitos, e até anunciou o envio de uma Expedição Militar para submeter os revoltosos. Por sua vez, o Sindicato anglo-americano esforçava-se em fazer interessar a Inglaterra e os Estados Unidos na solução da questão e na defesa dos capitais de seus súditos.

Era cada vez mais difícil a situação internacional, naqueles primeiros anos do século atual, quando assumiu a pasta das Relações Exteriores o Dr. José Maria da Silva Paranhos, mais tarde Barão do Rio Branco.

Apesar do ambiente de prevenções e de hostilidades em que teve de agir, Rio Branco, senhor de qualidades incomparáveis de estadista e diplomata, superou todos os óbices.

O que foi sua notável atuação nessa melindrosa questão, dá-nos Araujo Jorge uma notícia sumária, porém clara e convincente.

"Verificou, (Rio Branco), ao primeiro exame, que só uma solução se impunha, urgente e inadiável: tornar brasileiro todo o território habitado pelos nossos nacionais, mediante a sua aquisição. Solução prática, eficaz, de benefícios imediatos para um e outro Governo, eliminava radicalmente as causas de desinteligência entre as duas soberanias

e removia, de uma vez por todas, as dificuldades com que ambas lutavam desde 1899.

Uma primeira tentativa de negociação direta para a incorporação do ACRE ao território nacional, mediante indenização pecuniária, compensações territoriais e vantagens de ordem política e econômica, fôra ensaiada sem resultado, nos últimos meses da Presidência Campos Sales, pelo Dr. Olinto de Magalhães, seu Ministro das Relações Exteriores. Em dezembro de 1902, logo depois de assumir a Chefia do Ministério das Relações Exteriores, fêz Rio Branco nova tentativa de negociações de um acôrdo direto, propondo ao Governo boliviano a compra do território do ACRE. A proposta foi declarada inaceitável. Em seguida, tentou negociar sobre a base de uma permuta desigual de territórios, a que outras compensações serviriam de complemento. Interromperam estas primeiras conversações a notícia da marcha da Expedição militar boliviana contra os nossos compatriotas no ACRE e a declaração feita em LA PAZ ao representante diplomático brasileiro de que o Governo da Bolívia não pretendia continuar as negociações, antes de haver dominado a insurreição acreana e pacificado a região conflagrada. Ante êsses preparativos bélicos, o Governo do Brasil julgou do seu dever ordenar a remessa de tropas para os Estados de MATO GROSSO e AMAZONAS e encarregou a Legação brasileira em LA PAZ de informar o Governo boliviano de que o Brasil resolvera ocupar militarmente o território do ACRE, até solução final do litígio.

Rio Branco, depois de tomar essa decisão, redobrou de atividade. Nos primeiros meses de 1903, ocupado militarmente o território acreano por forças regulares brasileiras, iniciou uma série de gestões destinadas a preparar o terreno para novos entendimentos. Começou por declarar letigioso o ACRE seten-

trional, repudiando a inteligência oficial até então dada ao Tratado de 1867 e defendendo a fronteira do paralelo 10° 20'; promoveu o restabelecimento do trânsito comercial entre a Bolívia e o estrangeiro pelas vias fluviais do AMAZONAS; obteve depois de longos e laboriosos entendimentos, a aceitação por parte da Bolívia, de um Acôrdo Provisório ou *modus vivendi*, firmado em LA PAZ, em março de 1903, que assegurou uma suspensão das hostilidades entre o Governo da Bolívia e o dos revolucionários acreanos e permitiu ao Brasil a ocupação administrativa e militar do território ao Norte do paralelo 10° 20' e o policiamento do ACRE meridional, em poder das forças de Plácido de Castro; e conseguiu, o que era fundamental para o êxito de qualquer acôrdo, a declaração legal de absoluta desistência do Sindicato anglo-americano de todo e qualquer direito ou reclamação possível, mediante uma indenização de 110.000 libras esterlinas.

Removidos êsses preliminares embaraçosos, reabriram-se, em julho de 1903, as negociações para um acôrdo sobre a base de uma permuta equitativa de territórios; caso não se encontrasse uma fórmula que conciliasse os interesses em conflito, as duas Partes litigantes recorreriam ao arbitramento para a interpretação do Tratado de 1867. O Governo da Bolívia nomeou seu Ministro em Washington, Dr. Fernando Guachalla, na qualidade de Ministro Plenipotenciário em Missão especial para agir de comum acôrdo com o Ministro boliviano acreditado no RIO DE JANEIRO em caráter permanente, Dr. Cláudio Pinilla. Por parte do Brasil, a negociação ficou a cargo de Rio Branco, a quem, a seu pedido, o Governo associou o Senador Rui Barbosa, que se exonerou três meses depois, a 17 de outubro de 1903, e o Dr. Assis Brasil, que acompanhou até à

sua ultimação os trabalhos para a celebração do acordo.

Realizaram-se as primeiras conversações, que se prolongaram por quatro longos meses e tiveram feliz remate, depois de uma série de propostas e contrapropostas, com a assinatura do chamado Tratado de Petrópolis, a 17 de novembro de 1903. Nos termos desse diploma, o Governo Boliviano mediante compensações territoriais em vários pontos de fronteira comum com o Brasil, a construção pelo Governo brasileiro da estrada de ferro MADEIRA-MAMORÉ, a liberdade de trânsito por esse caminho de ferro e pelos rios até ao OCEANO e, por não haver equivalência nas áreas dos territórios permutados, uma indenização pecuniária de dois milhões de libras esterlinas, pagas em duas prestações, cedeu ao Brasil a parte meridional do ACRE reconhecidamente boliviana, povoada exclusivamente por brasileiros. Em troca dessas vantagens concedidas à Bolívia, ficou reconhecida a nossa soberania sobre um território de 191.000 quilômetros quadrados, mais extenso que o de qualquer dos ESTADOS do CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE, ESPÍRITO SANTO, RIO DE JANEIRO e SANTA CATARINA, território que produzia renda anual superior à de mais de metade dos Estados da nossa União". (32)

Nestas condições, a nossa questão de limites com a Bolívia teve seu termo com a assinatura do Tratado de Petrópolis, aos 17 de novembro de 1903, segundo o qual o Brasil assumiu vários compromissos, que foram cumpridos fielmente.

A linha divisória com a Bolívia, sobre ser a mais extensa que possuímos, com os seus 3.126 km, é a de traçado mais difícil, pelo grande número de seguimentos que possui e pelo terreno pantanoso que atravessa.

"Começando no pantanal matogrossense do RIO PARAGUAI, atravessa lagoas e corixas, margeia o GUAPORÉ e o MAMORÉ e vai alcançar finalmente os RIOS ABUNAN e ACRE. É portanto, essencialmente fluvial, embora intercalada de trechos secos". (33)

A região fronteiriça com a Bolívia caracteriza-se, principalmente, pelo seu despovoamento. Segundo os dados estatísticos, a sua população não atinge a um habitante por quilômetro quadrado. Assim, ao longo dessa extensa fronteira de 3.126 km, e uma faixa de 100 a 150 km, só existem três ou quatro cidades brasileiras e menos de uma dezena de povoações, dentre as quais podem ser citadas em relação à fronteira matogrossense: CORUMBÁ, CACERES, MATO GROSSO, AMOLAR e PÓRTO ESPIRIDIANO.

Quanto às vias de comunicações, apresentam-se essas muito precariamente desenvolvidas na região fronteiriça dos dois países.

Isolada do RIO PARAGUAI por extenso pantanal, a Bolívia só poderá alcançar território matogrossense:

1º) ao norte, por estradas de rodagem deficientes e sem conservação, que de SANTA CRUZ DE LA SIERRA se dirigem às cidades de MATO GROSSO e de CACERES;

2º) ao sul, pela ferrovia em construção, dobrada por uma rodovia, que ligará ainda SANTA CRUZ DE LA SIERRA a CORUMBÁ; onde, por sua vez, fará conexão com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e proporcionará acesso fácil ao sul do Estado de Mato Grosso.

Além dessas, é provável que outra ligação ferroviária se torne realizada nos próximos dez anos. Consoante convênios assinados, recentemente, entre os Governos dos Estados de São Paulo e de Mato Grosso, ficou assentado o prolongamento da Estrada de Ferro Araquarense, de Pórtio Presidente

Vargas, no Rio Paraná, através dos Municípios matogrossenses de Santana do Paranaíba e Herculânea (Coxim), até Culabá e Pôrto Velho, este último no Território do Guaporé.

Desta maneira, o intercâmbio comercial boliviano-brasileiro encontrará outro ponto de contacto em território matogrossense, aumentando, assim, a importância desse Estado face ao problema da defesa e nacionalização das fronteiras ocidentais do Brasil.

O PROBLEMA DA NACIONALIZAÇÃO DAS FRONTEIRAS

Embora não esteja intimamente ligado ao estudo que realizamos, seria imperdoável omissão, ao concluirmos esta série de artigos, deixarmos de fazer referência ao ponderoso problema da nacionalização das fronteiras, que é também o aspecto pacífico de sua defesa.

Assunto de relevância nacional, não tem ele, entretanto, despertado o interesse merecido entre os poderes ou autoridades competentes. Parece-nos que essa tranquilidade advém da circunstância de estarem as raízes brasileiras nitidamente demarcadas e asseguradas pela plenitude de Tratados internacionais, teoricamente sagrados e invioláveis perante a justiça dos homens e dos povos.

Mas, a História aí está para mostrar-nos como é isso um tanto ilusório. Quem se der ao trabalho de ler os livros didáticos sobre história pátria em voga nos países vizinhos, que tiveram questão de fronteiras com o Brasil, poderá perceber claramente o travo de amargor e o desejo velado de reivindicação que ressumbra das páginas dedicadas a esse importante assunto.

Por isto, o desfêcho do caso do Acre, relatado em linhas gerais no presente artigo, não deve ser citado apenas como exemplo da habilidade diplomática de Rio Branco; deve, ao invés, ser lembrado, constantemente, como séria advertência e como demonstração inequívoca da força do "uti-possidetis", o direito

de posse, prevalecente sempre em casos semelhantes.

Felizmente, de quando em quando, pessoas bem esclarecidas abordam o difícil tema e procuram alertar o espírito público e os poderes competentes, mostrando o perigo que representa o abandono em que vivem certas regiões fronteiriças do Brasil. Foi o que fez, recentemente, o brilhante escritor Osório Nunes, a quem pedimos vênia para transcrever trechos de seus excelentes artigos publicados no "Diário de Notícias", nos quais chama a atenção das autoridades brasileiras para o palpitante problema da nacionalização das nossas fronteiras, em muitas regiões completamente abandonadas, ou sob a influência de leis, autoridades e culturas estrangeiras.

No primeiro, 14 de setembro, escreveu:

"Tem o Brasil fronteiras com todos os países da América do Sul, à exceção do Equador e do Chile. Sem nenhuma prevenção contra os nossos vizinhos, com os quais sempre devemos buscar motivos para conveniência cordial e reciprocamente vantajosa, força é reconhecer que os limites da América Espanhola e da América Portuguesa permanecem no espaço político do continente sul-americano, representados, desta parte, pelo Brasil, e, de outra, pelas nações de língua castelhana. Em face de tal posição, as lições de geopolítica ensinariam que o Brasil, a esta altura, já deveria estar desenvolvendo intenso programa de vitalização de suas fronteiras mortas. Com uma larga fronteira marítima exposta e vulnerável, as lindas terrestres precisariam estar fortificadas econômica, social e militarmente.

Isso, entretanto, não acontece. As fronteiras que circundam a Amazônia, por exemplo, se encontram ainda mais abertas do que a faixa litorânea. Temos a posse da maior bacia fluvial do mundo, mas essa região potamográfica não nos merece o menor

cuidado e nem sequer pensamos que o abandono a que está relegada pode despertar, nos países onde nascem os principais rios que a formam, o desejo de acompanhar a corrente e ter o acesso e domínio do vasto sistema".

E mais adiante, depois de mostrar a influência estrangeira nas regiões fronteiriças mais setentrionais do Brasil, sugere e adverte, com toda a razão:

"Os limites com o Paraguai são trabalhados por cidadãos desse país, à falta de braços nacionais. Com a Argentina, cuja situação geopolítica se beneficiou grandemente da extinção do Território de Iguaçu, é o abandono verificado pela Comissão Parlamentar que a visitou, após os incidentes bastante conhecidos. Interessa a todos nós, por isso mesmo, vivificar as nossas fronteiras mortas. É necessária a organização de um núcleo de defesa e estudos das nossas fronteiras, formado por todos os patriotas que desejem preservar a sua região de origem e o Brasil. De outro lado, a exploração de minérios na faixa deve continuar proibida a estrangeiros, ao mesmo tempo que se estabeleçam batalhões de sustentação e de engenharia rodoviária, assim como se proceda à criação de delegações de administração territorial, base para futuros e ativos municípios de fronteira. É preciso, também, instituir vantagens e facilidades para os nacionais que nela se fixarem. A configuração territorial do Brasil, no mapa da América do Sul, decorre do "uti possidetis". Mas, que direito poderemos invocar, no futuro, se não temos a ocupação efetiva da área?"

No segundo artigo, de 21 de setembro, demonstra o autor o "fracasso dos territórios", bosquejando um quadro da situação em que se encontram os nossos patriotas ao longo dessas fronteiras tão abandonadas pelos poderes públicos.

"O que se pode afirmar, por ora, é que os soldados e os civis do Brasil se encontram em situação pouco favorável, diante de qualquer dos mais pobres dos nossos vizinhos. Na fronteira do Amapá, o comércio e a influência da Guiana Francesa são predominantes. Na extrema setentrional do Rio Branco, é da Guiana Inglesa que partem socorros médicos para Boa Vista e o avião do Major James Williams com base em Georgetown, é que, caridosamente, funciona como única ambulância aérea do Território, inscrito entre as unidades federais do Brasil. As fronteiras riobranquenses com a Venezuela são as mesmas que, pelo abandono criminoso de uma das mais ricas regiões do globo, causaram a celeuna recente, que não será a última. As fronteiras internacionais do Estado do Amazonas estão entregues ao destino. A guarnição de Vila Bitencourt nem de longe acompanha o padrão colombiano fronteiro. Os moradores brasileiros limítrofes, mais adiante, matriculam os filhos e vão tratar-se no hospital colombiano de Leticia, numa posição incômoda para quem é considerado cidadão do país rico do continente. Descendo para sudoeste, encontra-se Cobiá, na Bolívia, próxima ao Acre, exercendo uma grande influência sobre a parte brasileira. Depois, é Pedro Juan Caballero, que o Paraguai trata melhor do que o adensamento brasileiro em frente; é o abandono do oeste, é a vergonha na Foz do Iguaçu, é a dissidia nas lindes com o Uruguai, é a clamorosa posição em face da Argentina."

Não sabemos exatamente até onde vão, nessa pungente descrição, os exageros e a revolta provocados pelo orgulho patriótico ferido do ilustrado jornalista e escritor patricio. O que não se discute, entretanto, é a importância e seriedade do assunto, infelizmente mal

debatido e perigosamente menos-prezado pelos poderes públicos responsáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (29) GUTIERREZ, José R. — Cuestión de límites entre Bolivia y el Brasil. Pág. 32. La Paz, 1868.
- (30) VIANA, Hélio — História das fronteiras do Brasil. Volumes e edição citados em (11), págs. 222 e 223.

(31) CARVALHO, José — A primeira insurreição acreana. Pág. 27. Belém (Pará) 1904.

(32) ARAÚJO JORGE, A. G. — Introdução às obras do Barão do Rio Branco. Págs. 150 a 153. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

(33) VIANA, Hélio — História das fronteiras do Brasil. Volume e edição citados em (11), pág. 235.

(Continua)

É GOLPE

COMPRAR EQUIPAMENTO ESPORTIVO

NO REEMBOLSO POSTAL

SUPERBALL

	Cr\$
APTOS niquelados p/juizes, leves (Um).....	12,00
APTOS niquelados p/juizes, pesados (Um).....	26,00
CALÇÕES p/futebol, 1ª, branco e cores (Um).....	25,00
CALÇÕES p/basquete, tipo americano, mercerizados, cores firmes (Um).....	75,00
CALÇÕES p/box, assetinados, branco e cores (Um).....	120,00
CAMISAS sem mangas, cores firmes (Uma).....	45,00
CAMISAS p/futebol, malha "Garantida", cores (Jogo).....	600,00
CAMISAS idem, idem, faixa diagonal, cores firmes (Jogo).....	750,00
CAMISAS idem, mercerizadas, cores firmes (Jogo).....	1.170,00
CAMISAS idem, idem, c/faixa diagonal, cores firmes (Jogo).....	1.390,00
CAMISAS olímpicas, 1/2 manga, malha especial, brancas (Uma).....	45,00
CHUTEIRAS com travess de sola (Par).....	100,00
EXTENSORES "Sandow", seis fios (Um).....	180,00
LUVAS p/box, 10 onças (Par).....	230,00
LUVAS idem, 12 onças (Par).....	280,00
LUVAS idem, 14 onças (Par).....	280,00
MEIAS p/futebol, algodão, cano de lã (Par).....	35,00
REGRAS oficiais de basquete (Uma).....	10,00
REGRAS idem, de futebol (Uma).....	12,00
REGRAS idem, de atletismo (Uma).....	12,00
SAPATOS p/box, cromo, cano alto (Par).....	300,00
SUSPENSÓRIOS atléticos "Extra" (Um).....	25,00
TORNOZELEIRAS elásticas "S" (Par).....	20,00

FOLHETOS ILUSTRADOS
PREÇOS E
PEDIDOS PARA

SUPERBALL

AVENIDA
MARECHAL
FLORIANO, 57 — RIO

(N. 7)

MAURIAC: UM EXEMPLO

Gen. Bda. R/1 MANOEL IGNACIO CARNEIRO
DA FONTOURA

Há dúvida com relação à data da batalha de Mauriac, travada nos campos Catalaúnicos (hoje Châlons-sur-Marne), em terras da velha Gália, no ano 451, exatamente há 15 séculos. De um lado, os francos, os visigodos, os burgunhões e os galoromanos, e de outro, os hunos, sob o comando de Átila, o "flagelo de Deus".

Segundo, alguns historiadores, o encontro verificou-se a 23 de fevereiro, e segundo outros, a 20 de setembro. Somos dos que julgam, pelas razões adiante expostas, ser a última data a mais provável da memorável batalha, que teve tão profundas consequências nos destinos dos povos da Europa Ocidental, ainda mal refeita do abalo das invasões germânicas, duas décadas antes.

Do rápido exame da história militar da Europa, nos últimos tempos, do ponto de vista cronológico, constata-se, com efeito, que, na região Norte do Sistema Alpino, onde as condições atmosféricas são diferentes das do Mediterrâneo, em regra, as guerras tiveram início de junho a setembro, época que coincide com a estação do ano mais favorável para a realização de operações militares. De fato, as principais campanhas de Napoleão começam em junho ou setembro; a guerra franco-prussiana, em agosto; a I Guerra Mundial, em julho; e a II Guerra Mundial, em agosto. Tomando-se por base essa observação, podemos admitir que, outrora como hoje, as condições climáticas constituem fator que deve ser levado em conta na guerra, mais outrora do que hoje, em razão do

estádio da civilização naqueles recuados tempos.

A atual conjuntura mundial, comparada com a situação da Europa, ao iniciar a segunda metade do século V da era Cristã, apresenta tantos pontos de coincidência, que, levados em conta, robustecem a confiança na vitória final das forças da Cristandade, no caso de novo ajuste pelas armas. Com efeito, naqueles remotos tempos da nossa era, como contemporaneamente, um poder terrestre, oriundo do centro da Eurásia, expande-se em todas as direções, chegando ao Elba, na Europa Central. A essa altura dos acontecimentos, seu chefe, que tem tanto de astuto como de brutal, graças ao poder fortemente centralizado, estabelece a organização política regular, passando a ameaçar a Europa Ocidental. Por fim, corre um dia a notícia que o perigo avança, apoderando-se indiscreta angústia das populações, ao saber-se que o "flagelo de Deus" havia transposto o Reno. Não vinha só para exterminar os exércitos e os reinos, mas para destruir a sociedade e a civilização. Nessa hora crucial do destino do mundo, ocorre o milagre da solidariedade entre romanos, gaulezes, burgunhões, visigodos e francos que, esquecidos de suas desavenças, atendem ao dramático apelo de Aécio para formar um "exército europeu", sob as águas romanas, já no declínio de seu poderio. O tremendo choque entre as forças da civilização e as forças da destruição tem lugar nos Campos Catalaúnicos, à margem do Marne, afluente do Sena. Segundo os his-

toriadores, a jornada de Mauriac, tal é o nome desse memorável encontro, foi extremamente dura e muito sangrenta. Ao cair da noite, mais de 100 mil guerreiros agonizava no campo de batalha, número bastante elevado para a época. Entretanto, Átila se retirava e o mundo estava salvo. A recordação dessa gloriosa batalha conserva-se imperecível na memória dos povos que nela haviam tomado parte, tendo os visigodos, por exemplo, encontrado motivo para sua epopéia nacional.

Ocorre-nos citar esse exemplo histórico, aproveitando a dupla oportunidade, não só da passagem de mais um século de tão memorável choque, como também porque

Eisenhower, primeiro e agora Ridgeway, não obstante dificuldades encontradas, procuram, tal como Aécio, congregar as forças dispersas da Europa de aquém Elba, em novo "exército europeu", sob as águas americanas, em pleno fastígio de seu poderio.

O magnífico exemplo de solidariedade evidenciado pelos remotos antepassados das atuais populações da Europa Ocidental foi, sem dúvida, a força moral que serviu de base à admirável coesão dos combatentes de Aécio, frente as hostes de Átila. Hoje, como naqueles tempos, é fundamental essa força moral, em face do grave perigo que ameaça o Ocidente, com origem no mesmo ponto, o centro da Eurásia.

HISTÓRIA GERAL E MILITAR

Acaba de ser publicado o livro do General Pedro Cordolino de Azevedo, História Geral e Militar.

Este trabalho encerra um estudo detalhado das guerras antigas e modernas, com os ensinamentos decorrentes das mesmas.

O autor é mestre consagrado de História Militar, há mais de 30 anos, na Escola Militar do Realengo, onde professou a matéria com grande saber e proficiência.

No 1º volume estão encerrados os assuntos da História Geral com noções claras e precisas das guerras da antiguidade e no 2º, da parte das guerras modernas com os ensinamentos decorrentes das mesmas, com um conjunto de mapas que elucidam os textos.

O trabalho demonstra um grande esforço e capacidade do autor que aproveitou todos os autores e mestres que se dedicaram ao assunto.

É uma obra de síntese admirável, onde todos os militares e civis podem colher ensinamentos preciosos.

Está provado que a História e a Geografia são ciências indispensáveis à cultura do oficial moderno. Todos os países dedicam grande interesse no estudo dessa matéria, que serve para desenvolver o nacionalismo dos povos e preparar os chefes para a guerra do futuro.

Os dois volumes da História Militar estão à venda na Secção de livros da "A Defesa Nacional", no 3º pavimento, do Palácio da Guerra, ala da rua Visconde da Gávea. Preço Cr\$ 300,00 (dois volumes). Aguardamos pedidos pelo reembolso.

O SALIENTE NORDESTINO

Cel. ADAUCTO CASTELLO BRANCO VIEIRA

O aspecto geográfico foi e será sempre um fator decisivo nas condições operacionais da guerra. Eis a razão de o encararem os Estados Maiores com muito interesse, levando o seu estudo aos pormenores mais insignificantes. Geologia, planimetria, altimetria, hidrografia, economia e mais o que importe ao complexo exame científico de um terreno interessante para uma operação tática ou estratégica, tudo é criteriosamente considerado. Relevos do solo, rios de penetração territorial, mares entre continentes, portos e comunicações terrestres, praias de desembarque e campos de pouso, recursos agrícolas e industriais, matérias-primas e valores humanos, em suma o que representa utilidade ou influência no jogo bélico é estudado e pôsto em ordem de importância para cotejos e conclusões. Os regulamentos e diretrizes estabelecem normas relativas a esse exame, recomendando métodos de análise e síntese. O trabalho é variável de acôrdo com o escalão de comando interessado. Do Comandante de um Teatro de Operações ao Comandante de uma pequena Unidade de tropa, as especulações variam das generalidades às minúcias, na extensão e na profundidade de cada domínio da geografia em íntima relação com a guerra.

Assim, o destaque que uma região toma na determinação do seu valor estratégico, tático e logístico depende em muito da influência que ela irá exercer no desenvolvimento da campanha, da batalha ou mero combate. Apreciada devidamente, ela sofrerá classificação na sua importância, convindo ressaltar

que conforme o caráter da operação bélica em vista, essa importância poderá crescer ou diminuir de vulto. A região poderá então classificar-se principal, secundária ou simplesmente morta.

Caso em foco nestas considerações, apresenta-se o Nordeste como expressão particular da geografia militar brasileira. Conquanto, em sentido absoluto de acidente geográfico, seja um valor permanente, constante, na relatividade com os acontecimentos militares através dos tempos, tem sido de valor variável, como um título sujeito a cotação de bolsa.

Vejamos a história:

Se remontarmos ao período colonial, temo-lo como o saliente para o qual convergiam as esquadras da conquista ou da pirataria européia. Do Maranhão à Bahia, os mares e as costas foram varridos pela agressividade dos invasores. Muito sangue, muita dor e muito dano material custou aos brasileiros e portugueses a resistência que heróicamente sustentaram contra franceses e holandeses, contra estes principalmente. O objetivo da agressão era a exploração colonial: traziam algumas expedições, como a das Índias Ocidentais, o propósito de ficar e colonizar a terra conquistada; outras limitavam-se ao saque de povoações costeiras ou barcos mercantes carregados de especiarias. Caracterizou-se, assim, o Nordeste, sob o aspecto militar, como presa puramente econômica, no gênero de muitas espalhadas nas costas do extremo-orientes. Foi assim nos séculos da colonização. Assinalam este período ve-

lhos e abandonados fortes pontilhando o litoral.

Sobreveio o segundo período, que se definiu melhor em meados do século XVIII e se prolongou quase até os nossos dias.

É um período de despreocupação bélica no saliente nordestino. Sem nenhuma importância militar, não tinha sentido estratégico no quadro da defesa nacional. A preponderância, sob este aspecto, passou para as fronteiras sulinas. Rio Grande do Sul e Mato Grosso passaram a constituir a nova região geográfica militarmente significativa. A política da guerra, particularmente durante o Vice-Reinado, a Regência e o Império, transplantou-se para a bacia dos rios Paraná-Paraguai, deixando a orla atlântica do nordeste entregue às recordações de um passado glorioso, pleno de feitos heróicos, cheio de lendas de amor, bravura e atrocidade. Os fortes foram aos poucos decaindo e a tropa reduzindo-se a guarnições esparsas cuja razão de ser residia na manutenção da ordem pública local. Daí até 1939, aproximadamente, o valor militar do N.E. continuava inexpressivo, mantendo-se, em cada capital, um batalhão de caçadores, como objetivo político: — assegurar o exercício do governo federal, realizando intervenções "manu militari", se necessário fôsse.

Estoura a 2ª grande guerra na Europa. O pan-germanismo, agora fortalecido pela mística nazista, submerge o velho continente, ameaça seriamente as Ilhas Britânicas e invade a África apoderando-se de Dakar. O Atlântico Sul volta à cena e com ele o Saliente Nordestino. Por dois motivos. Primeiro: somente o N.E. possuía áreas territoriais, pela localização geográfica, em condições de se tornarem bases aéreas adequadas ao vôo dos aviões norte-americanos até pontos da África, onde as forças aliadas precisavam de providimentos militares, urgentes. Segundo: ainda o N.E. seria possivelmente uma cabeça de praia para os vitoriosos exércitos de Hitler, tão logo este, solucionada a con-

quista do Oriente Próximo, voltasse a sua agressão contra o novo mundo.

Estes dois motivos determinaram o corre-corre na remilitarização do N.E. Bases aéreas, bases navais, aquartelamentos, tudo se construiu às pressas, numa lufalufa de quem espera na manbã seguinte o assalto perigoso. Avioes, às centenas, e naves de guerra aos grupos, brasileiros e norte-americanos, cruzavam céus e mares, noite e dia, transportando ou patrulhando, atentos contra o inimigo cujos submarinos já destruíram, em nossas águas territoriais, navios mercantes peizados de cargas e vidas preciosas. Por outro lado, corpos de tropa terrestre, com as mais modernas armas, das menores às maiores, tomavam posição no extenso dispositivo de defesa, no momento recomendável.

Retoma assim o N.E. o seu papel brilhante do período colonial. E retoma-o com vigor sem par, constituindo na defesa continental a região geográfica mais em evidência, a mais cobiçada. Foi a 3ª fase da sua história militar.

E entrou na quarta. São incertos os seus horizontes, dúbios os seus passos, ainda indefinidos os seus rumos.

Depois do armistício de 8 de maio de 1945, começou a desmobilização. Bases Militares como as de Farnamerim e Ibura (hoje Guararapes) são humildes sombras do que foram. Pistas utilizadas quase que apenas pela Aviação Comercial. Edifícios e mais edifícios, fechados, sem serventia alguma, tudo grande como a epopéia dos dias áureos e grande como a melancolia dos dias presentes. Bases navais reduziram-se a estabelecimentos de vida calma, sem a animação que lhes dava o vai-vém das belonaves do patrulhamento e dos combóios. Quartéis de Unidades de terra despovoaram-se, como casarões abandonados, restos de um fastígio efêmero, de uma glória fugidia.

E agora, daqui por diante, para onde caminha a versatilidade militar do Saliente Nordestino?

Há hipóteses que eu poderia enunciar e apreciar nos seus fundamentos, realismo e alcance. Mas são hipóteses... É possível que eu as examine em outra oportunidade.

Enquanto isto, o público leitor faça o que faz o mundo espectador das peças de Pirandello: — levante

hipóteses e tire as conclusões que quizer.

Mas, se tiver preguiça de pensar no assunto, aguarde os fatos que em futuro próximo se desenvolverão.

A História Militar do Saliente Nordestino prosseguirá...

Relação dos Associados para os quais os Associados poderão dar Procuração para representá-los na Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em fevereiro de 1953:

General Heitor Augusto Borges
General Renato Batista Nunes
General Benjamin Rodrigues Galhardo
General Jair Dantas Ribeiro
General Francisco Gil Castelo Branco
General Tristão de Alencar Araripe
General Antenor de Alencar Lima
General José de Lima Figueiredo
General Inimá Siqueira
Coronel João Batista Magalhães
Coronel João Batista de Mattos
Coronel Djalma Dias Ribeiro
Coronel Armando Baptista Gonçalves
Coronel Augusto da Cunha Magessi Pereira
Coronel Armando Vilanova Pereira Vasconcelos
Coronel Alberto Ribeiro Paz
Coronel Nizo de Viana Montezuma
Coronel José Horacio da Cunha Garcia
Coronel Enio da Cunha Garcia
Tenente-Coronel Geraldo Menezes Côrtes
Tenente-Coronel Everaldo Acastes da Fonseca
Tenente-Coronel Umberto Peregrino S. Fagundes
Tenente-Coronel Nelson Rodrigues de Carvalho
Tenente-Coronel Adailton Sampaio Pirassununga
Tenente-Coronel Belarmino Neves Galvão
Tenente-Coronel Floriano Möller
Tenente-Coronel Jair Jordão Ramos
Tenente-Coronel João Baptista Peixoto
Major João Capistrano Martins Ribeiro
Capitão Lauro Paraense de Faria

"AVISO AOS COMANDANTES DE UNIDADES, CHEFES DE ESTABELECIMENTOS E REPRESENTANTES DA REVISTA"

Havendo interesse, da parte da Direção da "A DEFESA NACIONAL", em enviar, com a possível regularidade, aos seus assinantes, a nossa revista, esperamos da parte de nossos representantes o maior empenho em :

- 1) Renovar a assinatura, antes do seu término, dos que desejam continuar recebendo a revista, para que não haja interrupção ; um radiograma resolve em parte, desde que sejam claros o prazo, a quantia que deseja pagar e quando será a mesma remetida ;
- 2) Remeter nova relação dos assinantes que tomaram assinatura depois de janeiro do corrente ano, esclarecendo quando termina, para um controle de nosso fichário ;
- 3) Fazer propaganda de nossa revista. Sua melhoria depende de maior número de assinantes, uma vez que, em sessão da Diretoria, ficou resolvido suprimir certos anúncios que não condizem com a importância da revista, baixando, portanto, nossa fonte de receita ;
- 4) As unidades que não designaram representantes da revista, solicitamos encarecidamente que os indiquem. Os nossos auxiliares encarregados dos diversos serviços da manutenção, expedição, controle, etc., terão mais liberdade em dirigir-se aos seus companheiros que aos Cmts., sempre atarefados e com responsabilidades que não permitem uma atenção mais demorada aos pequenos pedidos da direção da revista ;
- 5) Agradecemos a todos os esforços que dispenderam no corrente ano, a bem de nossa revista e nos sentiríamos satisfeitiíssimos se pudessemos entrar o ano de 1953 com um fichário novo, 100 % certo, com um mínimo de folhas, a fim de atendermos aos nossos assinantes com a máxima regularidade, presteza e atenção que merecem. Aos nossos representantes, assinantes e demais companheiros, os nossos votos de boas festas e um feliz ano novo.

O BRASIL EM FACE DO BRASIL

Cap. JONAS CORREIA NETO

"Guardo toda a força da minha indignação contra os inimigos do Brasil, entre os quais, infelizmente, há também os brasileiros que querem acabar com as suas tradições e com os seus grandes homens, para, sobre a aversão de todos os valores, construir as igrejinhas da sua mitologia, tantas vezes erguidas com a precariedade dos casebres de sapão, quantas derrubadas pelas rajadas saneadoras da verdade". (Batista Pereira — "Brasilidade", discurso, pág. 42, Emp. Gráf. Rossetti, São Paulo, 1928)

UM LIVRO

A Biblioteca do Exército lançou, recentemente, o volume 171-172, "O Brasil em face do Prata". Em editá-lo, a nossa Biblioteca lavrou um tanto, preenchendo uma lacuna e atendendo a um imperativo do momento presente; já faltava, à coleção cada vez mais valiosa das suas publicações, um livro em que se pulverizassem, pelo poder dos argumentos lúcidos e das provas irrefutáveis, as tentativas ignóbeis de deturpação dos fatos históricos, em favor de outros povos e em detrimento do Brasil.

O trabalho de Gustavo Barroso — cuja 1ª edição (1930), que possuímos, tem alentado o nosso entusiasmo desde que, aluno do Colégio Militar, nos inflamávamos à sua leitura — é primoroso na exposição, coletânea que é, também, de documentos arrasadores, apresentados e citados a propósito, numa irresistível avalanche de verdades.

DETURPAR PARA VENCER

É pena, vergonhoso e confrangedor que maus brasileiros se tenham prestado, como alguns ainda o fazem, ao negativismo das mais puras glórias nacionais, tentando desmerecer aquelas a cuja lembrança mais ciosamente têm vi-

vido todos os países: as glórias das suas armas. "Poucos fatos terão concorrido tanto para o des-caso com que se olha, no Brasil, a nossa missão histórica, quanto o esmorecimento da suscetibilidade nacional cujo maior centro sensitivo é, em toda parte, o Exército" (Batista Pereira — "O Brasil e a Raça", conferência, pág. 10, Emp. Gráf. Rossetti, São Paulo, 1928).

Escondendo, contestando, abominando os nossos méritos guerreiros de um passado próximo e brilhante, esses traidores, mascarados com as mais discutíveis boas intenções, vão desservindo a nacionalidade e entregando-a, inerme, e exausta, a quantos inimigos a cobicem.

Que estrangeiros — por ciúme, por máguia, por zelo patriótico deformado, mesmo por incapacidade de ser justos — procedessem dessa forma, poderíamos desculpar: seriam esfareladas, uma por uma, as suas invenções capciosas, diante da limpidez das evidências. Mas brasileiros!... — custa-nos aceitar que tenha havido muitos, e ainda se encontram por aí, a vociferar diatribes, das quais facilmente se percebem os motivos reais.

A ONDA POSITIVISTA

Outrora, com a propaganda e o advento da República, difundiram-se as concepções da filosofia positi-

vista, de Augusto Comte. "O Amor por princípio e a Ordem por base — o Progresso por fim" (Comte — "Catecismo Positivista", 10th edição, Rio, 4^a edição, 1934), eis a tríade lindíssima, que influenciou poderosamente as mais disparas mentalidades e culturas da época, as quais, apaixonadas pela utopia da doutrina, quiseram, entre outros assomos de lirismo, apagar da tradição brasileira as suas mais belas páginas militares, apondo-as maldosamente ao desaprêço público. A tal ponto o trabalho insidioso atingiu a classe armada que, tempos depois da magnífica vitória contra o ditador do Paraguai, os heróicos soldados que ali arriscaram a vida pela bandeira imperial sentiam-se vexados, quando precisavam apresentar-se fardados, tal a frieza que os envolvia, e se tornou quase condenável o uso das condecorações, com que havia sido legitimamente premiado o seu valor...

Recrudescceu o esforço desmoralizante após o 15 de Novembro, já então servindo de pretexto a todos os ansiosos por afrontar o Império derrubado, esquecidos de que o Brasil de 1889, para repudiar quatro séculos de Brasil, teria de fazer o sacrifício da sua autoridade moral, como prelúdio da submissão física!

A EXPLORAÇÃO PLATINA

Nem para evitar o desastre, que ameaçava atingir-nos, pararam os corifeus dos nossos deméritos, feitos pobres ecos dos mais absurdos enredos arranjados por certos escritores, ora platinos — de quem o clímax atávico da nossa terra e o despeito insopitável pelas derrotas que lhes infligimos, sobrenadam às palavras venenosas — ora alheios às questões sul-americanas, porém pagos pelo fácil ouro do Rio da Prata para difamar-nos e nos diminuir o prestígio confirmado.

O ADVERSARIO HODIERNO

Estava havia muito encerrado, brasileiroamente, o capítulo dos ata-

ques indiscriminados ao regime da coroa, e eis que se intensificava campanha bastante parecida. A essência — esta foi a única a ser modificada: era vária, dispersiva e nunca teve um claro desiderato — agora é rígida e tenazmente persegue um fim conhecido; atendia, em diversos casos pessoais, a uma tendência de amor universal — hoje promana de ódios bem nutridos e os erige em norma; de azul e branca, ficou vermelha...; era americana, hoje é russa. Compreendia a liberdade exaltada por Ruy: "A democracia, que te nega, ou te cerceia, engoda os povos com o chamariz de uma soberania falsa, cujo destino acaba sempre às mãos das facções ou dos aventureiros, que a exploram. Senhoras de si mesmas, na acepção verdadeira da palavra, são unicamente as nações, que te praticam sem óbices, nem reservas; pois só onde a unidade humana for livre, a coletividade humana pode ser consciente" (Ruy Barbosa — "Hino à Liberdade", discurso, em "Coletânea Literária", págs. 135-136, 5^a edição, Ed. Nacional, São Paulo, 1944); ora, acentua-nos com uma liberdade fictícia, e espera, em seu nome, tornar-nos escravos, em nossa própria casa.

O CALDO DE CULTURA

Essa política, inteiramente dirigida de fora do Brasil, aproveitando todos os pontos fracos da nossa resistência natural, achou brecha propiciatória em dadas condições do nosso povo. A pobreza dos recursos particulares, a precariedade crescente da obtenção dos meios de subsistência, o imenso atraso em que vive grande parte do nosso território, o analfabetismo, as doenças endêmicas, são problemas que nos assoberbam, acrescidos pelo desânimo que nos causa a crônica timidez dos governos em solucioná-los, ou sequer em ousar enfrentá-los, com a disposição que eles estão a reclamar. Tudo dispõe o nosso homem vulgar a ser presa fácil de habilidades demagógicas, treinadas especialmente para o enredar. Cercado por tantos e tamanhos dissabores, ele ne-

cessitaria de um sentimento de patriotismo espontâneo, absoluto, completo, intangível; no entanto, sem rebuços — de espírito nacional enraizado carece o Brasil! Culpa da massa? Não — culpa das elites!...

HAVERÁ UMA FALENCIA DAS ELITES?

Os que somos mais bem aquinhoados com o entendimento, que só a educação e a instrução soem garantir; os militares, advogados, médicos, engenheiros, professores, jornalistas, políticos — todo este escol mental, aqui infelizmente ainda tão escasso — não temos o hábito de utilizar apropriadamente a nossa autoridade, na defesa intransigente dos mais pequeninos interesses nacionais, velando por eles, pelo menos, com a mesma desenvoltura com que sabemos proteger e pugnar pelas nossas vantagens pessoais. E perdemos, de cada vez que assim nos alheiamos ao dever moral, ocasião excelente de oferecer ao povo uma motivação, por mínima que pareça para que se orgulhe do seu país.

Somos assim, os brasileiros: lamentavelmente descuidados com o culto e com o bem real da Pátria. "O Brasil precisa fazer a propaganda do Brasil ante os próprios brasileiros" (Batista Pereira, "O Brasil e a Raça", pág. 5).

Tão pouco conhecemos das nossas mais belas tradições, que, às vezes, vamos encontrá-las já denegridas pela calúnia...

SUGESTÃO A BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

É esse, além da lacuna que veio preencher na biblioteca dos militares, o imperativo de, à nossa classe, apresentar-se obra de tal importância, justo no incerto momento histórico de que participamos, como entidade positiva no concerto das nações. Uma vez que há impossibilidade de ser leitura de cinquenta milhões de brasileiros, para edificá-los, que fôsse isto concedido, de imediato, àquelas a quem cabe guardar a nação, prezando a

farda que envergam e correspondendo à confiança de que gozam.

Com a 2ª edição de "O Brasil em face do Prata", a Biblioteca do Exército prestou inestimável serviço ao Brasil, contribuindo para o alevantamento das suas forças morais, pelo banho de fé patriótica que dêle se derrama. Permito-me, inspirado no mesmo ideal de brasilidade que a norteou para essa publicação, sugerir-lhe que reúna, em volume, algo da produção cintilante de Batista Pereira: "Civilização contra Barbárie" e "O Brasil e a Raça" — conferências pronunciadas, em 1928, nas Faculdades de Direito de Belo Horizonte (15 de abril) e de São Paulo (19 de junho), e que constituem a série a que o autor denominou "Pelo Brasil — Maior".

Na primeira delas esmagou a escola contista, acusando-a de detrair a Pátria por amor à filosofia, em nome da qual pregava a extinção, por dispensáveis, das forças armadas, esquecida de que "só existe soberania na Nação que tem força para garantir o Império da lei" (op. cit., pág. 93). Na outra, pulverizou o mito, ainda muito em voga hoje em dia, de ser raça inferior a resultante do caldeamento das raças, com que se povoou a nossa gleba; pois, analisando-a à luz das civilizações do mundo, pôde concluir recomendando: "Não aceites resignado a afirmação da tua inferioridade racial. Confronta. Não te contentes em alegar. Prova". (op. cit., pág. 153).

A BANDEIRA DE UMA CRUZADA

As três obras mencionadas deveriam ser as bases de uma nova cruzada de regeneração nacionalista do Brasil. Gustavo Barroso e Batista Pereira ensinaram-nas, sob penhor da sólida cultura, que possuem, da cabal honestidade de historiadores, de que têm dado as mais definitivas demonstrações, e da entranhada dedicação à Pátria, à qual de maneira elevada vêm servindo, desde muito jovens. Seus nomes, juntos, constituem uma bandeira única.

O Brasil terá de se recuperar do desânimo letal em que anda mergulhado, e só pela reverberação dos seus esplendores será viável conseguí-lo. A quem, melhor do que aos militares, investir de compromisso tão sério e tão alto? Dêmos os elementos e o apoio, que iremos à liza, desfaldando aquele estandarte. Por que esperar-mos, se a Nação nos conclama a proteger-lhe o renome? "Façamos nós a ressurreição da glória do Brasil! Não a podemos fazer em poucos dias nem em poucos lustros, por um prodígio de taumaturgia social. Mas inevitavelmente a faremos, se, inspirados pela nossa crença e pelo nosso patriotismo, lavrarmos a alma do Brasil, como os agricultores lavram o seu campo". "O programa está assentado, e é simples e velho: a educação cívica, firmando-se na instrução primária, profissional e militar. Mas não nos esqueçamos que do ensino devem ser dignos os professores. A educação cívica, devemos ser os primeiros a aprendê-la, meditá-la e praticá-la. Melhoremo-nos, antes de melhorar o povo". "A afronta da negação da Pátria, a injúria do desdém, e ainda a frivolidade e a ironia, e até a indiferença e a abstenção, no que se refere à Pátria, são crimes igualmente graves. A Pátria é o grande "feitiço", o inviolável "tabu", que deve ser adorado cegamente, sem ser tocado. Regenere-mo-nos, e voltemos ao culto cívico. Amemos o Brasil, nós que o dirigimos. E, aperfeiçoados, vamos ao encontro do povo, e aperfeiçoemo-lo. O povo possui energias e virtudes, mais fortes e mais puras do que as nossas; o que cumpre é estimulá-las, e extrai-las, como se extraem os metais da ganga nativa". (Olavo Bilac — "Ao Exército Nacional", Clube Militar, 6 de novembro de 1915 — em "Últimas Conferências e Discursos", págs. 135 a 137, Livraria Francisco Alves, Rio, 1927).

NAO ESTAREMOS SÓS

No esforço árduo, que promete ser, os homens de farda jamais se

acharão sôzinhos: contarão por aliados, como sempre os tiveram, com todos os cidadãos dignos.

Dentre os muitos centros de saber, que não foram impregnados dos miasmas contemporâneos, e se conservam firmes e imaculados no cumprimento dos seus destinos superiores, avulta a prestigiosa Faculdade de Direito de São Paulo, "o cimo mais alto do Direito no Brasil", no dizer de Batista Pereira. Lembramo-nos de que, a este, os acadêmicos bandeirantes ouviram afirmar das classes armadas: "O espírito que as deve animar constitui a única das garantias que temos, os que trabalhamos à sua égide, porque — não nos enganemos — o soldado ainda é hoje, mais do que nunca, a fronteira dos povos. Considero um crime da lesa-Pátria tudo aquilo que sirva para amortecer, no Exército ou na Armada, o espírito nacional". ("Ruy Barbosa, a constituição e o militarismo" — conferência, 1931 — em "Vultos e Episódios do Brasil", Batista Pereira, série V, volume VI, s/d, pág. 93, da Brasileira).

A TRADIÇÃO PAULISTA

Tem sido, aquela Faculdade, não apenas baluarte de nobres causas, senão também berço de muitas, das melhores delas. Foi de dentro das suas paredes vetustas que surgiu, para ser tornado realidade, o Serviço Militar Obrigatório; e, a pugnar pela sua adoção, quem se abeberou nas frases inspiradas de Bilac, no seu célebre discurso de 9 de outubro de 1915? — os futuros homens das Leis, bandeirantes de uma campanha que os fazia dignos dos seus ancestrais, valentes das rudes Bandeiras do desbravamento. O primoroso poeta escolheu, adequado à magnitude do tema, o auditório seletos, em que ainda vibravam, "com ressonâncias de epopéia, os versos condutores de Castro Alves e os hinos panteístas de Fagundes Varela" (Afonso de Carvalho — "Bilac", pág. 280, ed. José Olímpio, 1942). Já nos últimos meses da Repú-

blica Velha, pelos reclamos de atenção patriótica de Batista Pereira ("O Brasil e a Raça"), iria originar-se, na venerável Escola, um movimento maravilhoso de civismo e fé no Brasil, que teria por arautos e dedicados obreiros os moços estudantes da paulicéia.

MESMA ARENA — PIORES ADVERSÁRIOS

Essa agitação, iniciada em 1928, do adormecido espírito nacional, foi como u'a maré: formou-se, cresceu, rugiu, transbordou de si mesma e alagou tudo, triunfalmente, com a energia da sinceridade e o poder da razão, que animavam. Sossegou, entretanto; depois da limpeza que praticou, julgaram os seus impulsionadores não ser preciso conservar em perene tensão as vagas da virtude — e as desmobilizaram, enganando-se...

A fraqueza do mal tem a sua potência, que se chama traição, covardia, abdicação, falsidade, infâmia, descrença; ora, no que refluía a onda reparadora, recrudescem, com multiplicado vigor, o assalto de todos os males às frágeis corações nativas.

A ATIVIDADE BOLCHEVISTA

O espetáculo que vimos presenciando, é mais do que isto, sentindo, é deprimente para os nossos anseios de brasileiro. O atrevido desprezo com que pessoas de responsabilidade se referem a temas pátrios, insulta-nos e excita a nossa inabalável altivez nacional. Conhecemos, dessas pessoas, algumas particularmente irritantes, que, temendo ser taxadas de patrioteiras, preferem descambar, escusamente, para o grupo dos silenciadores sistemáticos dos nossos mais sublimes motivos de ufanía. Percebem, — que ela é clara —, a posição dúbia em que se situam, mas atribuem maior importância às opiniões iluminadas de certos artífices do anti-brasilismo, do que ao julgamento rigoroso das gerações porvindouras.

Os casos se sucedem, e muitos são amargurantes, se verificamos a

completa apatia com que são olhados. Não faz muito, o comunista Jorge Amado detratou, quanto pôde e quanto quis, a nossa terra, no estrangeiro, pintando-a como convinha à mazorca, a que é filiado; depois, impudente e confiante, regressou ao inferno, que denunciara; e aqui, ao invés de lhe serem pedidas contas pela injúria, teve as homenagens, o respeito e a propaganda considerados devidos ao seu nome de escritor. Seria curioso — embora de antemão adivinhemos as erradas respostas — perguntar-lhe como acolheriam os soviéticos a um dos seus que, tendo criticado, por exemplo, o excesso de condecorações que adornam os oficiais do exército vermelho, tivesse a coragem de reatravessar a "cortina"... Estamos entrando em terreno de assunto interminável; como neste gritante exemplo, outros e muitos personagens, cada qual a seu modo, dando rótas explicações, com que engodam os tolos, empregam contrariamente às exigências da Nação essa mesma liberdade, que tão generosamente ela lhes concede, suicidando-se lentamente, ao passo que lhes perdoa os desvarios. Fingem querer bem à humanidade inteira, e lhe entoam hosiannas, simultaneamente malquerendo e execrando a terra do seu berço, que caluniam; revelam-se, enchendo-se de desonra, ao confessar o amor e a submissão, total e unicamente, a um país estranho, repudiando o seu e se esforçando por destruí-lo, no caos de uma submissão internacional, que avilta.

A todos os seus manejos, a tóda a subversão, que pragam, a tódas as ofensas, com que procuram salpicar, da lama que os envolve, a dignidade da Pátria — continuam incolumes, cada vez mais ousados! Aquêles que os condenam, mais o fazem para si próprios, e quando, em raras ocasiões, chegam a lhes exprobar os excessos, é em termos dóceis, quase amigos, quase carinhosos. Continuamos quietos e complacentes, dando a eles com a dolorosa ostentação de que estamos desvirilizados, todo o apoio,

por ausência, e a intrepidez de que necessitam, para a obra sacrílega de dar cabo do Brasil.

REAÇÃO NACIONAL

Temos de reagir. Temos de nos erguer, ombro a ombro, para fazer frente à horda, antes que a anarquia invada inapelavelmente o País e só lhe caiba, no futuro, o papel melancólico de senzala. Já vai distante o período das quiméras: o nosso inimigo desencadeou, praticamente, virulentamente, uma ofensiva de tal violência, que espanta. Espanta: porém, que não nos intimide! Não vamos admitir, para gente que a não respeita, a mesma lei do perdão, que se deve conceder aos que se arrependem. A cada um, conforme faz jus. Caso contrário, entregaremos a mãos homicidas as

armas com que nos vão aniquilar; e isto não é sensato, não é normal, não é direito. Se aceitamos, — pois é certo —, que a liberdade do indivíduo é apenas limitada pela liberdade dos outros, cuja sociedade íntegra, como legamos ao sacrifício a liberdade de uma maioria, para não cercear a de um grupo transviado, que a perturba a toda hora, abusando de um bem, que despreza, e que nunca pôde compreender, como o compreendemos? “Tôda indulgência para com os culpados revela conivência” (Napoleão — “Máximas e Pensamentos”, n. 350, seleção de Bulzac, Ed. Vecchi, s/d).

A ocasião é preciosa. Definamos agora, decidindo se vamos nos engolfar na desordem ou se ressurgiremos, celebrando, até o infinito dos tempos, tôdas as glórias imortais da nacionalidade.

AVISO AOS ANUNCIANTES

Nossos Agentes de Publicidade estão munidos de Carteira de Identidade, que deve ser exigida.

Nenhum deles está autorizado a receber qualquer quantia, senão quando especificamente credenciado para tanto através de carta e recibo firmados pelo Tesoureiro da Revista.

Para qualquer outra informação a respeito de anúncios na Revista “A Defesa Nacional”, queira dirigir-se ao seguinte endereço:

Direção da “A Defesa Nacional”, Quartel-General do Exército — 3º Pavimento — Ala Visconde da Gávea. Caixa do Correio n. 17, da Agência do Ministério da Guerra.



REMINISCÊNCIAS DA COLABORAÇÃO DOS GUERRILHEIROS NA VIGILÂNCIA DO LITORAL NORDESTINO, DU- RANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

General DERMEVAL PEIXOTO

Na região fronteira de Alagoas e Pernambuco, onde era precisamente importante o terreno a ser vigiado e, se preciso, defendê-lo no setor de meu comando, encontrei duas circunstâncias que até hoje me despertam recordações.

A baía do Porto Tamandaré, com seus aspectos históricos para fácil abordagem, estava indefesa por terra. Num velho forte, lá erguido, há mais de três séculos, pela tempera de Vidal de Negreiros, coloquei alguns fuzileiros olhando para o mar.

Antiquados canhões que estavam com as bocas enterradas, e as culatras para o alto, foram recuados e convenientemente dissimulados, para não revelar, à distância, o frágil ponto da larguíssima orla litorânea, cuja vigilância fôra colocada sob minha responsabilidade.

Seis quilômetros distava, o mar da rodovia paralela à costa e mais

alguns passos estava a ferrovia que ligava Recife a Maceió. Uma penetração maior, por caminhos suaves, alcançava as comunicações interiores — a ferrovia para Garanhuns e a rodovia para Caruarú.

O desembarque, na época em moda, de "comando" audaciosos, no porto de Tamandaré, poderia, pois, incidir a fundo em terra, comprometendo as rodovias laterais e interiores, essenciais à incipiente defesa regional.

No município de Água Preta, encontrei uma rede de comunicações e organizei um contingente de nordestinos dotados de acentuado espírito de patriotismo, para o qual sempre contribuiu o entusiasmo com que comemoram, por lá, os feitos dos nossos antepassados na defesa de nossa terra.

Uma trama ferroviária e rodoviária pertencente às grandes usinas de Catende, Santa Teresinha e Bar-

reiros foi posta imediatamente à minha disposição pelos seus proprietários — o Tenente (direi general) do Catende, o Coronel José Pessoa de Queiroz e os dois filhos herdeiros de Estácio Coimbra.

Duas cidades açucareiras — Barreiros, no litoral e a famosa Catende, mais recuada, engastam outra novel e modelar organização que é "Santa Teresinha", um elo precioso ajustando aqueles extraordinários empórios da produção nordestina.

A tèmpera de um renomado espírito de brasilidade, que caracteriza a personalidade invulgar de José Pessoa de Queiroz, erguera, nas lindes de Pernambuco e Alagoas, uma obra verdadeiramente deslumbrante. Mais de 20 mil creaturas estavam ali, em 1942, ativas na faina de produzir anualmente 600 mil sacos de açúcar e 8 milhões de litros de álcool. Não foi difícil, portanto, ao bravo Caeté de Santa Teresinha, alistar um contingente de dois mil homens capazes, ao nosso "Corpo de guerrilheiros", cujo elevado efetivo naquela área foi também precioso elemento de colaboração que fomos encontrar no quartelão intermediário, quase indefeso, entre Recife e o Rio Formoso, no limite com Alagoas.

A situação da sede da usina "Santa Teresinha" conduziu-me a elegê-la para meu Quartel-General de comando do setor sul, no caso de termos de passar de uma vigilância passiva, como estávamos organizando, a uma defesa ativa contra esperados ataques originados do mar.

O destimido usineiro que a dirigia com a energia e o ardor peculiar da sua valorosa estirpe, informado dessa nossa decisão reservada, colocou imediatamente à nossa disposição tudo o que ali existia e que fôsse julgado utilizável numa difícil emergência: 2 postos médicos, o pequeno hospital, as sedes de 12 escolas primárias e a de um grupo escolar, os 15 quilômetros de suas linhas férreas, com estações, telefones, desvios e ramais, todo o material se sapa grossa

da lavoura e uma infinidade de outros materiais.

Fez também empenho o fidalgo usineiro, que, no seu palacete residencial em acabamento, ficasse consignada a previsão do meu posto de comando eventual. Foram ainda arrolados amplos edifícios adequados à instalação dos órgãos componentes de todo o meu Q. G., no caso previsto.

Os rebanhos, as gentes, as propriedades, os campos, as cuidadas plantações, tudo enfim, em "Santa Teresinha" estivera sinceramente sempre ao dispor da organização da defesa do Nordeste. Gesto altamente patriótico, notável o exemplar do digno brasileiro. Por isso foi que não tive nenhuma dúvida ao designá-lo o Guerrilheiro n. 1 daquela hoste de nordestinos, que tanto fizeram para nos ajudar numa difícil tarefa. Por isso é que exalto-o e enalteço-o, nestas breves reminiscências, de uma fase tão séria mas de tão grata recordação de minha longa vida militar.

E assim o fôra. Não dispoñendo de recursos suficientes para o pleno cumprimento das pesadas atribuições que me foram confiadas, tive a felicidade de encontrar, no Nordeste, alguns patricios, de sangue puro, que espontaneamente se mostraram, desde logo, prontos para colaborar na difícil emergência de defendermos, por lá, a nossa terra, novamente ameaçada de possíveis invasões estranhas.

Joaquim Bandeira, João Cleóras, Cardoso Ayres e os irmãos Lundgren secundaram José Pessoa de Queiroz, com idênticos gestos e atos, na organização dos agrupamentos dos chamados guerrilheiros.

Fizeram-se chefes de seus numerosos contingentes, e por tudo que fizeram, deixaram os seus nomes registrados com especial destaque, entre os muitos que, com dignidade, patriotismo e bravura, foram autênticos guerrilheiros do Brasil, durante a segunda guerra mundial.

A organização deste precioso conjunto humano emanou do seguinte tópico de minha ordem reservada n. 79, de 5 de outubro de 1942, que estabeleceu o Plano de vigilância no

litoral de Pernambuco e Alagoas: "Os habitantes do litoral que espontaneamente desejarem prestar colaboração ao Exército, uma vez constituídos em contingentes, serão agrupados em torno de chefes idôneos e capazes, por intermédio dos quais seus serviços serão coordenados diretamente por este comando. Organizados de preferência onde não existir tropas do Exército ou das Forças Policiais dos Estados, caberá a estes elementos, de um modo geral, a vigilância de trêchos das adjacências aos locais de habitação e trabalho dos mesmos, além da reparação e guarda de estradas, reconstrução de pontilhões, abertura de caminhos, extensão de linhas telefônicas e muitas outras importantes tarefas que forem necessárias executar nas circunvizinhanças dos seus postos. Do mesmo modo que os pescadores, verdadeiros sentinelas avançadas no mar, estes elementos receberão instrução elementar de guerrilhas e, oportunamente, lhes será fornecido armamento e munição".

A faixa litorânea de Pernambuco e Alagoas, cheia de pequenas localidades, plantadas, a bem dizer, nos

próprios lugares assinalados por embates que por lá se travaram no passado, abriga hoje numerosos centros de população e de trabalho tais como: Porto Calvo, Palmares, Rio Formoso, Serinhaém, Ipojuca, Catende, Escada e S. José dos Barreiros.

Beirando o mar, estão escalonados resquícios de antigas resistências ao invasor, marcando os pontos mais acessíveis aos desembarques.

Arrecifes e pantanais intercalam praias suaves e escarpadas abrutadas, onde o mar é sempre sulcado pelos intrépidos fangadeiros.

As palhoças, em alinhamento ou esparças, demarcam as colônias de pescadores por lá existentes.

Nesta gente bronzada das praias e das atividade açucareiras, senti que estava latente o mesmo amor a nossa terra que nos episódios das lutas lá mesmo travadas.

Isso propiciou-me despertar e explorar o estado da alma e o espírito patriótico daqueles herdeiros dos bravos caetés e aproveitar, em toda extensão e profundidade, tudo o que eles fossem capazes de fazer para resguardar novamente aquele torrão de nossa Pátria.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firms :

A RENOVACÃO — Magazin do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-6798.

BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA. — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-8205.

COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA. — Rua Joaquim Távora n. 146 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.

SERRARIA SANTO ANTONIO — Avenida Coelho Campos n. 379 — José Job de Carvalho — Aracajú — Sergipe.

MARINHO, SANTOS & CIA. LTDA. — Tecidos, miudezas, etc. — Rua Cons. Franco ns. 54-60 — Feira de Santa Ana — Estado da Bahia.

- DESTILARIA JUBA LTDA.** — Rua n. 4 — Margem Esquerda do Rio — Santo Amaro — Estado da Bahia.
- IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA.** — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.
- JOALHERIA HERMAN** — Rua Dr. Garnier n. 390 — RIEK — Fone: 48-8502 — Q.G. Tel. 43-8286 — Praia Vermelha — Tel. 26-0043.
- MALHARIA CLIPER LTDA.** — Rua Barbosa Lima, 283 — Juiz de Fora — Fone 454 — Minas Gerais.
- CIA. FIACÃO E TECELAGEM DE MALHA "ANTONIO MEURER"** — "Marangon" — Rua Espírito Santo, 529 — Juiz de Fora.
- CIA. INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI** — Casa fundada em 1893 — Rua Espírito Santo, 476 — Caixa Postal, 37 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- CIA. FIACÃO E TECELAGEM MORAES SARMENTO** — Caixa Postal, 47 — Tel. 1143 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- FERREIRA GONÇALVES & CIA. LTDA.** — Artigos sanitários em geral e instalações sanitárias — Avenida Paraná n. 59 — Belo Horizonte — Minas Gerais.
- PRODUTOS ROCHE — QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.** — Rua Moraes e Silva, 30 — Rio de Janeiro.
- BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S.A.** — Matriz: Rua do Carmo n. 65 — Tel. 52-4013 — Agências: Rua Figueiredo Magalhães, 22 — Tel. 37-9223 — Rua 24 de Maio, 1257 — Tel. 49-2400.
- TIC-TAC** — Fábrica de calçados para homens, sob medida e consertos em geral — Rua Caetés n. 487 — Tel. 2-2072 — Belo Horizonte.
- RELOJOARIA DE MARCO** — Tel. 2-7889 — Av. Afonso Pena n. 395 — Belo Horizonte.
- ELETRO-ARTE** — J. Maciel — Rádios e acessórios — Tel. 4-4033 — Av. Santos Dumont n. 380 — Belo Horizonte.
- RELOJOARIA SÃO PAULO** — G. de Filippis — Consertos de relógios, etc. — Rua Caetés n. 525 — Belo Horizonte.
- CASA SANT'ANA** — Tel. 2-2771 — Andrade, Perpetuo & Cia. Ltda. — Especialista em Pneus! — Rua Carijós n. 797 — Belo Horizonte.
- GRANDE DEPÓSITO DE FERRO VELHO** — José Fonseca Filho — Telefone 2-6333 — Rua Padre Belchior n. 222 — Belo Horizonte.
- P. C. MOTTA** — Tels. 2-6772 e 2-1623 — Av. Paraná n. 523 — Artigos para automóveis — Belo Horizonte.
- CASA DAS PEÇAS LTDA.** — Peças e acessórios para Automóveis e Caminhões em geral — Rua Caetés, 751 — Tel. 2-3690 — Belo Horizonte.
- BAZAR DA ECONOMIA** — João Firpe — Seção de oportunidades — Rua Curitiba, 618 — Telefone 2-3704 — Belo Horizonte.
- JOALHERIA PÁDUA** — Pádua & Cia. Ltda. — Jóias, relógios e pedras preciosas — Rua da Bahia, 868 — Telefone 2-1764 — Belo Horizonte.

O QUE É O VICARIATO CASTRENSE

Padre J. BUSATO

Pelo Decreto-lei n. 8.921, de 26 de janeiro de 1946, foi criado no Brasil o Serviço de Assistência Religiosa às Forças Armadas. Com o Decreto-lei n. 21.495, de 23 de julho de 1946, foi aprovado o Regulamento do citado Serviço. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica começaram, assim, a ter os seus capelães militares permanentes, como aliás já existiam no tempo do Império, com exceção, naturalmente, da Aeronáutica, que não existia.

Agora, mais um passo acaba de ser dado, a exemplo de outros países, onde existe tal Serviço: trata-se da ereção do Vicariato Castrense.

Para atender à cura espiritual das Forças Armadas da República Brasileira, o Santo Padre Pio XII, ouvido o cardeal secretário da Sagrada Congregação do Consistório, erigiu e constituiu o mencionado Vicariato, que constará de: Vigário Castrense, Capelão-Mor e Capelães Militares. O primeiro gozará de jurisdição ordinária, pessoal, tanto no foro interno como no externo.

Compete ao Capelão-Mor exercer o ofício e o munus de Vigário Geral. Os Capelães Militares devem exercer a cura das almas que lhes forem confiadas, sob a autoridade do Vigário Castrense. Ocupa este cargo "pro tempore existens", o Arcebispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, que por isso acumula essa dúplice jurisdição.

A jurisdição do Vigário Castrense se estende a todos os Capelães Militares, a todas as tropas terrestres, marítimas e aéreas que atualmente percebem soldo, bem como a todos

os fiéis de ambos os sexos, leigos ou religiosos adscritos, que habitualmente se encontram ou servem em casas ou nosocomios militares.

O Capelão-Mor e os demais Capelães, apresentados ou recomendados pelos próprios Ordinários, são nomeados pelo Vigário Castrense.

"Com relação ao matrimônio dos súbditos que acima indicamos — diz o Decreto da Sagrada Congregação Consistorial — observe-se rigorosamente o que prescreve o canon 1997, § 2º do Cód. de Dir. Can., segundo o qual "tenha-se por norma celebrar o matrimônio perante o pároco da noiva, a não ser que uma causa justa disto excuse; e cumpram-se cuidadosamente todos os atos, que pelo Direito devem preceder e seguir a celebração do matrimônio".

Devem ser adquiridos e conservados diligentemente os livros de batizados, de crismas, de matrimônios e óbitos.

Como a jurisdição do Vigário Castrense será exercida em territórios sujeitos a Ordinários locais, será também acumulada à jurisdição destes.

Nos quartéis ou lugares próprios ou designados para os soldados, a jurisdição cabe primeira e principalmente ao Vigário Castrense; secundariamente, e todas as vezes em que o Vigário Castrense e seus Capelães estejam afastados ou ausentes, exercem a jurisdição, sempre com direito próprio, o Ordinário e o pároco do lugar (Bispo e vigário) com oportuna combinação com o Vigário Castrense e os Superiores Militares.

Vagando-se, por qualquer motivo, a sede Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, a jurisdição passará interinamente ao Capetão-Mor, ocupando este cargo, atualmente, o Coronel Padre João Pheeney de Camargo e Silva, com sede no Estado-Maior Geral das Forças Armadas, Rio.

Como se vê, a jurisdição sobre todos os militares católicos das Forças Armadas cabe ao Cardeal-Arcebispo do Rio, dom Jaime de Barros Câmara, de tradicional família de militares brasileiros. Brevemente teremos a regulamentação sobre as determinações do Vicariato Castrense no Brasil.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última folha e **INDIQUEM O ENDE-REÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; criemos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTSCHE

● Economia de 10 milhões de dólares no transporte de petróleo

O Presidente Getúlio Vargas aprovou a exposição de motivos que lhe foi encaminhada pelo Sr. Plínio Cantanhede, Presidente Interino do Conselho Nacional de Petróleo, referente ao transporte de petróleo e seus derivados, tendo como objetivo principal a possibilidade de serem imediatamente diminuídos os compromissos cambiais que o País assume com o pagamento em dólares e libras dos fretes para a importação dos derivados do petróleo.

Junto à exposição de motivos o Presidente do C.N.P. enviou ao Chefe do Governo o estudo procedido pela administração da Frota Nacional de Petróleo sobre o assunto realizado e por determinação expressa do Chefe do Governo.

Inicialmente diz o administrador da Frota Nacional de Petróleo que, no mês corrente (janeiro), já contaremos com 22 unidades que representam 223.000 toneladas D.W. Para o transporte do petróleo e derivados, das fontes produtoras, dispõe a Frota Nacional de 12 petroleiros de grande tonagem, os quais permitem suprir o País com cerca de dois milhões de toneladas

de combustível líquido anualmente, transportando-o da zona das Antilhas para o Rio e Santos.

Entretanto — prossegue o Administrador da Frota Nacional de Petróleo — para suprir a necessidade atual do País, necessário-se torna recorrer a navios estrangeiros para o transporte de cerca de cinco milhões de toneladas, pagando o frete em dólares ou libras esterlinas, o que constitui um pesado encargo às possibilidades cambiais, representando hoje, aproximadamente, em 35 milhões de dólares.

No sentido de reduzir o dispêndio de divisas com o pagamento de fretes pela utilização de navios estrangeiros, sugeriu o Administrador da Frota Nacional de Petróleo afretamento em "time charter" de navios de outras bandeiras e afretá-los em seguida às empresas de petróleo que operam no Brasil, mediante pagamento de fretes em cruzeiros.

De acordo com as condições do afretamento em "time charter" — prossegue o Administrador da Frota de Petróleo — as despesas em divisas representam no mínimo 25 % daquelas que teríamos com o pagamento integral do frete.

Na exposição de motivos, aprovada pelo Presidente Getúlio Vargas, o Sr. Plínio Cantanhede diz que a sugestão apresentada poderá

ser realizada sem prejuízo do plano a longo prazo exigido pela aquisição de navios-tanques de 16.000 e 20.000 toneladas e de execução imediata e a sua realização não depende de medidas financeiras excepcionais.

Apresenta a medida — conclui o Presidente do CNP — uma economia de cerca de dez milhões de dólares além de contribuir para a melhoria dos resultados econômicos da Frota Nacional de Petroleiros hoje já bastante animadores.

De outra parte, o Presidente da República assinou decreto pelo qual foi aprovado o novo Regulamento da Frota Nacional de Petroleiros. As atividades da Frota se encontram atualmente regidas pelo Decreto n. 29.006, de 20-XII-1950, que não mais satisfaz às necessidades do serviço. O novo regulamento orientou-se, principalmente, pela necessidade de melhor adequação às peculiaridades da Frota, reveladas nos dois últimos anos, maior flexibilidade administrativa, sem prejuízo do controle essencial e redução a cinco do número, hoje excessivo, de serviços diretamente subordinados ao Administrador.

A aprovação do novo Regulamento vem facilitar a eventual transformação da estrutura da Frota que poderá resultar, eventualmente, da aplicação da nova legislação sobre o petróleo brasileiro, em discussão no Congresso Nacional. (Do D.O.).

● Prioridade absoluta para a importação de máquinas agrícolas

Tendo em vista a renovação dos nossos métodos de produção agrícola, como instrumento capaz de permitir e facilitar o advento de uma nova fase na política de recuperação econômica do País, o Presidente da República tem determinado a realização de estudos e providências tendentes a apressar a execução do programa de fabricação e compra de tratores e outros equipamentos indispensáveis à reabilitação da lavoura brasileira,

que será definitivamente consolidada com a produção nacional de tratores e implementos.

O programa traçado pelo Chefe do Governo para ultimar a reabilitação da nossa lavoura compreende várias etapas. A primeira delas, já em execução, objetiva a organização e desenvolvimento do serviço de vendas pelo Ministério da Agricultura, do material destinado ao campo e que será entregue diretamente ao lavrador pelo Governo.

Através do Fundo de Mecanização da lavoura, criado em caráter de rotatividade para fornecer ininterruptamente os recursos necessários à aquisição de material agrícola, o Ministério da Agricultura dará cabal desempenho às solicitações da coletividade rural relativas a máquinas e implementos agrícolas. A fim de intensificar a execução desta parte do importante programa de mecanização da lavoura, o Chefe do Governo determinou o aumento daquela reserva de 49 milhões de cruzeiros para 150, ficando, assim, o Ministério da Agricultura financeiramente aparelhado para satisfazer a todos os pedidos dos lavradores.

Paralelamente, o Presidente Getúlio Vargas determinou, também, a importação de maquinaria agrícola em grande escala, obedecendo a um rigoroso critério, visando o aparelhamento do Parque de Mecanização Agrícola.

Após criteriosa coleta de preços e levando-se em conta a qualidade do material, o preço do conjunto e a garantia da manutenção, o Governo importará inicialmente 1.200 tratores das marcas Fordson Major RC, Massey-Harris 744 e Fiat 55L, além de 1.000 tratores Fiat R35.

Não se esqueceu todavia, o Presidente da República, do incentivo à fabricação nacional. Ao elaborar o plano de mecanização da lavoura, determinou um imediato estudo das possibilidades de a Fábrica Nacional de Motores fabricar aquele importante maquinário, inclusive com a colaboração técnico-industrial de importantes e conceituadas firmas

estrangeiras que lhe permitisse fixar técnicos, preparar o pessoal nacional e produzir com alta eficiência, tendo como garantia compras asseguradas pelo Ministério da Agricultura.

Por outro lado e em obediência às determinações do Presidente da República, o Ministério da Agricultura está proporcionando toda a assistência necessária às empresas privadas que desejem dedicar-se à fabricação no Brasil de máquinas e implementos agrícolas, com a garantia de compras pelo Governo, exigidas, como é natural, normas técnicas rigorosas.

Dentro dessa orientação, o Chefe do Governo acaba de fixar, num despacho exarado em Exposição de Motivos do Ministro da Agricultura relativa à importação de máquinas diversas, em maior vulto, para as quais solicita prioridade cambial, diretrizes claras e seguras que exprimem, com exatidão, os propósitos do atual Governo para dar à agricultura condições efetivas de desenvolvimento rápido e completo. Disse o Presidente Vargas, em seu despacho:

"A importação de máquinas agrícolas e outros materiais para a agricultura deve ter alta prioridade, sem prejuízo dos estímulos necessários à ampliação da respectiva produção nacional.

Estudem com urgência as autoridades responsáveis a adoção de medidas que possibilitem atender à sugestão do Ministro da Agricultura, no sentido de se aplicar esse ano o máximo de cambiais derivadas dos recursos normais para a aquisição de máquinas agrícolas.

No caso de peças e componentes, não produzidos suficientemente no Brasil, a importação necessária para assegurar pleno rendimento ao parque de máquinas em atividade no País, sensivelmente aumentado com as importações autorizadas o ano passado, e com as compras do Governo, deve ter uma prioridade equiparada à dos artigos de mais alta essencialidade, como derivados de petróleo e trigo.

A política do Governo é a de orientar o máximo dos recursos na-

cionais para a reabilitação e expansão da agricultura brasileira. O licenciamento de importações deve seguir esta diretriz. Entretanto, em face da situação e das tendências do balanço de pagamentos, e da conveniência, de qualquer sorte, de dar ao Brasil plena autonomia na produção dos equipamentos básicos ao desenvolvimento da agricultura, é uma necessidade imperiosa encorajar o desenvolvimento, em bases técnicas seguras, da indústria nacional de equipamentos e materiais agrícolas". (Do D.O.).

• Carvão e eletricidade no Rio Grande do Sul

De acordo com as informações do Departamento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, o Estado do Rio Grande do Sul possui o maior potencial de energia térmica do País. Suas principais cidades — Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande — são servidas por esse sistema elétrico, sendo o combustível fornecido pelas minas de São Jerônimo e de Butiá.

Visando ampliar os recursos de eletricidade do Estado, projeta-se a instalação de uma nova usina termo-elétrica em Charqueadas. Essa usina, localizada à margem do Rio Jacuí, terá 45.000 km e consumirá anualmente 260.000 toneladas de carvão. Trabalhos preliminares, para a abertura de novo poço de extração de carvão, já foram efetuados no Município de São Jerônimo. Uma reserva carbonífera de 50 milhões de toneladas foi constatada no local, tendo os técnicos da Divisão de Fomento da Produção Mineral prestado assistência aos trabalhos de sondagem. O carvão da nova mina será aproveitado pela usina de Charqueadas, cuja instalação dependerá exclusivamente dos mineradores de São Jerônimo e de Butiá.

Além de ser uma das mais poderosas do País, a usina concorrerá para aumentar o consumo do carvão riograndense. Seu raio de ação é vasto pois fornecerá energia a dez municípios, entre os quais os de Nova Hamburgo, Montenegro, San-

to Amaro, Lageado e Triunfo. (Do D.O.).

● O Orçamento da República para 1953

Pela Lei n. 1.757, de 10-XII-1952, a receita da União, em 1953, está orçada em Cr\$ 34.295.230,00 e a despesa em Cr\$ 34.004.996,74, havendo, portanto, um "superavit" de Cr\$ 290.233,26.

São as seguintes as rubricas mais interessantes da despesa geral:

	Cr\$
Comissão do Vale do São Francisco....	272.500,00
Conselho Nacional do Petróleo.....	574.588,00
Ministério da Aeronáutica.....	2.430.737,00
Ministério da Agricultura.....	1.764.697,42
Ministério da Educação.....	3.714.037,41
Ministério da Fazenda.....	6.516.027,00
Ministério da Guerra.....	4.275.128,00
Ministério da Marinha.....	2.715.772,96
Ministério da Viação.....	6.487.065,46
Plano Salte.....	1.752.320,00

As importâncias distribuídas aos três ministérios militares representam 27 % do total da despesa e a soma das verbas atribuídas à Comissão do Vale do São Francisco, ao Conselho Nacional do Petróleo, aos Ministérios da Agricultura, Educação e Saúde Pública e Viação e ao Plano Salte, ou sejam as verbas destinadas ao fomento da economia da Nação, representam 42 %.

● As realizações da Marinha em 52 e 53

Resumo das principais realizações da Marinha em 52: aceleração da construção do grandioso Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais, na Ilha do Governador; início da construção da Fábrica de Armamentos da Marinha (inclusive de canhões), na

Fazenda do Sapê do Guandú; inauguração do dique Guanabara, na Ilha das Cobras; início do funcionamento da fábrica de oxigênio industrial e medicinal, a maior da América do Sul; dique da base de Val-de-Cãs, com 160 m de comprimento.

Programa para 1953: incorporação à esquadra de dois destróieres da classe "A", dois navios cisternas, dois navios tanques e seis rebocadores. Conclusão do Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais.

● Chegará em maio o maquinismo da Mannesmann

O Presidente da Cia. Sidergica Mannesmann, de regresso da Alemanha, declarou que, em maio próximo, chegarão ao Brasil 50 técnicos e todo o maquinário da Cia., o que permitirá o funcionamento da 1ª etapa já em fins deste ano.

● O Instituto Nacional de Eletricidade

A Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de criação do Instituto Nacional de Eletricidade, o qual terá as seguintes atribuições: elaboração do Plano Nacional de Suprimento de Energia Elétrica; estudo da concentração da energia em redes regionais; fomento da eletricidade em zonas rurais; estudo da redução do preço do quilowatt instalado e da energia elétrica transmitida; redação dos contratos de autorização ou concessão para exploração industrial de energia em todo o território nacional. O projeto prevê ainda a criação do "Fundo de Eletrificação Nacional".

● Empréstimo de 67 milhões de dólares para o mananês do Amapá

O Banco de Exportação e Importação concedeu um empréstimo de 67 milhões de dólares para a "Empresa Brasileira de Indústria e Co-

mércio de Minérios", concessionária do manganês do Amapá. Com esse dinheiro serão construídos: uma usina, junto da mina, para moer e separar o minério; uma estrada de ferro com 215 km de comprimento para transportar o minério até o Rio Amazonas e instalações portuárias no pórtio de Santana, para carregamento do minério. A usina deverá começar a produzir, em grande escala, em 1956. De um total de 5.500.000 toneladas, a produzir a partir daquele ano, serão vendidas à Bethlehem Steel Company, que tem parte das ações da Cia. Brasileira, cerca de 3.850.000 toneladas. O restante será livremente colocado pela Cia. no mercado mundial. Já foram gastos nos primeiros trabalhos e em pesquisas cerca de 4 milhões de dólares. Serão construídas cidades completas na região da mina e em Santana, para abrigo dos trabalhadores. O Território do Amapá gozará de um "royalty" sobre o minério exportado, o qual atinge a cerca de 30 milhões de cruzeiros, anualmente e, além disso, a estrada de ferro a ser construída reservará uma porcentagem de sua capacidade de carga para o transporte de outros produtos da região. Os depósitos do Amapá são avaliados em 10 milhões de toneladas de minérios de alta qualidade, com a média de 40 a 45 % de manganês. O Brasil auferirá, com a exportação desse minério, uma renda considerável em dólares, avaliada em dezenas de milhões, anualmente. E segue a política preconizada pelos nossos economistas de reservar o manganês de Minas Gerais para a nossa siderurgia e exportar o da periferia.

● Reboques e caminhões frigoríficos agora fabricados no Brasil

Uma empresa industrial do Rio acaba de anunciar a fabricação e venda de reboques e caminhões frigoríficos até 15 toneladas. Trata-se de uma indústria pioneira, pois não existia tal indústria no Brasil. É

claro que a indústria só fabrica os reboques completos ou a câmara frigorífica do caminhão. A parte a poupança de divisas que essa nova indústria vem proporcionar ao País, grande é a sua significação para o problema capital da alimentação do povo. Nos Estados Unidos, os vagões frigoríficos apareceram desde 1880 e os caminhões frigoríficos desde que se aperfeiçoou o automóvel. Isso significa, por exemplo, que se pode abater o gado numa região e transportá-lo em vagões e caminhões frigoríficos para milhares de quilômetros de distância, transportando dez vezes mais carga, nos mesmos trens e autos que pelo sistema usado, entre nós, de transportar o gado vivo. Saudemos, pois, a nova indústria, que representa um passo a mais na independência econômica e no progresso do Brasil.

● Plano de valorização econômica da Amazônia

O Presidente da República sancionou a Lei que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Visa esse Plano a promover o desenvolvimento da produção agrícola da região e a produção extrativa da floresta; fomentar a produção animal, promover a solução dos problemas que interessam à pecuária, à defesa e ao melhoramento dos rebanhos; desenvolver um programa contra as inundações periódicas; promover o aproveitamento dos recursos minerais da Amazônia; realizar um plano de viação regional que compreenda todo o sistema de transportes e comunicações; estabelecer uma política de energia na região em bases econômicas, pela utilização e conservação de suas fontes, a organização dos abastecimentos de combustíveis, a eletrificação dos principais centros de produção e da indústria e a utilização racional dos recursos naturais. Visa ainda estabelecer uma política demográfica que compreenda a regeneração física e social das populações da região, pela alimentação, a assistência à saúde, o

saneamento, a educação e o ensino e a imigração de correntes de população convenientes ao interesse regional. O Plano cria um Fundo de Valorização Econômica da Amazônia.

● O Paraná em marcha

A previsão orçamentária, para o ano de 1952, totalizou uma arrecadação de um bilhão e trezentos e quarenta milhões de cruzeiros. Entretanto, já em 30 de novembro daquele ano, a arrecadação atingia a um bilhão e trezentos e oitenta e seis milhões de cruzeiros, com um excesso de 46 milhões.

O Estado está importando dez mil toneladas de asfalto americano para pavimentar as suas estradas. A Estrada de Ferro Central do Paraná já tem 150 km de leito pronto para receber trilhos. Já está em concorrência a construção da central termoelétrica de 30 mil kw nas bocas das minas de carvão, no Norte do Estado. O porto de Paranaguá foi ampliado de 100 m, dentro do programa de ampliá-lo de mais de 500 m. Está em fase final o planejamento da utilização do xisto pirobetuminoso de São Mateus.

● 745 milhões para a Rede Mineira de Viação

O Presidente da República aprovou o projeto da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos segundo o qual será concedido um empréstimo à "Rede Mineira de Viação" no valor de Cr\$ 745.705.103,00 para o seu reaparelhamento, assim distribuídos: Cr\$ 142.579.298,00 em materiais de importação; Cr\$ 651.001.607,00 em aquisição de materiais nacionais e Cr\$ 52.124.200,00 em mão-de-obra. Entre outros materiais, serão adquiridos 950 vagões de carga, 12 locomotivas diesel elétricas e 2 substâncias de 500 kw, cada.

● Oito milhões de Oliveiras no Nordeste

O Ministro da Agricultura está pondo em execução grandioso

plano para plantar nada menos de oito milhões de pés de oliveira nas regiões do Brasil que, pelo seu clima seco e quente, se prestam para o cultivo dessa árvore tão útil. O plano visa poupar divisas ao país com a aquisição de azeites e azeitonas, além do desenvolvimento econômico de regiões brasileiras até agora mal aproveitadas. Serão beneficiados os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Cem mil mudas já estão a caminho do Brasil e agrônomos do Ministério da Agricultura percorrem os Estados citados para a escolha das regiões de plantio, onde deverão trabalhar imigrantes portugueses, espanhóis, italianos e gregos. Trata-se de mais uma iniciativa que se vem somar à da "Hidrelétrica do São Francisco" para levantar o esquecido Nordeste brasileiro.

● Acesita, a nova cidade do aço

Acesita, a usina complemento de Volta Redonda, está situada a 180 km de Belo Horizonte. Dirige-a presentemente o Gen. Edmundo de Macedo Soares, o mesmo que levantou Volta Redonda, o que é uma garantia para o seu desenvolvimento. Destina-se à fabricação de aços finos especiais, empregados na indústria de peças de máquinas motrizes e operatrizes. Instalou-se em 1946, com recursos do Banco do Brasil e hoje está encampada por esse Banco. Onde só havia sertão brávio, levanta-se hoje uma cidade de 12.000 habitantes, com todo o conforto moderno e dela dependem mais de 30 mil que vivem nas suas circunvizinhanças.

O alto-forno para 200 toneladas diárias, a carvão vegetal, é o maior do mundo. Doze mil trabalhadores extraem o carvão vegetal e 500 operam o reforestamento. Em Acesita trabalha-se 24 horas por dia. O plano do Gen. Macedo Soares prevê, para os próximos 3 anos, isto é, para 1955, uma produção de

mais de 70 mil toneladas de aços finos especiais. Uma formidável usina hidrelétrica movimenta Acesita. Fêz-se a barragem do Rio Piracicaba, o qual foi canalizado através de 2 túneis, cavados na rocha viva, de 4 km de extensão. A potência da usina é de 28.400 kw, sendo, assim, a primeira do Estado de Minas. Uma terceira turbina já

foi encomendada. Acesita significa para o Brasil independência quanto a machados, enxadas, enxadões, cutelarias, navalhas, instrumental cirúrgico, máquinas motorizas e operatrizes, material elétrico e instrumentos de precisão.

Acesita é, pois, a "chave de ouro" de Volta Redonda e assinala o começo da era do aço em nosso país.

JOCKEY CLUB BRASILEIRO

IMPORTANTE DISCURSO DO SENADOR ARTUR BERNARDES

O ILUSTRE REPRESENTANTE DE MINAS DEFENDE O VETO DO PREFEITO JOÃO CARLOS VITAL SOBRE IMPOSTOS INCONSTITUCIONAIS QUE DEVERIAM SER COBRADOS A NOSSA GRANDE ENTIDADE TURFISTA. O ORADOR MOSTRA A SEUS PARES O QUE É O JOCKEY CLUB. INSTITUIÇÃO ESPORTIVA MAS TAMBÉM CÍVICA E DE BENEMERÊNCIA

Assumindo à Tribuna, assim falou o Senador Bernardes Filho:

O SR. BERNARDES FILHO — Sr. Presidente, oferecendo as razões do seu veto ao Projeto de Lei Municipal n. 758-C-52, que autoriza o Poder Executivo a tomar providências e pôr em prática as medidas necessárias à construção e exploração, na cidade, de uma rede de trens elétricos subterrâneos que se denominará "Metropolitano do Rio de Janeiro", o Prefeito do Distrito Federal afirma, em relação à letra b), dos itens 10 e 11, ambos do art. 2º, do Projeto, o seguinte:

"Em verdade, as alíneas mencionadas tributam as apostas sobre corridas de cavalos. Ora, tais apostas, quando feitas em hipódromos ou locais autorizados, são reguladas e permitidas exclusivamente por preceito de lei federal derogatória da norma comum e inspirada no objetivo de proteger o interesse nacional ligado ao desenvolvimento da raça cavalar e com a finalidade expressa no Decreto-lei n. 24.646, de 10-VII-934, de "implantar, incrementar e melhorar a produção nacional do puro sangue de carreira".

3 — Tratando-se assim — continua S. Excia. — de atos regulados por lei federal e que somente esta poderia disciplinar como disciplinou a tributação sobre tais atos, compreende-se "ex-vi" dos expressos termos do art. 15, n. VI, da Constituição Federal, na competência tributária reservada à União, cujo Poder Executivo está, segundo estou informado, elaborando mensagem e anteprojeto a serem dirigidos ao Congresso Nacional, no sentido de criar sob outra forma tributo federal que substitui o estabelecido pelo Decreto-lei Federal n. 8.946, de 10 de janeiro de 1946, que regula e já dispõe sobre tal tributação.

4 — Impunha-se, portanto, em obediência ao disposto no citado mandamento constitucional e para resguardo da órbita de competência tributária da União, o veto às alíneas acima enumeradas, o que fiz com fundamento no § 3º, do já mencionado art. 15, da Lei Orgânica e por se me afigurarem inconstitucionais os dispositivos vetados."

Sr. Presidente, a estas razões a douta Comissão de Constituição e Justiça, pelo seu nobre Relator, Senador João Villasbôas, opôs parecer contrário. Tomando por base os fundamentos daquele órgão técnico, desenvolverei minhas considerações, contrárias ao seu parecer.

Diz o nobre Relator, Senador João Villasbôas:

"O Prefeito, em data de 26 de novembro do ano passado, comunicou ao Presidente do Senado haver vetado a letra b), do item 10 e a letra b), do item 11, ambos do art. 3º, desse Projeto.

E fundamenta o seu ato no § 3º, do art. 14, da Lei Orgânica do Distrito Federal, visto considerar inconstitucionais tais dispositivos, porque violadores do art. 15, n. VI, da Constituição, de vez que ali se tributa as apostas sobre corridas de cavalos, que considera — "atos regulados por leis federais" — para se amparar no transcritto inciso constitucional" — diz o nobre Relator.

Eu prefiro classificar as corridas de cavalos e as apostas sobre elas, realizadas nos hipódromos, como atos regulados por lei federal.

"...e invoca o Decreto n. 26.646, de 10 de julho de 1934, que dispõe sobre "o fomento da produção de puro sangue de carreira, no país, e que no art. 1º, preceve que "a realização de competições hípias com exploração de apostas, fica dependente de autorização do Ministério da Agricultura, obedecidas as normas previstas no art. 3º e no art. 2º, dispõe que constitui contravenção punível, nos termos da lei, o jogo sobre corridas de cavalos, fora dos hipódromos autorizados."

Prossegue o ilustre relator sustentando — como o Senado poderá verificar lendo a íntegra do parecer, hoje parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que não procede a alegação de inconstitucionalidade sob o fundamento de que o jogo ou apostas de corridas constituem diversão pública, como tal, sujeitas à tributação pelo Município.

É fora de dúvida, Sr. Presidente, que a Constituição quando cria a competência tributária do Município, assim o faz no art. 2º:

"Além das rendas que lhes são atribuídas por força dos §§ 2º e 4º, do art. 15 e dos impostos que no todo ou em parte lhes foram transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios os impostos:

IV — Sobre diversões públicas."

E, ao Distrito Federal, a Constituição assegurou, no § 4º, do art. 26:

"Ao Distrito Federal cabem os mesmos impostos atribuídos, por esta Constituição, aos Estados e aos Municípios."

Consequentemente, conclui o parecer, que ao Distrito Federal, equiparado aos Municípios para os efeitos tributários ou da sua competência tributária compete taxar as diversões públicas; e inclui como diversão pública as atividades exercidas pelo Jockey Clube, dentre as quais há a das apostas em corridas de cavalo, atividade que exerce em virtude de lei, pode-se dizer, excepcional, da competência do Governo Federal.

Nada eu teria de objetar às conclusões do douto Relator, senão existissem outros fundamentos que as contrariassem e para as quais peço a atenção do Senado.

A Constituição quando se refere a diversões públicas, o faz àquelas diversões lícitas, àquelas diversões que não contrariem a lei; as apostas em corridas de cavalo constituem jogo e como tal a sua prática só será admissível por lei federal que a autorize...

O Sr. Alvaro Adolpho — Muito bem.

O SR. BERNARDES FILHO — ...donde concluir-se que o direito à atividade exercida pelo Jockey Clube é conferida pelo Governo Federal encerra ato de exceção, que não pode ser incluído naquelas diversões públicas a que se refere a Constituição. O contrário seria permitir taxasse o Município essas diversões; seria dar ao Município o direito de invalidar a concessão do Executivo...

O Sr. Victorino Freire — Muito bem!

O Sr. Mello Vianna — Muito bem!

O Sr. BERNARDES FILHO — ...torná-la inoperante, pois poderia elevar essa taxaço a cifras de tal forma elevadas que impossibilitariam a sociedade concessionária o exercício duma atividade que só a ela é lícita, porque só ela goza desse privilégio, que a exceção; seria admitir que por este meio de taxaço se tornasse inócua, inoperante e impossível, praticamente, o uso ou gozo do direito que lhe foi assegurado.

O Sr. Ferreira de Souza — O grande "Chief of Justice", Marshall, ensina que o poder de impor, o poder de tributar importa no poder de matar.

O Sr. Mello Vianna — Perfeitamente.

O SR. BERNARDES FILHO — Sr. Presidente, tudo isso deixa patente a inconstitucionalidade dos dispositivos com que se visa a taxar as apostas de corridas praticadas no Jóquei Clube Brasileiro.

Há a ressaltar, ainda, circunstâncias de ordem moral e de ordem prática que, no momento, não devem ser ocultados ao Senado. A prova de que essa taxaço quase impossibilitará ao Jóquei Clube Brasileiro continuar a preencher as suas altas finalidades sociais e filantrópicas, está no fato de que não se trata de lei originária da Câmara Legislativa do Distrito Federal; mas de lei votada por solicitação do Executivo Municipal, do Prefeito, ao tempo o Sr. João Carlos Vital.

O Sr. Vitorino Freire — Muito bem.

O SR. BERNARDES FILHO — Foi o próprio Sr. João Carlos Vital quem recebeu a Diretoria do Jóquei Clube e quem, ouvindo a sua exposição e o quanto representava essa taxaço de aniquilamento, tomou a iniciativa de vetar a disposição por ele sugerida à Câmara.

É preciso ainda saiba o Senado o que é o Jóquei Clube Brasileiro. Dê-le o direito de ouvir muita coisa, mas poucos se detêm realmente na sua obra e na sua finalidade social.

O Jóquei Clube é uma instituição reconhecida de utilidade pública. Seu objetivo é o desenvolvimento da criação dos animais de puro-sangue, sendo que a Remonta do Exército proporciona produtos para reprodução. Auxilia as instituições congêneres de todo o país, subvenciona-se, exceto a de São Paulo, dispendendo cifra superior a cinco milhões de cruzeiros anuais, além da concessão de prêmios, outros donativos e auxílios de emergência. Mantém escolas de alfabetização, escolas primárias de crianças e adultos, além de assistência social e médica a todos os que fazem do "turf" sua profissão, com que dispende mais de quatro milhões de cruzeiros por ano. Ministra instrução a 380 crianças, veste-as e lhes dá assistência médico-dentária. Ainda agora vai dispendendo mais de seis milhões de cruzeiros para terminar o Jardim de infância.

O Sr. Vitorino Freire — Ainda ajuda a várias instituições de caridade.

O SR. BERNARDES FILHO — Lá chegarei, mas quero acentuar que os auxílios às instituições de caridade são prestados a todo o momento, são de toda a ordem e de todo o vulto, não se falando nas campanhas eventuais de emergência, a que assistimos diariamente promovidas por corações magnânimos.

O Sr. Vitorino Freire — Muito bem.

O Sr. Pereira Pinto — Ainda auxilia as demais instituições turísticas nacionais, com grandes importâncias.

O SR. BERNARDES FILHO — É exato. Aliás, já fiz esta referência.

Presta, através de seu programa cívico, homenagens às instituições nacionais. O Exército, a Marinha, a Aeronáutica e o Corpo de Bombeiros sempre recebem esses preitos.

É, além do mais, a sala de visitas do Distrito Federal. V. Excia., Sr. Presidente, que muito tem viajado, há de saber que, realmente, o prado do Jóquei Clube é obra que honra a engenharia nacional e enaltece todos os que passaram pela sua administração. Revela esforço e coragem, tornando-se orgulho da nossa terra, porque dificilmente os prados de corridas de outros países suplantam o nosso, na sua beleza natural, na magestade e no gosto artístico das suas linhas arquitetônicas.

É, do mesmo modo, relevante, o papel que o Jóquei Clube desempenha em colaboração com as autoridades governamentais, nas recepções a personalidades ilustres que nos visitam.

É assaz notável sua atuação no incremento à criação de cavalos puro sangue, porquanto proporciona financiamento a todo aquele que, sócio ou não, queira adquirir cavalos de raça. O financiamento é feito em condições que vêm sendo utilizadas com grande proveito.

Não desejo deter-me nem alongar-me no assunto. Temos de apreciar o veto em face dos fundamentos com que é apresentado ao Senado.

O da inconstitucionalidade do projeto, "data vênia" do parecer da Comissão de Constituição e Justiça parece provado. Trata-se, realmente, de dois dispositivos inconstitucionais.

O Sr. Alfredo Neves — Permite V. Excia. lhe solicite um esclarecimento?

O SR. BERNARDES FILHO — Responderei a V. Excia. com muito prazer.

O Sr. Alfredo Neves — No parecer do nobre Senador João Villasbôas encontro tópicos que estão criando certa dificuldade.

Diz o nobre Senador João Villasbôas que, havendo o Prefeito vetado apenas a letra b), do item X e a letra b), do item XI, do art. 3º, não teria atingido o objetivo que manifestou o seu ato, qual o de excluir as corridas de cavalos da tributação municipal, isto porque o item IX, do mesmo art. 3º, n. II, assim dispõe:

"O imposto sobre diversões públicas assenta sobre diversões públicas de quaisquer gêneros que se realizem em teatros, cinematógrafos, clubes, prados de corridas de animais, praças de esportes, inclusive campos de futebol, sociedades, associações, parques de diversões, circos ou quaisquer outros locais acessíveis ao público, mediante entrada remunerada ou não."

Entende S. Excia. que, embora vetado dois itens, permanecendo este, de certo modo se anula o veto do Sr. Prefeito.

O SR. BERNARDES FILHO — V. Excia. vai dar-me licença para prestar um esclarecimento.

O inciso da letra b), refere-se aos que concorrem a qualquer modalidade de apostas, como sejam "poules", "bettings", "acumuladas" e "concursos".

É a tributação sobre o ato em si do lógo, da aposta, ao passo que o item IX, do art. 3º, que não foi vetado, não pode referir-se à incidência sobre apostas.

Deve ser sobre qualquer outra coisa, sobre entradas, talvez, pois o nobre colega sabe que há os que vão ao Jóquei Clube e não apostam em corridas.

O Sr. Ferreira de Souza — Esse é o imposto sobre diversões.

O Sr. Francisco Gallotti — Que cabe à Prefeitura.

O SR. BERNARDES FILHO — Quando se fala em prados de corridas de animais, a interpretação da incidência do imposto não pode abranger as apostas, de que trata outro artigo. Não é diversão assistir às corridas de cavalos, sem jogar?

O Sr. Alfredo Neves — Essa tributação permanecerá?

O SR. BERNARDES FILHO — Permanecendo, não poderá incidir sobre apostas.

Eram as considerações que desejava fazer, trazendo ao Senado os esclarecimentos que me cumpriam, a bem da tese que pretende — da inconstitucionalidade dos artigos e letras objetos do veto do Prefeito, veto este que deve ser mantido. (Muito bem! Muito bem!).

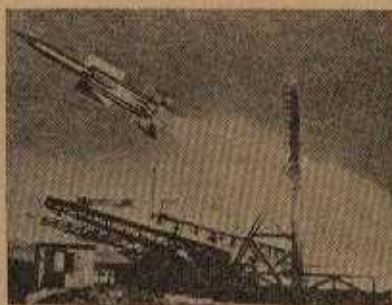
Noticiário de Interesse Militar

Projétil dirigido

O tipo mais recente de projétil dirigido britânico, pode, não só, "viajar" a 3.200 km/h e em altitudes superiores a 16 km, mas também, mudar de direção para perseguir um alvo. Possui um "olho" eletrônico que lhe permite seguir sempre um objetivo, apesar de todos os esforços feitos para tentar a fuga.

Mais de 100 firmas estão presentemente, engajadas na produção desse no tipo de armamento.

O aspecto importante desse novo projétil dirigido não reside nas características de voo acima enunciadas, pois a V-2 alemã já as possuía.



O novo projétil dirigido britânico

O ponto principal é que pode ser dirigido com precisão sobre um alvo de rota irregular. Desde o término da 2ª Grande Guerra, os melhores cientistas da Grã-Bretanha estiveram empenhados na conquista dessa "dirigibilidade" agora obtida.

As pesquisas básicas em torno do novo foguete foram conduzidas, principalmente, em estabelecimentos governamentais, cujos resultados foram cedidos a firmas selecionadas a quem se confiou a tarefa de fabricar armas dessa natureza a fim de preencher as diferentes finalidades em combate. (Nota e fotografia do Serviço de Informações da Grã-Bretanha).

Novo carro de combate

O Exército apresentou o T-48 ou Patton 48, como carro de combate médio, inteiramente novo, fabricado desde a 2ª Grande Guerra. É veloz, possui silhueta baixa, e é tão simples de conduzir como um automóvel moderno.

O projétil empregado pelo canhão de 90 mm do Patton 48 possui uma velocidade inicial tão elevada que torna duvidosa a proteção oferecida por uma chapa blindada de 27,9 cm a 2.000 m de distância. O carregamento automático permite uma rápida cadência de tiro. Em campanha o tubo do canhão é de substituição fácil e imediata. A pontaria é rápida e precisa. O atirador pode atingir o alvo, em questão de segundos. O canhão e o aparelho de pontaria são suficientemente precisos para atingir um alvo com cerca de 0,5 m de diâmetro, a 2.000 m de distância. Após o tiro, o canhão é respostado automaticamente.



O novo carro de combate "Patton 48"

O Patton 48 é equipado com 3 metralhadoras — uma .30 e duas .50. Muitos impactos sobre o carro de combate ricochetearão em virtude de inclinação das paredes da carroçaria e da torre, que são constituídas respectivamente por uma peça única blindada. A silhueta é baixa de altura inferior a 2,74 m.

É acionado por um motor V-12 que desenvolve 810 HP. Isto significa uma velocidade de 57 km/h ou mais, e, uma força para galgar rampas superiores a 40 %. O intervalo entre as duas lagartas é de 6,35 m, isto é, 1,27 m mais largo do que qualquer um dos carros de combate norte-americanos já construídos. Um conversor de aceleração elimina as mudanças de engrenagem. A "direção automática" com uma única alavanca substitui as alavancas duplas, manuais, empregadas nos antigos carros de combate. Além desse meio de controle, o veículo dispõe de um freio e um acelerador. A facilidade de direção elimina o ajudante-motorista da guarnição. (Da Imprensa).

Helicóptero-a-jato "baby"

O Exército está aperfeiçoando um helicóptero-a-jato "baby", que pode ser lançado de aviões maiores, desempacotado por 2 homens e preparado para voo dentro de menos de 30 minutos. O aparelho, denominado o XH-26, ainda se acha em estado embrionário, não tendo o Exército ainda dado ordens para sua produção.

O novo helicóptero é destinado principalmente à evacuação e suprimento via-aérea. Pode também ser utilizado para a observação. Pesa menos de 136 kg, tem uma altura de 1,80 m e pode ser acondicionado em um envólucro medindo 1,50 m $\times$ 1,50 m $\times$ 4,20 m.



O helicóptero a jato "XH-26"

Não tendo sofrido nenhuma modificação na estrutura básica, ou no motor, o helicóptero pode carregar dois homens — lado a lado, em duas padiolas externas.

O XH-26 é fundamentalmente um monoplace equipado com 2 motores-a-jato em um dos lados das pás do rotor. Quando pronto para vôo, isto é, com o piloto, equipamento rádio e combustível, pesa 318 kg. Alcança uma velocidade de 130 km/h e pode voar, sem se reabastecer, de uma a uma hora e meia. (*Armed Force*).

Central telefônica de grande capacidade

Na Coreia, cada vez que o VIII Exército muda o seu Q.-G., é preciso mudar também uma importante quantidade de material telefônico que serve às necessidades de uns 5.000 assinantes.

O movimento de mensagens, nesse Q.-G., é de 31.000 interiores e 5 exteriores, por dia. Para fazer frente a esse intenso tráfego, de modo mais rápido, o Corpo de Transmissões americano projetou e enviou para a Coreia uma Central Telefônica de 12 operadores, montada em reboque automóvel. Substitui a Central móvel de 6 operadores, até agora em uso, com 360 linhas em bateria central, 180 linhas de chamada magnética e 105 ligações com outras centrais. A nova central é, em essência, a reunião de duas das anteriores, instalada em um veículo de 11 ton. e leva o seu material auxiliar em outro reboque. (*Da revista "Ejército"*).

As pontes transportáveis "Bailey"

Entre as pontes expressamente desenhadas com finalidades militares, destaca-se a "Bailey", que é uma ponte transportável por trechos, sem grande complicação e rapidamente armável.

Salienta-se o modelo construído com vigas de aço em treliça. É sumamente resistente, construída em seções prefabricadas que se ajustam umas às outras, proporcionando o conjunto uma solidez análoga à de uma

ponte de cimento, com a diferença que a instalação da ponte "Bailey" mais pesada só exige o emprêgo de 6 homens. Este tipo de ponte se lança com uma velocidade assombrosa. Grandes caminhões chegam ao lugar da instalação, transportando as gigantescas seções prefabricadas, que deixam cair com a ajuda de guindastes hidráulicos que os próprios veículos corregam na parte posterior. Procedem, então, os pontoneiros à sua instalação ao ritmo de uma seção de ponte completa, de mais de 6 m de comprimento, em cada meia hora. As extensas vigas que servem de suporte se armam sobre batentes, na borda do barranco ou rio e, em seguida, são empurradas e colocadas devidamente. É verdade que esta operação se realiza, às vezes, com o auxílio de um lançador de pontes, viga de 30 m de comprimento, em forma de I, montada em cominhão ou plataforma ferroviária e que é capaz de recolher uma ponte completamente armada e colocá-la em seu lugar como se se tratasse de um comprido braço que se estende sobre a largura do rio.

Na Coreia, foram colocadas, sobre o rio Han, pontes "Bailey" completas, de 150 m de comprimento em apenas meio dia de trabalho. Se não se dispõe de pilares, as seções podem ser colocadas sobre barcas flutuantes ou ancoradas. Atualmente está em provas novo modelo de "Bailey" de seções de 6 m, feitas de alumínio e que se espera possa ser armado na metade do tempo das atuais. Este novo modelo poderá transpor brechas de 195 m de largura e suportar cargas de 150 toneladas.

"A fronteira perigosa"



O Território do Alaska, separado do extremo siberiano pelo estreito de Bering, que tem apenas 76 quilômetros de largura, é hoje uma das mais perigosas fronteiras do mundo.

De ambos os lados do famoso estreito Glacial os preparativos bélicos são intensos. A gravura acima ilustra com evidência a importância militar dessa estratégica região.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados no mês de dezembro de 1952

AVISO N. 342 — EM 26 DE NOVEMBRO DE 1952

Havendo o Tribunal de Contas participado a este Ministério, em Ofício n. 1.722 P-52, de 31 de outubro findo, que, em sua Sessão de 16-IX-52, resolveu adotar normas regulando o preparo de processos de concessão de inatividade e de pensões, consubstanciadas na Portaria daquele Tribunal n. 30, de 29-IX-52, publicada no "Diário Oficial" de 26-X-52, página 16-593, recomendando aos órgãos que opinam sobre tais assuntos a imediata observância das normas ali preconizadas, considerando que se trata de medidas que visam maior rendimento na tramitação e julgamento dos respectivos processos.

As "Instruções" contidas na aludida Portaria são as seguintes:

CONCESSÃO DE INATIVIDADE

1 — Os processos de concessão de inatividade, civil ou militar, inclusive em grau de revisão, somente serão encaminhados ao Tribunal depois de devidamente formalizados pelo órgão próprio.

2 — Dos processos deverão constar todos os elementos que atente o fundamento da inatividade, possibilitem verificar:

- a) se a concessão guarda conformidade com a lei;
- b) se a contagem do tempo de efetivo exercício está feita com exatidão;

c) se os proventos fixados e constantes do título, carta patente ou provisão e dos cálculos nos processos referentes a extranumerários, estão em consonância com a legislação hábil;

d) se guardam proporção com o tempo de exercício, quando for a hipótese.

CONCESSÃO DE PENSÕES

1 — Os processos relativos à concessão de Pensões de montepio, civil ou militar inclusive as especiais e as de meio soldo, devem ser instruídos com todos os elementos que demonstrem:

- a) o direito à concessão, ante a ordem de preferência legal;
- b) o quantitativo fixado no título definitivo.

2 — Dos processos, referentes ao Ministério da Fazenda, deve constar a classificação da despesa, nos termos do Decreto-lei n. 6.943, de 10-X-944.

3 — Nos casos de revisão por melhoria ou em grau de reversão da pensão, o órgão competente fará juntada do processo originário.

4 — Na impossibilidade da juntada do processo originário, o processo de melhoria deverá indicar:

- a) a data do registro da concessão;
- b) a data da reforma, quando decretada anteriormente a 12 de maio de 1938;
- c) o cargo, posto ou graduação, sobre o qual foi calculada a contribuição e consequente fixação da pensão — Lei n. 488, de 15-XI-948,

art. 99 e 187 (Para os contribuintes antigos do montepio militar — Decreto n. 6, de 26-VIII-890; civil — Decreto n. 942-A, de 31-X-890; Decreto n. 22.414, de 31-I-933; magistrados do Supremo Tribunal Federal — Decreto Legislativo número 5.137, de 5-I-927, do Supremo Tribunal Militar, nomeados em 2 de dezembro de 1938 — Decreto-lei n. 925, de 2-XII-938, art. 400; civis do montepio militar — Decretos-leis ns. 196, de 22-I-938, p. 198, de 9-VII-946; do Arsenal de Marinha e Diretoria da Armada — Decreto n. 23.630, de 2-I-934, até a vigência do Decreto-lei n. 7.458, de 11 de novembro de 1945.

5 — Os órgãos competentes da Administração deverão adotar medidas para que os processos de concessões de Inatividade e de Pensões sejam ultimados com brevidade e remetidos ao Tribunal de Contas, com nota de "urgência", para o respectivo julgamento — *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 1-XII-952.)

• •

PORTARIA N. 414 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1952

1. O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Departamento Técnico e de Produção e parecer do Estado-Maior do Exército, resolve transformar a opção Eletrônica do Curso de Eletricidade da Escola Técnica do Exército, admitida pela Portaria n. 43, de 22 de março de 1950, em "Curso de Eletrônica".

2. Os engenheiros especialistas em Eletrônica serão aproveitados em funções inerentes à sua especialidade, nos seguintes órgãos:

- Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas;
- Campo de Provas da Marambaia;
- Diretoria de Transmissões;
- Fábrica de Material de Transmissões;
- Diretoria de Fabricação do Exército;

— Diretoria de Obras e Fortificações do Exército (instalações eletrônicas);

— Escola Técnica do Exército — Instituto Militar de Tecnologia.

3. Até que seja aprovado o reajustamento do ensino militar, ora em estudo, passa a denominar-se "Curso Industrial e de Metalurgia" o atual Curso de Metalurgia da Escola Técnica do Exército.

("Diário Oficial" de 1-XII-952.)

• •

AVISO N. 874 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1952

Publica o "Diário Oficial" de 3 de dezembro do corrente a aprovação dada pelo Exmo. Sr. Presidente da República ao Parecer do Exmo. Sr. Consultor Geral da República sob o n. 207-T, relativo à acumulação de gratificação de técnico militar e de serviços industriais, reguladas no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Ficam em consequência, adotadas as seguintes regras de acumulação:

— Gratificação de Técnico Militar (15 %) e Diária Industrial (15 %);

— Gratificação de Técnico Militar (25 %) e Diária Industrial (15 %);

— Gratificação de Técnico Militar (25 %) e Gratificação Industrial (20 a 30 %).

Vedando-se a da gratificação industrial com a de técnico militar quando esta tiver sido referida no art. 56 a, por se destinarem ambas a cobrir o mesmo dano — risco de vida — *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 11-XII-952.)

• •

AVISO N. 393 — EM 10 DE DEZEMBRO DE 1952

A fim de estabelecer uniformidade de conduta sobre substituições temporais e tendo em vista o despacho de 2 de setembro de 1951,

do Exmo. Sr. Presidente da República no processo originado do Ofício n. 91, de 29 de agosto de 1951, da Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, declaro :

a) que no desempenho de cargo taxativamente privativo de posto ou graduação superior à sua em virtude de substituição temporária a que se referem as letras a e b, do art. 421, do R.I.S.G., está o militar compreendido no disposto no art. 1º do C.M.M.V. (Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951) ;

b) que quando, porém, a função fôr atribuída a mais de um posto ou graduação, caberá a remuneração correspondente ao menor deles.

("Diário Oficial" de 11-XII-1952.)

DECRETO N. 31.922 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1952

Regulamenta a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos arts. 145, item XI, e 140, da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta :

Art. 1º. A concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos arts. 145, item XI, e 146, da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952, obedecerá ao disposto neste regulamento.

§ 1º. O presente regulamento não se aplica a funcionário que, em virtude de lei especial, tenha direito a gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 2º. O funcionário que exercer cumulativamente mais de um cargo terá direito à gratificação adicional por tempo de serviço em relação a cada um deles, mas os períodos anteriores à acumulação, quando computados para efeito de uma concessão, não serão considerados para nova concessão em outro cargo.

Art. 2. A gratificação adicional por tempo de serviço é devida a partir do dia imediato àquele em

que o funcionário completar 20 ou 25 anos de serviço público efetivo, na razão de 15 % ou 25 % do respectivo vencimento.

Parágrafo único. Ao funcionário que, à data da vigência da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, já houver completado os períodos de tempo de serviço constante deste artigo, a gratificação somente será paga a partir de 1 de novembro de 1952.

Art. 3º. A gratificação adicional por tempo de serviço do funcionário sujeito ao regime de remuneração será calculada na base do padrão de vencimento do cargo efetivo que ocupar.

Art. 4º. O funcionário investido em cargo em comissão ou função gratificada, no serviço público federal, continuará a perceber a gratificação adicional por tempo de serviço na base de vencimento do cargo efetivo.

Art. 5º. A gratificação adicional por tempo de serviço é devida ao funcionário efetivo.

§ 1º. O funcionário efetivo continuará a perceber, na aposentadoria, a gratificação adicional por tempo de serviço em cujo gozo se encontrava na atividade.

§ 2º. O funcionário efetivo já aposentado em 1 de novembro de 1952, terá direito à gratificação adicional, desde que tenha completado, em atividade, o respectivo tempo de serviço.

§ 3º. O quantum da gratificação adicional, prevista no parágrafo anterior, será calculado com base no valor, em 1 de novembro de 1952, do padrão de vencimentos do cargo efetivo que o funcionário aposentado ocupava ao passar à inatividade.

Art. 6º. A gratificação adicional por tempo de serviço não será paga enquanto o funcionário deixar de perceber o vencimento do cargo, em virtude de licença ou outro afastamento ressalvado o disposto no artigo 4º.

Art. 7º. No cômputo do tempo de serviço público efetivo serão observadas as seguintes normas :

I — Entende-se como tempo de serviço público efetivo o que tenha

prestado à União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, em cargo ou função civil ou militar, ininterruptamente ou não, em órgãos de administração direta ou autárquica, apurado à vista dos registros de frequência, folhas de pagamento ou dos elementos regularmente averbados no assentamento individual do funcionário;

II — A contagem do tempo de serviço será feita em dias e o total apurado convertido em anos, sem arredondamento, considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- a) férias;
- b) casamento;
- c) luto;
- d) exercício de outro cargo federal de provimento em comissão;
- e) convocação para o serviço militar;
- f) Juri e outros serviços obrigatórios por lei;
- g) exercício de função ou cargo de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República;
- h) desempenho de função legislativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- i) licença especial;
- j) licença à funcionária gestante, ao funcionário acidentado em serviço ou atacado de doença profissional;
- l) missão ou estudos no estrangeiro, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Presidente da República; e
- m) exercício, em comissão, de cargos de chefia nos serviços dos Estados, Distrito Federal, Municípios ou Territórios.

III — O tempo de serviço a que se refere o art. 268, da Lei n. 1.771, de 28 de outubro de 1952, será computado somente para o que era funcionário da União em 1 de novembro de 1952;

IV — São igualmente considerados de serviço público efetivo os dias que, na vigência da legislação anterior ao Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, foram considerados como faltas justificadas;

V — É vedada a acumulação de tempo de serviço prestado concorrentemente em dois ou mais cargos ou funções da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Autarquias e Sociedades de Economia Mista.

Art. 8º. São competentes para conceder a gratificação adicional por tempo de serviço as mesmas autoridades que, na forma da legislação vigente, concedem o salário-família.

Parágrafo único. As autoridades a que se refere este artigo poderão delegar essa competência a chefes de repartição ou serviço.

Art. 9º. A gratificação adicional por tempo de serviço poderá ser requerida pelo funcionário que a ela tiver direito, mediante comprovação do tempo de serviço público prestado, ou, na impossibilidade da prova, mediante indicação por menorizada dos órgãos habilitados a certifi-la.

Art. 10. A vista dos elementos comprobatórios do tempo de serviço, ou do resultado das diligências que promover para obtê-los, a autoridade competente despachará o pedido, mediante preenchimento do modelo n. 11, encaminhando-o, no caso de deferimento, ao órgão encarregado de processar o respectivo pagamento.

Parágrafo único. Após a inclusão em folha de pagamento ou o indeferimento do pedido, cabe ao órgão de pessoal rever o despacho proferido.

Art. 11. Caberá ao órgão de pessoal apostillar a concessão no título do funcionário, obedecido o modelo n. 2, e promover, em seguida, a publicação do ato no órgão oficial.

Parágrafo único. A apostila será renovada sempre que se alterar o padrão de vencimentos do funcionário.

Art. 12. No caso do § 2º, do artigo 5º, a Diretoria da Despesa Pública exercerá a atribuição prevista no parágrafo único do art. 10 e no art. 11, deste regulamento.

Art. 13. A gratificação adicional por tempo de serviço poderá ser concedida "ex-officio", mediante preenchimento do modelo n. 1, à vista de certidões de tempo de serviço, ou de registro, no assentamento individual do funcionário, do tempo de serviço público, averbado em virtude de elementos hábeis.

Art. 14. As disposições do presente regulamento aplicam-se aos funcionários dos Territórios e aos extranumerários da União e dos Territórios, amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 15. As despesas decorrentes do pagamento da vantagem a que se refere o presente regulamento serão atendidas pela dotação orçamentária própria.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1952; 131ª da Independência e 64ª da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.
Renato de Almeida Guillobet.
Cyró Espirito Santo Cardoso.
M. de Pimentel Brandão.
Horário Lafer.
Alvaro de Souza Lima.
João Cleofas.
E. Simões Filho.
Segadas Viana.
Nero Moura.

("Diário Oficial" de 16-XII-1952.)

AVISO N. 900 — EM 18 DE DEZEMBRO DE 1952

Atendendo à necessidade do serviço resolvo alterar o n. 1, letra b), item 1, do Aviso n. 813, de 8 de setembro de 1952, que passa a ter a seguinte redação:

"B — Tenentes-Coronéis:

- 1 —
- 2 — Outras funções em todas as Armas:

— 100 % pelos Oficiais sem o curso de Estado-Maior, podendo, a critério do Ministro da Guerra, 10 % das referidas funções serem preenchidas por oficiais com o curso de Estado-Maior" — (a) General Cyró Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 23-XII-1952.)

Para os seus equinos

RAÇÕES PRENSADAS

equinovita

MOINHO FLUMINENSE S/A — TEL. 23-1820

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 463-A

(N. 2)

MAIOR ENERGIA ELÉTRICA PARA O PARANÁ

Uma grande empresa — Burns and Roe Inc. — coopera com o Governo do Estado no sentido de que o Paraná tenha a energia elétrica de que necessita

Na época vertiginosa em que vivemos, assistimos, pelo menos entre as grandes nações, à substituição do homem pela máquina, do braço pelo motor, do trabalho manual pelo trabalho mecânico. Essa substituição, que temo dia a dia a aumentar, processa-se, como que inexoravelmente, sob o imperativo de forças econômicas, e sob a orientação de um espírito que busca realizar-se o mais depressa possível. Estamos vivendo, por assim dizer, a época da velocidade.

Para a realização desse ideal de rapidez, o homem procura penetrar fundo nos arcanos da natureza, para arrancar-lhe — qual o novo Prometeu — o segredo de suas energias latentes e multimodas. As populações espalhadas pela face da terra crescem; suas necessidades vitais aumentam, determinando com isso o aumento da produção em todos os setores.

O Brasil não podia permanecer indiferente diante de tal espetáculo. Qualquer atitude contemplativa podia comprometer seriamente o brilhante futuro que o aguarda. Tinha, portanto, de acompanhar, em seu próprio interesse, no interesse de seu povo e de sua própria segurança e independência, esse ritmo de produção em todos os setores; na agricultura, no comércio, na indústria, nas técnicas. Ora, um dos elementos indispensáveis a esse progresso é, sem dúvida nenhuma, a energia elétrica.

O Brasil, país riquíssimo em quedas d'água, é pobre em energia elétrica. Esse contraste torna-se tanto mais flagrante, quanto, como todos sabemos, o Brasil ocupa um dos primeiros lugares entre os países possuidores de maiores reservas hidráulicas, tendo apenas na sua frente o Congo Belga, a Rússia e a África Equatorial Francesa.

O desaproveitamento de tamanhas reservas hidráulicas, numa época em que a industrialização do país caminha de maneira tão auspiciosa, constitui um malbarato de energias naturais e poderosas a que se deve pôr cõbo sem mais tardança.

O governo do Presidente Vargas, empenhado que está em resolver os grandes problemas nacionais, tem as suas vistas voltadas para o assunto, e está disposto a dar-lhe solução definitiva. Sua Excelência tem a consciência nítida da magnitude do problema, de cuja boa solução depende a prosperidade industrial do país. E tanto é assim que, num dos seus grandes discursos, teve oportunidade de salientar "que uma nação vale economicamente pelo número de cavalos-vapor que mobiliza em suas turbinas, em seus veículos e em seus motores".

As palavras do Senhor Presidente da República encerram uma grande, uma profunda verdade. Sua Excelência viu longe as salutares consequências que advirão para o país do aproveitamento, em larga escala, dos nossos potenciais hidráulicos.

O Estado do Paraná, cujo desenvolvimento econômico e industrial é dos mais notáveis — di-lo, de modo insuspeito, as suas estatísticas — é precisamente uma das unidades da Federação onde se encontram as maiores quedas d'água. Suas indústrias, o aumento da sua população, motivado pela fertilidade extraordinária de suas terras, e salubridade de seu clima, estavam a exigir, em prol de seu progresso e do bem-estar de seu povo, operoso e progressista, o aproveitamento das suas energias hidráulicas, tão vitalmente necessárias às suas máquinas.

Felizmente o Governo estadual, animado do mais eficiente patriotismo e conhecedor das necessidades de seu Estado — que são, podemos dizê-lo, necessidades universais — estava e está vigilante, já tendo providenciado em tempo oportuno as medidas tendentes a aumentar o parque de energia hidrelétrica do Estado.

Todos, no entanto, sabemos, que a montagem de usinas hidrelétricas constitui, pela sua complexidade, empreendimento de grande porte, que exige não somente a mobilização de técnicos, senão ainda a de elevados capitais,

que nem sempre o erário de um Estado, por maiores que sejam as suas possibilidades orçamentárias, pode suportar.

Dai a necessidade de se recorrer a empresas organizadas para tal fim. Dentre essas empresas, uma das mais importantes pelo grande conceito internacional em que é tida, figura a "Burns and Roe Inc.", que é constituída por um grupo norte-americano de construções hidráulicas com a finalidade de construir e financiar obras hidrelétricas de vulto, quer para entidades públicas, quer para entidades particulares.

Essa empresa já realizou obras importantíssimas em muitos países, bastando citar, para exemplificação, as que realizou para a Turquia, a Grécia, o México e o próprio Estados Unidos. Seus representantes entraram em entendimentos com o Governo do Sr. Juscelino Kubitschek, e estão realizando a eletrificação do Paraná.



Flagrante do Projeto das Linhas NELSON para a diversão das águas "Capivari-Cachoeira" com um total de 78.000 kw. Essa obra deverá ser concluída em cinco anos e cujo custo está calculado em 600.000.000 de cruzeiros

Mantém a "Burns and Roe Inc." escritórios no Rio, em São Paulo e em Curitiba, e do seu quadro de técnicos em engenharia hidrelétrica, o Senhor George W. Hamilton, que foi diretor do Departamento de Energia Elétrica do Ministério do Interior dos Estados Unidos, onde a empresa construiu a Boulder Dam, a Grand Coulee e executou as grandiosas obras para o aproveitamento das águas do Tennessee, no vale do mesmo nome.

É esse técnico, de reputação mundial, que está colaborando na montagem do parque de energia elétrica do Paraná. Logo que fiquem concluídas as obras, já em bom andamento, terá o progressista Estado do Sul usinas centrais hidrelétricas que assegurarão o fornecimento de luz e energia elétrica abundantes a todos os quadrantes do Estado, desaparecendo, de uma vez por todas, o fantasma do racionamento, tão nocivo ao seu surto industrial e ao bem-estar de seu povo.

Ainda que construída pelo Estado, a distribuição da energia elétrica será entregue às empresas que se organizarem, a quem caberá articular-se

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. Demerval Peixoto
Gen. Antonio de Souza Junior
Gen. Manoel Ignacio C. da Fontoura
Cel. Adauto Castello Branco
Cel. J. H. Garcia
Ten.-Cel. Floriano Möller
Ten.-Cel. Paulo Enéas da Silva
Ten.-Cel. Waldemar de Lima e Silva
Major A. V. Paiva
Major Cesar Neves
Major Heraclides de Araujo Nelson
Major Luiz Felipe da Silva Wiedemann
Major Tacito Theophilo
Major Waldir dos Santos Lima
Cap. Esteves Meirelles
Cap. Jonas C. Neto
Cap. Ney Armando Meziat
1º Ten. Gustavo Lisboa Braga
Capelão J. Busato



EX-LIBRIS

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1953